

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
SERGIO AROUCA  
ENSP

***“As representações de jovens moradores do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP”***

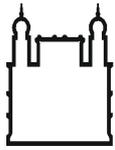
*por*

***Juliana Silva Corrêa***

*Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública.*

*Orientadora principal: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima Regina Cecchetto  
Segunda orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Silveira de Farias*

*Rio de Janeiro, maio de 2013.*



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
SERGIO AROUCA  
ENSP

*Esta dissertação, intitulada*

***“As representações de jovens moradores do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP”***

*apresentada por*

***Juliana Silva Corrêa***

*foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia da Silva Pereira Leite

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edinilsa Ramos de Souza

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima Regina Cecchetto – Orientadora principal

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos jovens moradores do conjunto de favelas do Complexo do Alemão que conheci durante esta pesquisa. Por compartilharem comigo suas ideias, seus sentimentos, seus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas orientadoras Fátima Cecchetto e Patrícia Farias pelos direcionamentos, pelas críticas e elogios e pelas palavras de incentivo durante esse percurso.

Aos meus pais, Fátima e Walter, por todo o amor e carinho, por serem meus melhores amigos, por ensinarem-me os princípios e valores que levarei para toda a vida.

A minha avó Virgínia que desde sempre estimulava a mim e aos meus primos a estudar, seja através das suas “premiações” para as notas boas, seja através das broncas e conselhos quando os resultados não eram tão bons assim. Aos primos Fabrício, Vinícius e Bruno por serem como irmãos para mim.

Ao Anderson, por estar sempre por perto me incentivando e me dando o apoio necessário, por ser meu amigo, meu companheiro, meu namorado.

Muito obrigada também aos meus queridos amigos de turma no mestrado, Tiago, Mônica, Stênia, Érica e Cristiane. E ao Gonçalo, portuga, aluno de doutorado e agregado a turma. Agradeço pela amizade e pela parceria tanto nos momentos mais aflitos (provas, trabalhos, formatação da dissertação), quanto nos momentos mais descontraídos.

À professora da UENF, Wania Amélia Mesquita, pela companhia no percurso inicial no campo, pelas dicas, conversas e indicações de leituras.

Às meninas do “ELAS”, ou melhor, LEAS/IOC – Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde, Mariana, Lívia, Priscila, Carla e Claudinha, por dividirem suas experiências comigo, por se interessarem pelo meu trabalho e pelas palavras carinhosas de incentivo.

Ao Carlos, ao Raphael e a querida Lucia, pela generosa acolhida, pelas trocas de informações e pela oportunidade de aprendizagem com as suas histórias de vida.

A todos os jovens moradores do Complexo do Alemão que participaram direta ou indiretamente desta pesquisa.

À Fiocruz e ao CNPQ pela bolsa concedida durante o Mestrado, muito importante para a realização desta pesquisa.

Enfim, agradeço também ao Núcleo de Excelência para o Estudo da Juventude (PRONEX), em especial ao professor Adalberto Cardoso, pelo apoio concedido durante a pesquisa.

A todos, muito obrigada!

## RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar as representações dos jovens moradores do conjunto de favelas do Complexo do Alemão - localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro – sobre o processo de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP em seus locais de moradia. A pesquisa possui um enfoque qualitativo. Foi realizada observação participante e entrevistas individuais semi-estruturadas em profundidade com 13 jovens de 18 a 24 anos. Os dados foram analisados sob a forma de análise de conteúdo, na modalidade temática. Os resultados encontrados nas entrevistas foram agrupados nos seguintes eixos: representações sobre a “ocupação”; representações sobre as forças de manutenção da ordem no local: Exército, Polícia Militar e Polícia da UPP. Os resultados apontam para as percepções dos jovens sobre uma nova regulação do espaço das favelas pelas forças de manutenção da ordem. Apesar da presença ostensiva da polícia no local, no horizonte dos depoimentos observam-se demandas por segurança pública e por serviços sociais de cunho assistencialista. Há um sentimento de incerteza em relação à permanência das UPP enquanto política de governo. Os jovens percebem mudanças nas práticas policiais com relação a períodos anteriores, ainda que de modo instável. As condições de possibilidade de afastamento das atividades criminosas ligadas ao tráfico de drogas na localidade também foram relatadas. Por fim, foi possível apontar algumas estratégias utilizadas pelo segmento juvenil para o enfrentamento da violência, das quais se destaca o recurso às mídias sociais para publicização de denúncias, mobilização de protestos e reivindicação de direitos.

**PALAVRAS CHAVE:** juventude, polícia, segurança pública, violência, UPP.

## ABSTRACT

This study aimed to analyse the representations of youngsters from Complexo do Alemão *favelas* (north zone of the city of Rio de Janeiro) of the implementation process of Pacifier Police Unity – PPU - in their neighbourhood . This research approach is qualitative: participant observation and individual semi-structured in-depth interviews with 13 youngsters (aged 18-24 years old) were performed. Data were analysed under thematic content analysis. Results from interviews were grouped in the following analytical axes: representations of “occupation”; representations of forces for order maintenance: Army, Military Police and PPU. Results show youngsters representations of a new regulation of *favelas* space by the forces for order maintenance. Despite the existing ostensible policing in that place, the narrative horizon unveils demands for public security and assistencialist-based social services. Youngsters showed doubts if PPU will be sustained as a government policy. Youngster notice changes in police practices when compared with past ones, though those changes appear unstable. Also, there were reported possibilities for moving away from drug-trafficking-related criminal activities in this area. Finally, it was possible to identify some strategies used by youth to face violence, such as accessing social media in order to publicize complaints, mobilizing for protests and claiming for their rights.

KEY WORDS: youth, police, public safety, violence, PPU.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 – REFERENCIAL TEÓRICO - JUVENTUDES, FAVELAS E SEGURANÇA PÚBLICA: LEITURAS .....</b>	<b>16</b>
1.1 Juventude como construção social .....	17
1.1.2 Juventude como um problema social .....	19
1.2 Representações sobre as favelas .....	22
1.3 Segurança pública, Polícia e Policiamento Comunitário .....	29
1.3.1 Monopólio da violência e segurança pública .....	29
1.3.2 Polícia Moderna e modelos de policiamento .....	32
1.3.3 Policiamento Comunitário .....	34
1.3.4 Experiências de Policiamento Comunitário no Brasil .....	37
1.3.5 A militarização da Polícia .....	41
<b>2 – METODOLOGIA E O CONTEXTO DA PESQUISA .....</b>	<b>46</b>
2.1 Metodologia .....	46
2.2 O contexto da pesquisa .....	51
2.2.1 As Unidades de Polícia Pacificadora – UPP .....	51
2.3 O Complexo do Alemão .....	57
2.3.1 Características sócio-demográficas .....	57
2.3.2 Aspectos históricos da região .....	61
2.3.3 Alemão 2010: a ocupação pelo Exército.....	63
<b>3 AS REPRESENTAÇÕES DOS JOVENS.....</b>	<b>66</b>
3.1 A entrada no campo: fases da pesquisa e os grupos de jovens .....	66
3.2 Resultados: narrativas e vivências em torno da implantação das UPP....	74
3.2.1 A “ocupação” do Alemão.....	74
3.2.2 Representações sobre as forças de manutenção da ordem .....	89
3.2.2.1 Os soldados do Exército .....	89
3.2.2.2 A Polícia Militar.....	93
3.2.2.3 A Polícia da UPP .....	97
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>119</b>
<b>APENDICE .....</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar as representações de jovens sobre o processo de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP no conjunto de favelas do Complexo do Alemão, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

A motivação inicial para a escolha do presente objeto de estudo foi fomentada a partir da inserção em uma pesquisa denominada “Juventudes, Desigualdades e o Futuro do Rio de Janeiro”, desenvolvida pelo Núcleo de Excelência para o Estudo da Juventude (PRONEX-Juventude) que pretende realizar um balanço sobre a situação dos jovens no Estado do Rio de Janeiro, visando avaliar as perspectivas para o futuro e acompanhar os processos de construção de identidade, anseios e projetos de vida da população jovem. Nessa pesquisa, durante o trabalho de campo, tive contato com jovens moradores de duas favelas: a Favela Santa Marta - localizada na zona sul da cidade, a primeira favela a receber o projeto das UPP - e o Complexo do Alemão, localizado na zona norte da cidade que na época estava ocupado pelas forças de Pacificação do Exército. O que despertou minha atenção foi o fato de que nas duas favelas os discursos dos jovens a respeito da ocupação pela Polícia na primeira, e pelo Exército na segunda, eram bem parecidos, apesar do contexto geográfico bem distinto. Ainda que não fosse esse o foco central da pesquisa Pronex, essas questões surgiram e acabaram motivando a delimitação do meu objeto de estudo, culminando no desenvolvimento desta dissertação de mestrado.

Naquele período (abril de 2011) era comum ouvir queixas dos jovens com relação às abordagens policiais no Santa Marta, apesar do projeto das UPP já ter se estabilizado há três anos no local. Digo “apesar” porque no discurso dos profissionais da segurança pública o momento de “varredura”, no qual são realizadas constantes revistas, sobretudo aos jovens, consistiria numa primeira fase de consolidação das forças de manutenção da ordem naquele território. Nessa linha, não faria sentido que após três anos de ocupação, os jovens continuassem a serem frequentemente abordados em sua circulação pela favela.

No Complexo do Alemão, de modo similar, as mudanças recentes no cotidiano caracterizadas pela presença ostensiva do Exército na operação de garantia da lei e da ordem, também provocavam indignação nos jovens, expressa pelas constantes reclamações com relação ao abuso de autoridade dos soldados, às restrições da circulação pela favela e ao “fim” das atividades de lazer, principalmente o baile funk.

De um modo geral, essa era a tônica que permeava os discursos dos jovens e foi neste cenário que se deu a minha entrada no campo.

Resolvi então realizar uma pesquisa com o objetivo compreender como os jovens vivenciavam o processo de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, tendo como foco suas representações sobre as forças de manutenção da ordem.

Portanto, este trabalho propõe o estudo da relação polícia e jovens, a partir da análise da representação dos jovens sobre essa interação num contexto específico, que tem sido tradicionalmente conflituoso. Entendo as representações sociais como imagens construídas sobre o real, que se manifestam em palavras, sentimentos, condutas e, são, portanto, passíveis de análise a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais (MINAYO, 2010).

Nessa linha, autores como Matza (1969) e Norman (2009) apontam que nas mais diversas sociedades existe uma tensão que marca a interação entre jovens e polícia. O principal motivo seria o fato de os jovens serem o alvo privilegiado das ações de controle e vigilância. Isto também é ressaltado pelos estudos de Zaluar (1999) e Novaes (2006) na cidade do Rio de Janeiro sobre as práticas policiais com o segmento juvenil, que além de sofrerem uma suspeição maior em comparação com outros segmentos, são também os mais atingidos pelas ações truculentas da polícia. Sobretudo os jovens pobres e moradores de áreas de favelas são tomados por “elementos suspeitos”, o que justificaria uma abordagem mais “dura” das forças policiais (RAMOS E MUSUMECI, 2005).

Junto a isto, a principal forma de atuação exercida até então pelas polícias para resolver o problema da criminalidade tinha como base uma política de segurança que enfatizava o “combate” ao crime, que acaba por se estabelecer como uma “política de guerra”, com a chamada “tolerância zero” (WACQUANT, 2001), na qual medidas excepcionais “se justificam” para a manutenção da ordem. Esta tem provocado efeitos desastrosos, em especial nos espaços de favelas, que são vistos como o lócus da violência. Nesses locais as ações violentas tornaram-se rotina, através das frequentes incursões policiais, que resultam em intensos tiroteios.

É bom lembrar que os confrontos armados impactaram as taxas de homicídio no Rio de Janeiro por conta do aumento vertiginoso das mortes violentas, principalmente de homens jovens moradores de áreas pobres da cidade (CANO e FERREIRA, 2004). O dramático crescimento da vitimização por homicídios nas décadas de 1980 e 1990, não

só no Rio de Janeiro, mas em várias cidades brasileiras foi descrito como um grave problema de saúde pública que persiste até os dias atuais (MINAYO e SOUZA, 1993).

A respeito disto, Souza (1994) revela que os homicídios foram considerados os grandes vilões da saúde pública naquele período, fazendo com que as mortes por causas externas (grupos constituído por acidentes e violências) assumissem importância crescente, subindo do quarto para o segundo lugar na mortalidade geral do país. Este cenário promoveu impactos na expectativa de vida da população, nas taxas de crescimento demográfico e nas perspectivas do segmento juvenil (SOUZA, 2001; 2004;). Dentre estes, os homens negros e moradores de periferias das grandes cidades brasileiras foram os mais afetados (CANO E RIBEIRO, 2007; CARVALHO E CRUZ, 1998).

No Estado do Rio de Janeiro, de acordo com Ramos (2009), esses homicídios podem ser entendidos como resultantes da violência urbana, dos confrontos armados entre quadrilhas de traficantes pelos pontos de venda de drogas e também entre estes e a Polícia, durante as operações policiais nas favelas. Estas questões vêm acionando discussões sobre o papel das organizações policiais no combate à criminalidade e também sobre a legitimidade da polícia junto à população, em especial a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que é a polícia responsável pela manutenção da ordem e pelo patrulhamento ostensivo e, portanto, a que mais temos contato no cotidiano.

Neste cenário, surge a proposta das Unidades de Polícia Pacificadora – UPP que consiste num projeto da secretaria de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de “instituir polícias comunitárias em favelas como meio de recuperar territórios ocupados por grupos criminosos nessas localidades e pacificar as áreas”<sup>1</sup>. Tal projeto propõe uma mudança no modelo tradicional de polícia, que supere o caráter “combativo” e militar, e promova a ênfase numa polícia de “prestação de serviço em segurança pública”, que tem como embasamento o modelo de policiamento comunitário. As unidades têm sido alocadas em alguns espaços favelados da cidade do Rio de Janeiro, onde foram construídos postos de policiamento permanentes com um efetivo de policiais que compreende uma razão entre policiais e moradores superior à média do estado.

Portanto, é crucial investigar o contexto no qual este modelo vem sendo implementado, a partir da perspectiva dos jovens, e deste modo refletir sobre as

---

<sup>1</sup> Disponível em <[www.upprj.com.br](http://www.upprj.com.br)>. Acesso em: 20/01/2012.

mudanças que proponham um modelo de Polícia mais comprometida com o local exige a atenção e o acompanhamento da sociedade.

Colocar em debate tais questões e dar destaque às estratégias utilizadas pelo segmento juvenil para lidar com as forças policiais podem contribuir para uma melhora dos serviços prestados por esta instituição. Conforme vemos em Minayo (2006) “a violência é o contrário do conflito institucionalizado. Ela traduz a existência de problemas sociais que não se transformam em temas de debate e de busca de solução pela sociedade (p.21)”.

Trata-se assim de reconhecer a violência como um fenômeno social complexo, que por conta de sua magnitude e dos impactos emocionais e físicos que ocasiona, se constitui num grave problema de saúde pública (DAHLBERG & KRUG, 2006). Como vemos em Agudelo (1990) apud Minayo (2006): “a violência representa um risco para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima” (p.69).

Desta maneira, o olhar sobre a saúde se dá na medida em que se avaliam as percepções dos indivíduos sobre um fenômeno social que impacta diretamente em todos os aspectos de suas vidas. A violência, portanto, interfere nos determinantes sociais da saúde dos grupos, na garantia de um ambiente seguro, pré-requisito e condição fundamental para a saúde. Neste sentido, vemos que a relação entre policiais e jovens moradores de favela (principalmente, mas não exclusivamente), por exemplo, tem se pautado na desconfiança, no ódio e no rancor mútuos, mas pode e deve ser diferente.

Tendo em mente estas questões, optei por situar minha pesquisa no Complexo do Alemão, possuindo como facilitadores a proximidade em termos de distância física; e em termos de rede de contatos, o que me permitiu conhecer diversos grupos de jovens. Junto a isto, o Complexo do Alemão, enquanto símbolo de magnitude espacial, de densidade populacional, e, principalmente, de área conflagrada, embora provocasse intimidação num primeiro momento, também gerava o interesse em desvendar este local para além da principal representação que lhe é corrente. Assim como as demais favelas do Rio de Janeiro, o Complexo do Alemão também tem sido socialmente representado como um *território da violência*. A diferença, no entanto, é que não é visto como um lugar “apenas” violento, mas sim como um dos *mais* violentos da cidade. Considerado um dos principais redutos do *tráfico*, ou seja, suposto abrigo para os chefes de uma facção criminosa, considerada a maior da cidade, com expressiva quantidade de

armamentos e drogas, além é claro, de homens dispostos a atuar no circuito dessa atividade controlando e dominando o território.

Sob esta ótica, outras dimensões do local permaneciam invisíveis aos “de fora”, assim como eu. De tal modo, era necessário conhecer aquele universo situado no coração do subúrbio carioca por dentro, através de algumas das suas 13 favelas que lhe fazem parte, através de moradores antigos e recém chegados, através dos que gostam e dos que não gostam de morar ali, mas principalmente através dos jovens. Neste grupo o desafio foi procurar jovens com perfis e trajetórias distintas com o objetivo de ampliar o leque de percepções.

Desse modo, foi possível apreender as impressões tanto de jovens com ampla trajetória de participação em projetos e movimentos sociais na comunidade, como também de jovens que estiveram envolvidos nas atividades criminosas do tráfico, também por um período significativo de tempo<sup>2</sup>. Considerando, de maneira esquemática, estes dois grupos de jovens como pólos opostos - o que não é real, pois há interseções nessas trajetórias - ouvimos também as opiniões de indivíduos não identificados com nenhum destes perfis.

Desta forma, meu “desvendar” o Complexo do Alemão aconteceu de modo simultâneo, porém distinto, ao desvendar desta área pelos demais habitantes da cidade do Rio de Janeiro. A partir da ocupação da região e de toda atenção e exploração midiática que ocorreu em seguida, outras faces do Complexo do Alemão passaram a concorrer com a representação do “território violento”.

Um fato que chamou muito a minha atenção no decorrer da pesquisa foi a percepção de vários moradores de que “o Alemão está na moda”. De fato, o Alemão entrou na moda, virou tema de novela no horário nobre de uma emissora de grande popularidade e ganhou visibilidade internacional (não necessariamente nesta ordem). Diversas iniciativas que aconteciam na localidade passaram a ganhar mais notoriedade e espaço na grande imprensa. No início deste trabalho, por exemplo, durante a busca de informações por meio da Internet, era comum aparecer, nos primeiros resultados da pesquisa, a veiculação de notícias relacionadas a operações policiais, apreensões de drogas e tráfico. Atualmente, quando realizo esta mesma busca, o espectro de imagens e notícias relacionadas ao Complexo do Alemão se amplia.

---

<sup>2</sup> Esses grupos de jovens tinham em média 23 anos de idade, marcados por pelo menos nove anos de idas e vindas no “mundo do crime”, por um lado, e por outro, nos projetos sociais desenvolvidos nas favelas.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo consiste no referencial teórico utilizado neste estudo, cujo enfoque se deu sobre os temas: juventudes, representações sobre as favelas, segurança pública, polícia e policiamento comunitário. O enfoque dado à Polícia e aos modelos de policiamento tem como finalidade elucidar aspectos que permitam conceber as organizações policiais de forma mais complexa e não apenas como um aparelho repressivo do Estado. Não se trata aqui de um estudo avaliativo sobre as UPP, ou de um estudo sobre a polícia, mas interessa compreender aspectos que afetam a relação da Polícia com os jovens.

No segundo capítulo procuro, em primeiro lugar, apresentar a metodologia empregada na pesquisa, com a descrição detalhada sobre as técnicas de coleta e de análise dos dados. Em seguida, de modo a descrever melhor o contexto da pesquisa, busco caracterizar o projeto das UPP expondo os princípios que orientam as práticas policiais, bem como as diretrizes que compõem sua estrutura normativa. Por fim, realizo uma caracterização geográfica do Complexo do Alemão, com sua localização, perfil sócio-demográfico e um breve histórico de ocupação da região.

O terceiro capítulo está centrado na análise dos dados coletados na observação e nas entrevistas. Sendo assim, busco inicialmente descrever como se deu a minha entrada no campo, dividindo o trabalho de campo em três fases ou momentos da pesquisa, no qual estive em contato com grupos distintos de jovens. A divisão nessas “fases” deve ser vista mais como um recurso esquemático para caracterizar o meu percurso no campo bem como o contexto de implantação das UPP e de produção das entrevistas. Posteriormente os resultados encontrados nas entrevistas foram agrupados nos seguintes eixos: visões sobre a “ocupação” e visões sobre as forças de manutenção da ordem: Exército, Polícia Militar e Polícia da UPP.

Nas considerações finais são destacados os principais resultados. Os dados apontam para as percepções dos jovens sobre uma nova regulação do espaço das favelas pelas forças de manutenção da ordem. No horizonte dos depoimentos observam-se as demandas por segurança pública e por serviços assistenciais. Há um sentimento de incerteza em relação à permanência das UPP enquanto política de governo. No novo contexto, os jovens percebem mudanças nas práticas policiais, ainda que de modo instável. As condições de possibilidade de afastamento das atividades criminosas ligadas ao tráfico de drogas na localidade também foram relatadas. E por fim, foi possível mapear algumas estratégias utilizadas pelo segmento juvenil para o

enfrentamento da violência, das quais se destaca o recurso às mídias sociais para publicização de denúncias, mobilização de protestos e reivindicação de direitos.

## **1 – REFERENCIAL TEÓRICO - JUVENTUDES, FAVELAS E SEGURANÇA PÚBLICA: LEITURAS**

Para uma melhor compreensão acerca do objeto de estudo, o aporte teórico que norteará o desenvolvimento desta pesquisa privilegia os seguintes temas: Juventudes, representações sobre as favelas, segurança pública, polícia e policiamento comunitário. A escolha por tais caminhos teóricos consiste numa tentativa de melhor guiar a observação no trabalho de campo sem, contudo, deixar-se prender a essas teorias.

Para pensar sobre a temática da juventude, utilizo como referência os trabalhos de José Machado Pais nos itens: Juventude como construção social e Juventude como “problema social”. Este autor propõe conceber a categoria em sentido plural, como juventudes, tendo em vista que não é uma categoria homogênea. Isto auxiliará na tarefa de pensar sobre como alguns aspectos macrossociais se expressam, exercem influência e são apreendidos e ressignificados pelos segmentos juvenis.

Com o objetivo de entender melhor o contexto socioespacial da pesquisa, optei por construir uma breve reflexão sobre o modo como os espaços favelados vêm sendo representados no imaginário social brasileiro. Assim, busco construir uma narrativa sobre a representação das favelas como territórios da violência e quais as implicações disto na sociabilidade carioca e no modo como as forças de segurança pública atuam. Para isso, utilizo como referência as análises de Zaluar (1999; 2006; 2009), Leite (2000), Leeds (2006), Soares (2005), Machado da Silva (2008) e Misse (1999; 2011).

Por fim, a opção por discorrer sobre os conceitos de segurança pública, polícia e policiamento comunitário tem por base a necessidade de compreender de forma mais ampla as ações que vêm sendo dirigidas aos territórios de UPP. Nesse percurso tomo como referência os trabalhos de David Bayley (2006), que se dedicou a examinar padrões de atuação da polícia no mundo moderno e mais recentemente vem construindo reflexões sobre o modelo de policiamento comunitário. Nas discussões sobre segurança pública e polícia militar utilizo como guia os trabalhos de Muniz (1999), Zaverucha (2007), Ramos (2008), Minayo et al (2008), Melo (2009), Soares (2009), Neto (2009).

## 1.1 Juventude como construção social

A *juventude* é uma categoria socialmente construída, ou seja, possui diversas representações sociais que buscam lhe dar um conteúdo. Segundo Pais (1990) a noção de juventude é uma das que mais se tem prestado a generalizações arbitrárias. Portanto, faz-se necessário, num trabalho de pesquisa sociológico, a análise mais detida da construção sociológica da juventude.

A principal representação social a respeito da categoria *juventude* corresponde à compreensão da mesma como uma fase da vida, situada entre a infância e a idade adulta. Quando aparece referida a uma fase da vida, é formulada no contexto de circunstâncias econômicas, sociais ou políticas, ou seja, é uma categoria sujeita a se modificar no decorrer do tempo. Assim sendo, o que é ser jovem varia de acordo com o período histórico e de acordo com a sociedade e a cultura em questão. Contudo, ao apreender a juventude levando-se em conta, exclusivamente, o critério etário, incorremos no equívoco de generalizar os “jovens” (adolescentes) como apenas partícipes de uma cultura juvenil “unitária”.

Neste sentido, vale a pena considerar os comentários de Bourdieu (1983), que argumenta que as divisões entre as idades são arbitrárias e que a juventude ou a velhice são construídas socialmente a partir da luta entre jovens e velhos por disputas de poder. Assim sendo, as divisões entre idades acabam por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação ao outro. Em razão disto, se observa que:

(...) a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou para encurtar, entre as duas juventudes. (BOURDIEU, 1983, p. 2)

Com isso o autor levanta a questão de que, se compararmos os “jovens” da classe burguesa, que apenas estudam, com os “jovens” (adolescentes) da classe operária, que trabalham em idade mais precoce do que os primeiros, veremos que, de fato, existem diferenças significativas entre aspirações, projetos para o futuro, costumes, hábitos, evidenciando o fato de que não existe uma juventude, mas sim juventudes. Nesse particular, o autor identifica *duas* juventudes, assumindo que, de um modo geral, os seus representantes são: o jovem da classe burguesa e o jovem de classe operária, e que, entre eles, encontramos todos os jovens que estão em posições intermediárias

(idem). Partindo destas idéias, mas aprofundando-as, assume-se como pressuposto metodológico para uma pesquisa sobre a temática da juventude o fato de que “a juventude não é socialmente homogênea, ela aparece dividida em termos de seus interesses, das suas origens sociais, suas perspectivas e aspirações” (PAIS,1990).

Tomando como referência o que foi dito acima pelo autor, é possível agrupar as teorias que buscam compreender a juventude em duas principais correntes da sociologia da juventude, são elas: a corrente geracional e a corrente classista.

A corrente geracional considera a juventude como um conjunto social que possui como principal atributo o fato de ser composta por indivíduos que se encontram na mesma fase da vida. Assim, há a ênfase sobre aspectos comuns na constituição deste grupo, aspectos que fariam parte de uma *cultura juvenil* específica de uma *geração* definida pela faixa etária e em oposição à cultura de outras gerações (a dos adultos, por exemplo). Por conseguinte, esta perspectiva valoriza o aspecto unitário da juventude, ou seja, as similaridades entre os jovens. O foco central se dá sobre as continuidades ou rupturas nas formas e conteúdos das relações sociais de uma geração para a outra.

A principal crítica a esta corrente diz respeito ao fato de a idade ser vista como uma variável mais relevante que outras, como por exemplo, as socioeconômicas, de modo que se faça arbitrariamente a correspondência entre uma faixa etária e um universo de interesses pretensamente comuns (idem). O alcance desta explicação é limitado pela inexistência de uma uniformidade de hábitos e valores em todo o segmento jovem de uma sociedade.

Já a corrente classista privilegia as distinções simbólicas entre os jovens como diferenças interclasses. As culturas juvenis, vistas de modo plural, seriam, portanto, o resultado das culturas de classe (p.61). Desse modo, privilegia a diversidade na caracterização da juventude, identificando diferentes *culturas juvenis* determinadas por características de classe, de situação econômica, pelas parcelas de poder, diferenciais educacionais e de oportunidade, por exemplo. Deste modo, os trabalhos orientados por esta corrente tendem a ter uma posição mais crítica com relação à utilização da noção de juventude como categoria analítica (idem).

Algumas críticas que são dirigidas a este ponto de vista argumentam que ainda que se notem diferenças significativas entre jovens de diferentes estratos sociais, existem similaridades entre os grupos que esta teoria não daria conta de explicar. Também se levanta a questão de que os processos que afetam as culturas juvenis não podem ser apreendidos exclusivamente como resultantes do posicionamento de classe.

A respeito disto, Pais (1990) nos oferece uma alternativa mediante as duas posições teóricas apresentadas anteriormente, que se assume como a mais indicada para o presente estudo:

Era esse o treino que gostaria também de exercitar ao propor que a juventude fosse principalmente olhada em torno de dois eixos semânticos: como aparente unidade (quando referida a uma fase da vida) e como diversidade (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros). De fato, quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados, estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente do da juventude enquanto referida a uma fase de vida (1990. p.149)

A juventude então deve ser apreendida tanto como uma unidade, referida a uma fase da vida que tem como principal interlocutor o “mundo adulto”, mas também como diversidade, no sentido de um conjunto social heterogêneo. Podemos dizer que a juventude ora se apresenta de forma homogênea (quando comparada a outros grupos geracionais), ora se apresenta de forma heterogênea, com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros e que vão variar de importância de acordo com o contexto (PAIS, idem).

Neste sentido, faz-se essencial apreender a categoria como um processo social de transição para a vida adulta, que apresenta especificidades de acordo com fatores socioculturais condicionantes das trajetórias juvenis (HEILBORN, 2006).

### **1.1.2 Juventude como um problema social**

Diversos são os fatos que concorreram para que a juventude fosse representada como um problema social, dentre estes, os fatores econômicos, políticos e sociais que caracterizaram o contexto histórico na segunda metade do século XIX e trouxeram à tona problemas e tensões que permitiram torná-la objeto de consciência social. De um modo geral, histórica e socialmente, a juventude tem sido associada a uma fase da vida caracterizada pela incerteza e pela instabilidade. Isto ocorre em virtude dos problemas sociais decorrentes, dentre outras coisas, do contexto sócio-histórico, que influenciam mais intensamente os grupos considerados jovens e que têm sido elencados como constituintes da própria juventude (PAIS, 1990).

Assim, as dificuldades de entrada no mundo do trabalho, o desemprego entre os jovens, a gravidez na adolescência, a delinquência juvenil, a desestruturação familiar, o uso de drogas, todos esses problemas sociais passam a concorrer para a produção do

significado de juventude como um problema social entre os diferentes atores sociais (PAIS, 1990; HEILBORN, 2006).

De fato, quando pensamos na juventude brasileira, o quadro apresenta questões a serem superadas, já que, segundo os dados divulgados pela Política Nacional de Juventude (2005), o Brasil tem 48 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos, dos quais 34 milhões têm entre 15 e 24 anos, e sendo nesta faixa que se encontra a parte da população brasileira atingida pelos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, de mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade<sup>3</sup>.

Um olhar mais detalhado sobre este panorama revela uma enorme desigualdade entre os jovens brasileiros que varia, sobretudo, conforme a classe social à qual estão inseridos; a raça ou cor da pele; o gênero; e o local de moradia dos jovens (NOVAES, 2006).

Ao se pensar em jovens de uma mesma faixa etária, porém de classes sociais distintas, observa-se que aos jovens de classes mais altas é permitido que se alargue o tempo correspondente à sua *juventude*, enquanto que para jovens de camadas populares, que ingressam no mundo do trabalho mais cedo, este tempo seria encurtado. Deste modo, jovens de uma mesma faixa etária vivenciam juventudes desiguais. Enquanto os primeiros permanecem mais tempo no mundo escolar buscando uma formação mais competitiva para a entrada no mercado de trabalho com melhores salários, os jovens de classes mais baixas seriam levados a abandonar os estudos e ingressar mais cedo na vida produtiva (NOVAES, 2006).

Além da classe, como dito acima, outras variáveis interferem na experiência de ser jovem na sociedade brasileira, sendo as mais significativas a “raça” ou cor da pele, o gênero e o local de moradia. Diversos estudos sobre desigualdades sociais têm demonstrado o quanto indivíduos classificados como negros estão expostos a desvantagens cumulativas ao longo de suas trajetórias de vida. Somado a isto, a análise de gênero também permite aprofundar aspectos relacionados às desigualdades entre os jovens brasileiros. No campo de estudos da violência e juventude, por exemplo, esta perspectiva contribui na análise dos fatores de risco associado aos jovens, em especial aos jovens homens, principais vítimas e agentes das violências. A variável gênero, no entanto, precisa ser analisada em interface com “raça”, local de moradia e geração. É o que sugere o estudo de Inácio Cano e Carlos Eugênio Ferreira (2004); além de

---

<sup>3</sup> Ver [http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame\\_juventude.htm](http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm)

verificarem que os homens são muito mais afetados pelas mortes por homicídios que as mulheres, eles também mostram que dentre os homens, os jovens pobres e negros são os mais vulneráveis. Desde a adolescência até as idades mais avançadas, a taxa de mortalidade masculina por homicídio é pelo menos dez vezes superior à feminina (SOUZA,1994; 2004).

No perfil das vítimas de homicídios no Brasil, inclui-se, necessariamente, o recorte de gênero, tendo em vista que, do ponto de vista da saúde pública, mesmo a mais superficial análise de dados conclui que as taxas de mortalidade dos homens com idades entre 15 e 24 anos são muito superiores às das mulheres da mesma faixa etária (idem). Dentre estes, os moradores de periferias das grandes cidades brasileiras são os mais afetados (MINAYO E SOUZA, 1993; CARVALHO E CRUZ, 1998; SOUZA, 2001; SOUZA, 2004; CANO E RIBEIRO, 2007). Neste particular, ser homem, negro e jovem morador de uma área pobre nos centros urbanos é por si só um “forte fator demográfico de risco” (BARKER, 2008). Com relação a isto, Ramos (2008) alude para o que denomina de “indicador de risco para a morte por agressão no Brasil”, o IGCC- Idade, gênero, cor e classe. Segundo a autora, essas variáveis “combinam-se de forma explosiva a território para descrever os padrões predominantes da morte violenta intencional no Brasil urbano e para balizar o uso da força em ação policial” (p.29).

Neste último aspecto, que diz respeito ao local de moradia dos jovens, é importante ressaltar o que afirma Novaes (2006):

O endereço faz diferença: abona ou desabona, amplia ou restringe acessos. Para as gerações passadas esse critério poderia ser apenas uma expressão da estratificação social, um indicador de renda ou de pertencimento de classe. Hoje, certos endereços também trazem consigo o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e a corrupção dos traficantes e da polícia – chamadas favelas, subúrbios, vilas, periferias, morros, conjuntos habitacionais, comunidades. Ao preconceito e à discriminação de classe, gênero e cor adicionam-se o preconceito e a discriminação por endereço. (NOVAES, 2006. p.106.)

Em conformidade com isto, vemos em Cecchetto e Farias (2009) que há um padrão de classificação geográfica no Rio de Janeiro no qual o lugar de moradia serve como parâmetro para outras formas de classificação, particularmente de classe social e *ethos*. E no caso de jovens de moradores de áreas de favelas, ou áreas próximas, esse padrão classificatório assume contornos mais dramáticos. Pode indicar o pertencimento ou não a áreas controladas por facções criminosas “amigas” ou “inimigas”, podendo implicar na restrição da circulação por áreas controladas por facções rivais.

De modo geral, essas serão as variáveis escolhidas para a presente pesquisa que objetiva investigar a percepção dos jovens sobre as ações das forças de segurança dirigidas aos seus locais de moradia a partir da inicial ocupação pelo Exército e da posterior ocupação pela polícia com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora.

## 1.2 Representações sobre as favelas

Como vimos anteriormente, o local de moradia é um marcador importante quando se discute a juventude brasileira. Nesse particular, as favelas têm seu lugar de destaque, seja por sua geografia e paisagem diferenciada no ordenamento das cidades, seja por toda a carga de simbolismo e de legado cultural que representa. Sendo assim, com o objetivo de compreender melhor o contexto social e espacial da pesquisa discuto neste item alguns elementos levantados por diversos autores que se dedicaram a estudar o tema. A ideia foi construir uma breve reflexão sobre o modo como as favelas vêm sendo representadas no imaginário social brasileiro até os dias atuais.

A favela tem sido, historicamente, uma representação social construída por diferentes atores sociais. No início do século XX, médicos, cronistas, jornalistas, engenheiros e autoridades policiais eram considerados os intérpretes autorizados para falar sobre esses espaços da cidade, reproduzindo ideais centrados na saúde, no saneamento e no embelezamento do Rio de Janeiro, então capital da República (VALLADARES 2000; ZALUAR 2006; BURGOS, 2006). Tais atores viam as favelas como a antítese de uma cidade idealizada, como materialização do atraso e da miséria das populações pobres que ali moravam. Ora como “foco de doenças, gerador de mortais epidemias, ora como sítio por excelência de malandros e ociosos”, a favela, segundo Zaluar (2006) passou a ser representada como um dos fantasmas prediletos do imaginário urbano, persistindo na cena institucional carioca até os dias de hoje.

A respeito disso, Souza e Silva & Barbosa (2005) afirmam que a representação dos espaços favelados tem sido definida pelos ideários da ausência, da carência e da homogeneidade. Assim, a favela é sempre definida pelo que ela não teria, por ser um lugar sem infra-estrutura urbana, sem ordem e sem lei. Os referidos autores defendem que esse ideário acaba por estereotipar os espaços favelados de duas formas distintas: uma forma *conservadora* e uma pretensa forma *progressista*. A primeira seria aquela que associa os moradores de favelas a potenciais criminosos ou como colaboradores das atividades criminosas. E a segunda, por sua vez, estaria ligada a uma visão paternalista

que os vitimiza e acaba por tomá-los como atores *passivos* de uma estrutura social injusta. Esta segunda forma é incapaz de oferecer alternativas ao discurso conservador se mostrando enfim tão discriminatória quanto ele (SOUZA E SILVA E BARBOSA, 2005).

O ponto que pretendo focalizar neste trabalho diz respeito à representação dos espaços de favela como *territórios da violência*, que tem como marco o processo iniciado no final dos anos 1980, com o aumento dos confrontos entre as facções criminosas pela disputa de pontos de venda de drogas na cidade. Tal contexto configura uma inovação no *modus operandi* das atividades criminosas que acontecem nestes espaços, que fomentou nos anos que se seguiram, uma representação da favela como o território, por excelência, da violência, ou seja, um espaço dominado e controlado violentamente por traficantes armados.

A intensificação da representação da favela como o território da violência ganhou destaque tanto no meio acadêmico como no senso comum, em função de um processo que se inicia no final dos anos 1980, com a entrada da cocaína no varejo de drogas da cidade. Diversos autores (LEEDS, 2006; ZALUAR, 2006) indicam esse cenário como especialmente importante para se pensar o problema da criminalidade no Rio de Janeiro. Basicamente a disputa pelo controle territorial dos pontos de venda de drogas entre os bandos armados resultou na dominação violenta desses espaços. Nesse contexto, há um crescimento vertiginoso no número de homicídios de homens jovens, envolvidos ou não com esse comércio ilegal.

Essa atividade local, segundo Zaluar (*idem*) precisa ser compreendida a partir de suas conexões com uma rede internacional do crime organizado em escala global, com impactos na política, na economia e na cultura. Segundo Leeds (*idem*), a produção, o processamento e a distribuição da cocaína constituem a primeira empresa multinacional autóctone da América Latina sendo sua “primeira forma genuína de integração econômica” (p. 234). Em todos os países que serviram de rota nesse comércio transnacional, os territórios da pobreza foram os mais impactados, afetando principalmente as camadas populares tradicionalmente desassistidas. Dito de outra forma, a ilegalidade que caracteriza essas ações requer, para sua operacionalização, determinados espaços e ambientes, cuja precariedade urbana e informalidade os tornam atraentes para o desenvolvimento dessas atividades.

No caso brasileiro, a transformação na organização transnacional do crime afetou principalmente as regiões metropolitanas, e no caso do Rio de Janeiro, as

periferias urbanas localizadas nas favelas. Como podemos ver em Machado da Silva et al (2008), é principalmente a partir dos anos 1980 que o Brasil se estabelece como rota da cocaína para a Europa e para os EUA, ao mesmo tempo em que internamente o mercado de consumo do produto se consolida nas bocas-de-fumo já existentes. A respeito disso, Zaluar (1999) aponta para o incremento da diversificação das atividades criminosas, o que ela denomina como *crime negócio*, isto é, “ações e intercâmbios realizados em torno do contrabando de armas e drogas”, envolvendo “redes de escambo entre mercadorias roubadas e tráfico de drogas ilegais” (p.13)

Pode-se então pensar que, a partir deste momento, há uma reestruturação dos espaços onde essa distribuição ocorre, com a diversificação das atividades criminosas resultando num novo padrão de criminalidade que tem a ver não só com essa diversificação, mas também com a forma como os atores envolvidos nessas atividades passam a atuar: de maneira mais violenta (idem). A necessidade de proteger o mercado de venda de drogas acabou por atrair também mais armamentos, fomentando simultaneamente o tráfico de armas - estas cada vez mais potentes, sendo até mesmo armamentos de guerra<sup>4</sup>.

Complementando essa idéia, vemos em Machado da Silva (1999) que a criminalidade vem assumindo um caráter mais violento a partir desta década, e que não se trata mais da ação pulverizada de indivíduos isolados, mas sim de grupos que passam a se organizar em empreendimentos, consolidando um formato, conteúdo e sentido sociocultural marcadamente originais. Seguindo essa linha, observa-se na estrutura do crime ligado à cadeia do tráfico no Rio de Janeiro a imposição de uma prática social que se distingue do que havia até então e que Machado da Silva (2008) denominou de *sociabilidade violenta* (idem).

A sociabilidade violenta seria um tipo de ordem social baseada quase que exclusivamente por referência ao recurso universal da violência como forma de subjugação do outro. Constitui-se em uma forma de vida autônoma de grupos

---

<sup>4</sup> Pode-se dizer então, que se iniciou, assim, uma corrida armamentista entre as duas principais organizações criminosas até então - o Comando Vermelho e o Terceiro Comando - pela posse das armas mais letais, capazes de garantir o controle dos pontos de venda de drogas e a expansão para outras favelas da cidade. A partir de meados dos anos 1990 criaram-se novas facções, como Comando Vermelho Jovem (CVJ), Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP), fazendo com que se intensificassem as disputas e a violência na cidade. Junto a isso, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ também entrou nessa corrida armamentista. Tudo isso aumentou a letalidade dos confrontos entre as quadrilhas e entre estas e a polícia (MISSE, 2011).

criminosos que se caracteriza por um intrincado sistema hierárquico onde o recurso da violência não é apenas utilizado contra grupos rivais, mas dentro do próprio bando.

Esta definição não segue o conceito de sociabilidade tal como definido por Georg Simmel, como a interação pela interação, ou seja, a interação em que não há motivação, fins ou interesses. Em razão disto, para autores como Zaluar e Ribeiro (2009), a expressão sociabilidade violenta é uma “contradição em termos”, pois “a violência é um meio para atingir um fim, material, político ou simbólico” (id, p.11).

O que pode ser dito, entretanto, é que nessa configuração são cultivados códigos morais e de conduta baseados na lealdade e na confiança, articulados a acordos tácitos estabelecidos entre os grupos, embora instáveis e variáveis. A quebra da cadeia de reciprocidade entre os integrantes das quadrilhas, ou a desobediência ao líder do grupo, implica em punições e retaliações. Para os moradores desses territórios esse código é subjetivamente incorporado, experimentado de um lado como medo das ações do tráfico e de outro pelo estigma relativo a uma violência da qual não é o protagonista (MACHADO DA SILVA, 2008).

Um dos aspectos, então, do código incorporado diz respeito à lógica territorial das facções criminosas, opondo territórios “amigos” e “inimigos”, e impedindo a livre circulação dos moradores de algumas dessas áreas por territórios considerados “inimigos”<sup>5</sup>. Isso se reflete na discriminação social, ampliando o preconceito e os estereótipos negativos ligados aos moradores das áreas conflagradas, vistas como um risco à “cidade formal”, demandando do ponto de vista das forças policiais o aumento do controle e da repressão aos indivíduos, o que pode ser denominado como uma *vida sob cerco*:

Toda a população moradora de favelas passou a ser vista como composta por bandidos ou quase bandidos em razão da contigüidade territorial inescapável com a minoria que integra os bandos armados. Emparedada, vive uma vida sob cerco. (MACHADO DA SILVA, 2008:14)

A compreensão desse território das favelas como o território da violência que precisa ser cerceado tem por base, de um lado, o aumento quantitativo do número de assaltos, sequestros e homicídios, sobretudo de homens jovens; e de outro, uma cultura do medo que se difundiu por toda a sociedade, gerando insegurança e reforçando visões discriminatórias e conservadoras sobre a população favelada e sobre as favelas, alterando os padrões de sociabilidade na cidade. Como vemos em Oliveira (2007)

---

<sup>5</sup> Para saber mais sobre essa lógica de territorialização na cidade do Rio de Janeiro ver Cecchetto e Farias (2009).

A favela, como parte das mutações que ocorreram na cidade, em particular na metrópole Rio de Janeiro, deixou de ser apenas um *habitat*, distinto no conjunto da cidade, para se transformar em território, espaço de controle e de domínio de grupos armados que operam no mercado ilegal do narcotráfico. Nesse sentido, a favela apartou-se ainda mais dos bairros e de outros espaços da cidade, num reforço ao processo de segregação sócio-espacial, já visível na paisagem. A convivialidade, que em algum momento existiu com maior fluidez social e cultural entre a favela e o bairro, tornou-se extremamente restritiva, permanecendo limitada, muitas vezes ao interior de cada espaço ou comunidade (OLIVEIRA, 2007. p.6).

Sendo assim, o medo da criminalidade violenta gerou uma demanda por ordem em todas as classes sociais, tendência conservadora que passou a exigir mais eficiência e mais dureza nas práticas policiais (ZALUAR, 2006).

Este mesmo medo pode ser entendido como vivenciado pelas Polícias sob a forma de suspeita. Nesse sentido, as instituições policiais, enquanto instituições sociais acabam por incorporar e reforçar os estereótipos e representações presentes na sociedade brasileira. A respeito disto vemos que:

(...) a suspeita está para a Polícia como o medo está para a população. Nos dois casos a direção do foco está longe de ser aleatório. A tal ponto se verifica esta justaposição, que não seria exagero sugerir que a suspeita não é mais que o medo fardado, armado, sublimado em linguagem e técnica e destilado para servir de combustível à hostilidade profissional dos policiais. Os objetos do medo e da suspeita tendem a se sobrepor, porque os critérios empregados para utilizá-los são os mesmos. Encobertos pela máscara das justificativas técnicas ou das alegações digressivas estão os mesmos valores, atavicamente agarrados ao inconsciente coletivo, fundamente enraizados na cultura brasileira (SOARES, 2005).

Essa configuração acaba por contribuir para a representação da cidade do Rio de Janeiro como uma cidade em guerra, tal como discutida por Leite (2000). Essa representação, que conta com o impulso fomentado pela grande imprensa se intensifica nos anos 1990. Em relação a esse ponto, a autora ressalta a crescente utilização da metáfora da guerra, isto é, a associação dos confrontos vividos na cidade a uma guerra entre “morro e asfalto, favelados e cidadãos, bandidos e policiais” (p.74). Segundo Rocha e Silva Filho (2009) “sua lógica é a de que em uma guerra não há tempo para contemporizar, diferenciar alvos camuflados, afinal, o tempo é precioso e discutir direitos humanos inverte a vantagem tática de atacar primeiro com força arrasadora” (p.457).

Sob essa perspectiva, seus adeptos não só aceitavam, mas muitas vezes reforçavam, a necessidade da intensificação da repressão violenta dos policiais nas favelas, clamando por ordem e segurança e pela disciplinarização das “classes

perigosas”. A utilização da metáfora da guerra teve como principais partidários os policiais civis e militares, contando com a adesão ativa de vários políticos, de setores da imprensa e de boa parte dos moradores da cidade, oriunda principalmente de camadas médias e abastadas. Nesse contexto, são difundidas as idéias sobre medidas de segurança pública a serem tomadas para combater o “mal” nesses territórios (LEITE, 2000).

Assim gostaria de chamar atenção, em especial, neste discurso da guerra, para a visão de que favela virou sinônimo de *território*, mas numa acepção militarizada, onde as fronteiras são delimitadas seguindo a lógica espacial dos traficantes. Sob essa perspectiva, observa-se que a partir do momento em que a favela é vista sob a ótica de um território hostil, onde o caráter de sua territorialidade é definido pelo *poder* das atividades criminosas, há um reforço na construção de estereótipos negativos que acabam por refletir numa ação policial mais violenta nestes locais do que em outras áreas da cidade. Desta maneira, como já visto por Machado da Silva e Leite (2007), negligenciam-se os direitos civis de indivíduos das classes populares que são considerados suspeitos de envolvimento com a criminalidade violenta. Por outro lado, esta estigmatização provoca ainda a deslegitimação das reivindicações e denúncias sobre a violência policial por parte de moradores de favelas junto ao poder público, que acaba resultando numa descrença e desesperança com relação aos mecanismos de acesso à justiça (BIRMAN e LEITE, 2004).

Tendo em vista as questões acima abordadas, é possível pensar que a interação entre moradores de favelas e forças policiais, em geral, se dá por meio de uma tensão, em que a desconfiança mútua entre esses grupos configura esta relação. Em virtude disto, constatar que estes espaços são agora ocupados pela polícia militar permanentemente, através das Unidades de Polícia Pacificadora- UPP fomenta diversas questões. Mais ainda pelo fato de que esta ocupação pela polícia tem como embasamento um modelo de policiamento que propõe uma polícia mais democrática e cidadã, tendo em vista um conceito ampliado de segurança pública que propõe uma aproximação entre policiais e população e pressupõe uma relação de confiança entre ambos.

De início, observa-se uma inovação que precisa ser mais estudada e compreendida, pois se nota uma mudança no discurso conservador anterior e nas práticas utilizadas. Ou seja, em contraponto ao discurso anterior proferido pelas autoridades de segurança e pela sociedade em geral, que remetia à metáfora da guerra e

clamava ao combate do “mal” através da violência, surge o uso da expressão *pacificação*<sup>6</sup> no discurso de lideranças de governo e da secretaria de segurança pública responsáveis pelas UPP- que ressaltam a importância de se “libertar” os moradores das favelas do domínio do tráfico através de um processo que se propõe a ser de longo prazo.

Nesse contexto, percebe-se que inicialmente o referencial ainda permanece o mesmo, com o reforço da categoria território numa acepção militarizada para pensar o território inimigo, subjugado pelo poder do tráfico e a idéia de “pacificação dos territórios”, tendo em vista a representação de que estes seriam os “territórios da violência”. Mas as formas de atuação se alteram (MACHADO, 2010.p.10). Ou seja:

Inverteram-se os termos: a guerra- isto é, as famigeradas operações, que estão longe de ter acabado- prepara a pacificação; a guerra deve ser intensa, mas é curta; já a pacificação pode ser lenta, mas é de longo prazo. (Há casos em que as duas etapas se superpõem, misturando ênfases na atuação da polícia...) (MACHADO, 2010.p.10)

Nesse sentido, pesquisadores vêm discutindo a concepção das UPP, centrada no reforço do território. Para Misse (2011), a constatação de que a pacificação tem também os seus “territórios” encontra explicação na persistência desta lógica no cenário geopolítico da cidade. Segundo o autor, a territorialização do poder de Polícia no Rio de Janeiro é mais um capítulo de uma longa história, cujos contornos precisam ser lembrados. Defende ainda que o desafio agora seja não o de “levar políticas públicas” para os territórios, mas desterritorializá-los, isto é, integrá-los como bairros normalizados à cidade, dissolvê-los enquanto “territórios”, inclusive “territórios de UPPs”:

A persistência de uma lógica de territórios indica, mais uma vez, a estabilização e fixidez, nessas áreas, das margens do Estado. Favela ou comunidade, não importa o eufemismo, o que se faz é reificar no território relações sociais de segregação e estigma, de desigualdade e repressão. Nesse sentido, as UPPs terão alcançado sucesso quando não buscarem a permanência, quando não buscarem uma nova (ainda que bem intencionada) territorialização. É mais ou menos como o Bolsa Família: o sucesso depende de que o programa alcance seu fim, isto é, que tenha como meta alcançável seu próprio fim. O grande risco é que a territorialização permaneça e, com o

---

<sup>6</sup> Sem dúvida há contradições neste discurso. Um exemplo seria no emprego do nome “veículo pacificador” para designar o veículo popularmente conhecido por “caveirão”. Este é um carro blindado negro, fortemente armado, que apresenta estampado o brasão do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da PMERJ, que o utiliza. O brasão se caracteriza por ser a imagem de uma caveira humana transpassada por um punhal, em razão disto, a denominação popular de “Caveirão”. A corporação tem recebido denúncias de que este veículo espalha o temor através de auto-falantes que transmitem mensagens de ameaça. Para saber mais ver Rocha e Silva Filho (2009) e Rocha (2008).

tempo, sirva novamente para que se reorganizem os dois principais mercados ilegais: o que oferece drogas a varejo e o que oferece mercadorias políticas (MISSE, 2011).

Diante deste panorama, sugiro uma reflexão sobre o território das favelas tendo como referencial uma perspectiva geográfica, que como afirma Haesbaert (2010), é intrinsecamente integradora, pois vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. Nesse sentido, compreende-se o conceito de território tal como afirma Milton Santos (2007):

O território tem que ser entendido com o território usado, não o território em si. O território é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (2007, p.14)

Esta perspectiva reconhece na caracterização dos espaços favelados os elementos de positividade que lhe conferem um valor cultural singular no tecido urbano da cidade, como parte integrante desta. Como nos diz Oliveira (2007):

A favela, também como os demais espaços da cidade, é lugar de vida, de criação, de arte, de alegrias e dores, de estratégias de sobrevivência, que ao contrário de equívocos, têm se apresentado como soluções para esta população que habita espaços populares sob condições ambientais, econômicas e sociais extremamente adversas. Mais do que isso, os espaços populares da cidade têm conferido a ela parte de sua própria identidade. (p.9)

Diante disto, parece ser este um momento especial que vem proporcionando um debate fértil a respeito do lugar que as favelas ocupam na cidade e que exige uma interlocução maior para que as fronteiras desses “territórios” se desfaçam e estes sejam vistos não mais como espaços à parte da cidade.

### **1.3 Segurança pública, Polícia e Policiamento Comunitário**

#### **1.3.1 Monopólio da violência e segurança pública**

Conforme vemos em Max Weber (1970) a característica fundamental do Estado Moderno consiste no seu monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. Nas sociedades modernas, portanto, somente o Estado pode

exercer a autoridade através do uso da violência, que pressupõe um processo de legitimação<sup>7</sup>. O Estado passa então a ter o dever de proteger os cidadãos que abdicaram de suas liberdades individuais em prol dos direitos coletivos. A garantia da ordem interna tomou nesta configuração uma dimensão pública adquirindo um caráter de bem coletivo (SAPORI, 2007).

Nessa perspectiva, podemos compreender a emergência do conceito de segurança pública. Pode ser dito que nas sociedades modernas a segurança pública é um bem garantido pelo Estado aos indivíduos por meio de dispositivos legais que estabelecem os parâmetros de seu poder de atuação. Dessa forma, o papel do Estado foi decisivo na construção de aparatos burocráticos que passaram a assumir a responsabilidade pela garantia da ordem pública, mais particularmente, através da instituição do sistema prisional, das organizações policiais profissionalizadas e de um sistema judicial formalizado (SAPORI, 2007).

Paralelo à garantia da ordem que compete ao Estado, o conceito de segurança pública tornou-se mais amplo nas sociedades contemporâneas, não se restringindo ao combate da criminalidade e à atividade policial. A segurança pública enquanto política desenvolvida pelo Estado não está voltada somente para ações de repressão, mas também de proteção e de prevenção aos riscos à que as pessoas estão expostas (NETO, 2009).

No Brasil, segundo o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, a segurança pública se caracteriza como “dever do Estado” e como “direito e responsabilidade de todos”, devendo ser exercida para a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. E deve ser exercida sob a competência dos seguintes órgãos: a Polícia Federal; a Polícia Rodoviária Federal; a Polícia Ferroviária Federal; as Polícias Civis; Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares.

No entanto, como vemos em Neto (2009) há duas concepções de segurança pública em disputa no cenário brasileiro desde o período de redemocratização do país. Uma se centra na idéia de combate, e outra na idéia de serviço público.

A primeira assume como o papel da polícia “combater os criminosos, que são convertidos em inimigos internos”, e nessa acepção as favelas são vistas como

---

<sup>7</sup> Segundo Norbert Elias (1993) a questão do monopólio da força pelo Estado foi acompanhada por mudanças psicológicas no comportamento dos indivíduos acionando a criação de “controles internos” (autocontrole). Estes mecanismos iriam prevenir o crime através de medos e temores frente a transgressões do comportamento socialmente aceitável. A violência privada foi substituída pela violência estatal e outros mecanismos de controle social.

“territórios hostis, que precisam ser ocupados por meio da utilização do poder militar” (id., p.53). A política de segurança que tem por base tais ideais acaba por se estabelecer como uma “política de guerra”, de “tolerância zero” na qual medidas excepcionais se justificam para a manutenção da ordem. Segundo este autor, esse modelo de segurança pública é remanescente do regime militar e vem sendo naturalizado como o meio mais eficiente de realizar a segurança pública a despeito de sua inadequação à ordem constitucional brasileira. Isso indica que embora a Constituição de 1988 tenha definido o conceito de segurança pública tal como exposto acima, ela não explicita qual modelo orienta a sua prática. Isto permite que ambos os modelos - o “combativo” e o do “serviço público”- coexistam simultaneamente nas polícias brasileiras, com a primazia do primeiro. Essa primazia é explicada segundo os seguintes fatores:

O modelo tem resistido pela via da impermeabilidade das corporações policiais, do populismo autoritário de sucessivos governos e do discurso hegemônico dos meios de comunicação social. Com os atentados de 11 de setembro, voltou a ser praticado no plano internacional. Elevado à condição de única alternativa eficaz no combate ao terrorismo, tem justificado violações sucessivas dos direitos humanos e as normas mais básicas que regem o convívio entre as nações. (NETO, 2009. p.53)

Uma segunda concepção de segurança pública tem por base o entendimento desta como um serviço público prestado pelo Estado aos cidadãos. Nesta concepção “não há mais inimigo a combater, mas cidadão para servir” (p.53). Ancora-se no entendimento da atuação positiva do Estado no sentido de proteger a segurança dos cidadãos. É defendida como um modelo de segurança mais democrático, que prima pela transparência das instituições policiais e pela maior participação dos cidadãos na gestão da segurança pública. O combate então passa a ser substituído pela prevenção, pela integração com práticas sociais, por medidas administrativas de redução dos riscos e pela ênfase na investigação criminal (NETO, 2009).

A respeito disto, vemos que em sociedades democráticas, as polícias desempenham várias outras funções além de lidar com o crime, tendo em vista um conceito ampliado de segurança pública. E por esta razão, esta concepção é a que mais se alia à proposta do policiamento comunitário. No entanto, vemos que esta forma de fazer segurança pública, que pressupõe um processo de democratização das polícias, ainda não se concretizou no Brasil, sendo ainda objeto de disputas que ora primam por um discurso conservador e autoritário, ora propõem uma ação mais progressista, que na maioria das vezes fica restrita a departamentos e programas específicos (idem). Esta

imprecisão reflete diretamente nas práticas policiais que ao mesmo tempo em que promovem o policiamento comunitário, por exemplo, nas UPP, continuam exercendo as chamadas “operações”, com incursões bélicas e a morte de muitos em outros locais da cidade.

### 1.3.2 Polícia Moderna e modelos de policiamento

Embora não seja a única, a instituição policial tem sido a principal agência do Estado que tem a permissão e a função de regular as relações interpessoais por meio da aplicação da força física. Como vemos em Bayley (2006) a definição de polícia envolve três aspectos fundamentais: a utilização da força, real ou por ameaça; sua atuação no interior das fronteiras nacionais (que distinguiria assim as polícias das corporações militares); e a autorização por um grupo, que envolve o aspecto coletivo do policiamento e a legitimidade para exercê-lo. Junto a isso, outros atributos são destacados como constituintes das organizações policiais no mundo contemporâneo, como seu caráter público, a especialização (na aplicação da força) e a profissionalização<sup>8</sup>. Estas características não esgotam a definição do que é Polícia<sup>9</sup>, mas são destacadas pelo autor em função de representarem a polícia que possui a maior atuação percebida contemporaneamente (BAYLEY, 2006).

Deste modo, a polícia enquanto organização criada pelos Estados Modernos deve ser compreendida como uma instituição social e como uma organização formal e burocrática, pois apresenta uma cultura tradicional e uma identidade; ao mesmo tempo, apresenta divisão de tarefas, hierarquia, caráter de profissionalização e estabelecimento de normas. Estas dimensões são centrais para a compreensão das transformações na cultura organizacional dessas instituições que darão origem a novos modelos de policiamento (MARINHO, 2002).

Kelling e Moore (1988), que se dedicaram a estudar a história das estratégias de policiamento nos Estados Unidos, observam que esta pode ser dividida em três etapas, ou “eras” distintas: a era da política, a era da reforma (ou era do modelo profissional burocrático) e a era da resolução de problemas com a comunidade. A era da política

---

<sup>8</sup> Refere-se à preparação explícita para realizar tarefas exclusivas do policiamento. Guarda relação com a racionalização da atividade policial e envolve: o recrutamento por mérito, o treinamento formal, a evolução na carreira, a disciplina e o trabalho em tempo integral (Bayley, 2006).

<sup>9</sup> O policiamento pode ser também privado ou particular e até mesmo não especializado (Bayley, 2006).

corresponderia ao período de 1840 até aproximadamente 1900. Esse período se caracterizava por um policiamento guiado por interesses políticos, sem profissionalização e mais propenso a corrupção. Já a era da reforma na polícia surgiu da necessidade de resolver esses problemas e investir na formação do policial, tendo como base um modelo de policiamento conhecido como profissional<sup>10</sup>. E a partir dos anos 1980 a era da reforma estaria dando lugar a um período de ênfase na resolução de problemas com a comunidade, no qual o modelo de policiamento comunitário vem se destacando (KELLING E MOORE, 1988).

O modelo profissional de policiamento está centrado na pronta resposta através das chamadas telefônicas, do patrulhamento motorizado e do investimento em recursos tecnológicos de ponta, como armamentos e equipamentos de segurança com vistas a aumentar a eficiência das forças policiais. No entanto, as críticas que foram conduzidas a este modelo dizem respeito à ênfase sobre os métodos de operação, fazendo com que os meios se tornassem o fim. Ou seja, era preconizado o caráter reativo do trabalho policial já que a polícia atuaria após o crime ser cometido, o que promoveu um afastamento entre as forças policiais e os cidadãos. Esta reforma se deu num contexto que demandava a profissionalização das atividades policiais em razão de problemas como deficiências do treinamento dos policiais, falhas no uso de equipamentos e a organização da instituição, bem como em virtude das denúncias de corrupção (MARINHO, 2002).

Nesse sentido, ao passo que as críticas a este modelo iam ganhando contornos mais expressivos, uma nova perspectiva passava a emergir anunciando a necessidade de uma ação preventiva do crime, de forma proativa, mediante uma aproximação maior entre policiais e cidadãos. Assim, o modelo de policiamento comunitário se tornou um meio de buscar a legitimação da polícia junto à sociedade, através da aproximação entre ambas. Surgiu a partir da concepção de que os cidadãos devem atuar como co-produtores de sua própria segurança, de modo que as instituições de polícia devem não apenas permitir, mas criar e incentivar meios de participação efetivos da comunidade envolvida. Isso pressupõe uma relação de confiança entre cidadãos e as forças policiais,

---

<sup>10</sup> Este termo não deve ser confundido com o caráter de “profissionalização” exposto anteriormente, que corresponde a um dos atributos do policiamento moderno, juntamente com especialização e o caráter público. De modo distinto, o termo “profissional” aqui está relacionado ao modelo de estratégia policial (modelo profissional de policiamento), para o qual os conceitos de “eficiência” e “conhecimento técnico” são centrais (MARINHO, 2011).

que exige uma abertura maior da polícia e maior transparência nas suas ações. (SKOLNICK e BAYLEY, 2006)

### 1.3.3 Policiamento Comunitário

O policiamento comunitário surgiu nos Estados Unidos entre os anos 60 e 70 do século XX; no entanto, se destacou no cenário internacional apenas nos anos 1980 em grandes cidades de países desenvolvidos como, por exemplo, Inglaterra, EUA, Canadá, Noruega e Japão (SKOLNICK E BAYLEY, 2006). Segundo informações do Manual de Policiamento Comunitário, produzido pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade Federal de São Paulo (2009), o que fomentou esse destaque nesses locais foi a constatação de que os meios tradicionais de policiamento não estavam sendo eficazes perante os novos padrões de violência urbana que surgiram no final da década de 1960 e meados de 1970 nos países desenvolvidos, o que só viria acontecer aqui nos anos 1980. Além do aumento da violência criminal quantitativa e qualitativamente e da incapacidade da polícia de fornecer soluções, também se destaca a forma como as forças policiais vinham reprimindo violentamente manifestações e reivindicações coletivas da população, fazendo com que fosse alvo de muitas críticas e da desconfiança da sociedade civil em geral (MANUAL DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO, 2009).

De acordo com os autores Skolnick e Bayley (2006), ainda que o policiamento comunitário tenha sido reconhecido como estratégia e prática de policiamento, há pouco consenso acerca de seu significado. Entretanto, de um modo geral, quando se propõe o policiamento comunitário é comum que estejam sugerindo as seguintes normas: 1) a *prevenção do crime tendo por base a comunidade*; 2) a *reorientação das atividades de patrulhamento* para enfatizar os serviços não-emergenciais; 3) o *aumento da responsabilização das comunidades locais e das polícias* e a 4) a *descentralização do comando da polícia* (id.).

A *prevenção do crime tendo por base a comunidade* diz respeito essencialmente ao envolvimento com a comunidade local. E em cada país estudado há uma configuração diferenciada deste programa. Como, por exemplo, o programa *Vigilância de Bairro (Neighborhood Policing)*, iniciado nos Estados Unidos. Ele surge neste país nos anos 1970 e é expandido para diversos outros países possuindo características próprias em cada lugar. Outro exemplo é o chamado *policiamento multiagências*

desenvolvido em Londres, que tem uma perspectiva mais abrangente, pois além de incorporar o Vigilância de Bairro, propõe a incorporação pela polícia de vários setores públicos de serviços sociais, como por exemplo, habitação e educação<sup>11</sup>(SKOLNICK E BAYLEY, 2006).

*A reorientação das atividades de patrulhamento* objetiva, dentre outras coisas, realizar uma aproximação maior com os cidadãos, tendo como meta a prevenção do crime e o aumento na sensação de segurança causado pela presença dos policiais. Está relacionada também ao maior número de rondas a pé e ao conhecimento por parte dos policiais das áreas em que patrulham e das pessoas que moram ou circulam por estes espaços, permitindo uma maior interação com vistas a encorajar uma “prevenção proativa do crime”. Isso aumentaria o controle social mútuo entre policiais e moradores.

Nesse caso, o que os referidos autores apontam como a “mudança mais dramática” na reorientação das atividades de patrulhamento, é a criação de postos descentralizados de policiamento que funcionam como uma espécie de delegacias locais<sup>12</sup>.

O *aumento da responsabilização das comunidades locais* e da polícia corresponde à maior participação dos cidadãos na produção da sua própria segurança. Isso envolve a participação em grupos de discussão sobre os principais problemas relativos ao bairro, bem como o maior diálogo com as forças policiais e a criação de canais efetivos de comunicação entre polícia e comunidade, não se restringindo a denúncias. Isto pode ocorrer por meio de reuniões mensais ou semanais com grupos de representantes de moradores dos bairros, comerciantes locais, bem como representantes das forças policiais que atuam nessas áreas para a discussão de problemas comuns encontrados nos bairros.

E por fim, a *descentralização* figura como um meio de fornecer autonomia para os comandantes subordinados e flexibilidade nas ações dirigidas nas unidades policiais menores. Portanto, engloba dois aspectos principais: 1) autonomia para os policiais da

---

<sup>11</sup> No entanto, essa modalidade, de acordo com os autores foi criticada por setores da sociedade e vista como uma intromissão por parte da polícia em aspectos das vidas das pessoas.

<sup>12</sup> Estes postos recebem o nome de “minidelegacias”, em Detroit, nos EUA. Na Austrália correspondem aos “shopfronts” ou escritórios, em Cingapura são chamados de Postos de Polícia do Bairro, e no Japão são os “Koban”. E embora os postos fixos de um modo geral funcionem como minidelegacias e exerçam aspectos comuns do policiamento (com exceção da investigação criminal), eles não seguem um mesmo padrão, guardando diferenças que correspondem às especificidades locais.

ponta do serviço e 2) divisão das áreas em unidades menores para o que o policiamento seja mais eficiente.

Nesta perspectiva, vemos em Skolnick e Bayley (2006), que a cultura tradicional da polícia - centrada na pronta resposta ao crime e no uso da força física - seria o primeiro obstáculo que deve ser superado para o estabelecimento desta forma de policiamento. Isso porque as forças policiais operam tendo como base a suspeita como forma de proteção ao perigo iminente. A noção de perigo está na base da formulação da suspeita sob as quais as polícias operam. Deste modo, vemos que “a primeira linha de defesa antecipada contra o perigo é a suspeita, o desenvolvimento de um mapa cognitivo do mundo social, para proteger-se dos sinais de problema, crime ou ameaça potencial (idem, p.72)”.

Ainda com relação à cultura policial, outras questões são levantadas como, por exemplo, o machismo preconizado por um *ethos* profissional que valoriza aspectos como força física, agressividade, habilidade para lidar com armas, formação para o combate e para o confronto por meio do recurso à violência. Esta é a representação mais forte que se tem sobre o que é o trabalho policial e sobre os atributos valorizados na constituição de um tipo ideal desse profissional (SKOLNICK E BAYLEY, 2006; MUNIZ, 1999).

Em razão disso, o policiamento comunitário pode ser visto como uma forma menos prestigiosa entre os profissionais, que guardam uma representação do trabalho policial que privilegia tais atributos. Isso pode ser visto tanto na literatura internacional sobre o tema, quanto na nacional<sup>13</sup>.

Além disto, Skolnick e Bayley (2006) ainda apontam a juventude da polícia como um possível obstáculo. Assim, o policial jovem que acabou de ingressar na polícia é visto como mais impulsivo, e menos apto a lidar com as situações que são exigidas num modelo de policiamento comunitário. Tendo em vista o que foi exposto anteriormente os autores ressaltam que os motivos que levam os jovens a entrarem na carreira profissional não coincidem com as atribuições a eles demandadas pelo

---

<sup>13</sup> No caso do estudo de Albernaz et al (2007) sobre o policiamento comunitário do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) iniciado no ano 2000 no Rio de Janeiro era freqüente a estigmatização dos policiais pelas denominações: “policiais cor-de-rosa”, “policiais de mentira” ou ainda “assistentes sociais de favelados” pelos colegas de profissão que atuavam em unidades convencionais da polícia. Também no trabalho de Muniz et al (1997) as autoras descrevem o fim do projeto de policiamento comunitário em Copacabana como a “vitória dos machos”, em referência ao desprezo e a resistência que policiais de outros batalhões tinham com os policiais do posto de policiamento comunitário.

policciamento comunitário, que exige uma espécie de “maturidade emocional” encontrada em policiais mais experientes. Com relação a isto, os autores comentam:

O treinamento e a permissão do uso da força, combinados com a juventude da polícia, bem podem inviabilizar a capacidade de um policial desenvolver uma empatia com a situação daqueles que estão sendo policiados em bairros etnicamente diversos e de baixa renda. O policiamento comunitário exige uma interação efetiva entre policiais e cidadãos comuns. Isso implica uma capacidade de enxergar o mundo através dos olhos de outro, de desenvolver uma perspectiva mais ampla, e habilidade de julgamento e comunicação. Em uma palavra, o policiamento comunitário demanda um grau de *maturidade* emocional que provavelmente vai ser encontrado em policiais um pouco mais velhos (id., p.74).

Essa questão assume contornos diferentes aqui no Brasil, especialmente no policiamento presente nas UPP, o que faz com que esta prerrogativa seja relativizada. De um modo geral, no Rio de Janeiro as autoridades de segurança pública estão enfatizando o fato de os policiais serem oficiais recém formados e não possuírem os chamados “vícios” da profissão.

As questões acima apontadas podem contribuir para a discussão sobre as experiências de policiamento desenvolvidas no Brasil que têm sido veiculadas como iniciativas de policiamento comunitário, e em especial o caso das UPP.

### **1.3.4 Experiências de Policiamento Comunitário no Brasil**

Tomando como marco o processo iniciado em 1988, é possível fazer um breve histórico de algumas experiências de policiamento comunitário no Brasil. É importante frisar que as principais experiências deste tipo de policiamento em geral partem de uma iniciativa das polícias militares; em nível nacional, se destacam os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, dentre as experiências mais conhecidas.

De modo geral pode-se dizer que as idéias do policiamento comunitário começaram a ser introduzidas na polícia militar pelo Coronel PM Carlos Nazareth Cerqueira, que foi comandante-geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em 1983 e 1984 e entre 1991 e 1994. Neste período, conforme vemos em Mesquita Neto (2004) e em Albernaz et al (2007) houve um grande investimento sobre o tema, com a realização de seminários, a construção de manuais de procedimentos, a produção de um caderno sobre o policiamento comunitário pela PMERJ e a tradução para o idioma português do livro *Policiamento Comunitário: Como Começar* de Trojanowicz e Bucqueroux (1994).

Uma das primeiras experiências de policiamento comunitário teve origem com o GAPE- Grupamento de Aplicação Prático-Escolar, no morro da Providência, em 1990. O GAPE era composto por policiais recrutas que buscavam realizar práticas comunitárias na favela e serviu como um piloto para a implantação do que viria a ser o primeiro GPAE no ano 2000 (ALBERNAZ et al, 2007).

No entanto, foi entre os anos 1993 e 1994 que ocorreu uma experiência mais organizada de policiamento comunitário, nos bairros de Copacabana e Leme, no Rio de Janeiro. Segundo Muniz et al (1997) diversos foram os problemas que impediram que o projeto fosse para a frente, resultando na desativação do mesmo antes de completar um ano de existência<sup>14</sup>.

A despeito disto, segundo Muniz (id.), os resultados da experiência podem ser considerados positivos, contudo, a desativação do projeto é qualificada como prematura e resultado da falta de suporte político e da resistência de setores conservadores da polícia que utilizaram como justificativa para tal a “urgência de se confrontar o crime organizado”.

Outra experiência de policiamento comunitário de grande visibilidade corresponde ao Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais, o GPAE, que foi desenvolvido em parceria com a ONG Viva Rio. Este grupamento representou uma modalidade de policiamento comunitário empregado em áreas de favelas, denominadas por “áreas especiais”.

O GPAE foi inspirado na experiência do programa “Cessar Fogo” desenvolvido em Boston, nos Estados Unidos. De um modo geral quatro princípios orientavam o programa. Em primeiro lugar a idéia era que o GPAE fosse uma unidade especializada em policiamento comunitário em áreas de favelas. Os idealizadores do projeto ressaltavam a necessidade de um policiamento especializado para essas áreas, assim como aconteceu na experiência de Boston, que foi dirigida a guetos controlados por gangues armadas de traficantes de drogas. Em segundo lugar, em termos operacionais via-se a necessidade de trazer a estrutura do comando para a favela, ou seja, a idéia era que os oficiais estivessem presentes, assim como as demais estruturas para que a Polícia, enquanto instituição estivesse próxima aos moradores. O terceiro princípio

---

<sup>14</sup> Dentre os problemas apontados, destaca-se: a resistência de setores da comunidade e da Polícia e a dificuldade de coordenar a atuação juntamente com outros órgãos públicos. Junto a isto, também aponta-se a falta de integração desta iniciativa a um plano mais amplo que significasse uma transformação na política de segurança, ou que pelo menos envolvesse outras unidades policiais e engajassem mais esferas do poder público, já que o programa ficou restrito apenas a Polícia Militar e dentro desta, a apenas um regimento, fazendo com que ganhasse o status de “projeto especial”(Muniz et al, 1997).

consistiu na estratégia de separar o tráfico de drogas do controle do território através das armas. A prioridade era acabar com a violência. Sendo assim, o maior problema a ser enfrentado era a ostentação de armamentos e os confrontos. E por fim, o quarto princípio é que a “Polícia sozinha não produz segurança” (p.95). Nessa linha, a proposta era que a Polícia viesse acompanhada por uma política social de desenvolvimento (FERNANDES, 2003).

O primeiro GPAE foi fundado nas comunidades do Pavão Pavãozinho e Cantagalo no ano 2000 e em 2004 já havia mais três na cidade do Rio de Janeiro: Formiga/ Chácara do Céu/ Casabranca, Vila Cruzeiro e Morro do Cavalão, em Niterói. Esta experiência é a que mais se aproxima do modelo de policiamento desenvolvido atualmente nas UPP. Sua inovação à época correspondia à permanência da polícia nas favelas. E de um modo geral as diretrizes que fundamentavam o projeto pregavam intolerância em relação: à presença de armas de fogo no interior das comunidades; ao envolvimento de crianças em dinâmicas criminais de qualquer natureza; às ações violentas, arbitrárias, abusos de poder, ou conivência com práticas criminais por parte de policiais civis ou militares no interior das comunidades. Assim, o objetivo não era eliminar permanentemente o tráfico de drogas, mas sim reduzir os crimes contra a vida (NOVAES e CUNHA, 2003; MINAYO et al, 2004).

Albernaz, Caruso e Patrício (2007), a respeito do GPAE<sup>15</sup> classificam como indicador de sucesso dos projetos o fim dos tiroteios e a diminuição da presença visível de traficantes de drogas armados, tomando como referências as opiniões de moradores locais, de comandantes das unidades e até mesmo de moradores das áreas vizinhas as favelas.

No entanto, são apresentadas algumas contradições das práticas encontradas com relação à filosofia do policiamento comunitário. A principal questão apontada corresponde à participação da comunidade na segurança, visto que a relação tradicionalmente conflituosa entre polícia e moradores dos espaços de favela acabou por provocar o distanciamento mútuo destes atores, prejudicando a participação e limitando-a na maioria das vezes às denúncias (ALBERNAZ et al, 2007).

---

<sup>15</sup> As autoras ressaltam que as unidades do GPAE que haviam sido instaladas posteriormente (Formiga/Chácara do Céu/Casa Branca, Vila Cruzeiro, Rio das Pedras, e Providência) não seguiram necessariamente o modelo estrutural e conceitual proposto pelo GPAE Pavão-Pavãozinho. As duas experiências avaliadas na pesquisa citada foram consideradas casos bem sucedidos de policiamento comunitário em favelas.

Por fim observa-se que o GPAE funcionava como um “agente regulador das dinâmicas comunitárias”. Como vemos no trecho abaixo:

Entre as principais demandas que se apresentavam diante dos policiais, havia pedidos de socorro médico, solicitações de emprego, intervenções em órgãos públicos ou mesmo a atuação como professores de informática, educação física e reforço escolar às crianças da comunidade. (...) De alguma maneira, o que se observa no dia a dia do trabalho policial do GPAE é uma espécie de dilatação de sua competência, isto é, o policial como faz tudo na comunidade (p.42, 2007).

Em outros estados também foram desenvolvidas experiências de policiamento comunitário, com destaque maior para São Paulo e Minas Gerais. No primeiro, o policiamento comunitário começou a ser implantado pela Polícia Militar em 1997, após uma crise ocasionada por um caso de violência policial e corrupção e por greves de policiais em vários estados do país. Neste cenário a Polícia Militar adotou o policiamento comunitário como filosofia e estratégia organizacional e criou uma Comissão de Assessoramento para Implantação do Policiamento Comunitário. Esta comissão era coordenada por coronéis da PM e composta por representantes de unidades da Polícia e por entidades da sociedade civil e tinha por objetivo: modificar a Polícia Militar mediante a sua transformação em uma organização aberta a consulta e colaboração da comunidade; melhorar a qualidade do serviço buscando efetividade e eficiência e melhorar a segurança pública através da redução da delinquência, da desordem e da insegurança (MESQUITA NETO, 2004). Posteriormente, no ano de 2000, com o objetivo de reestruturar esta comissão, foi criada uma Comissão Estadual de Polícia Comunitária e o Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (MESQUITA NETO, 2004). Diferentemente das experiências localizadas no Rio de Janeiro, em São Paulo, o policiamento comunitário foi implementado em áreas maiores e não exclusivamente em áreas de favela.

Em Minas Gerais, segundo Beato (2004) o plano de polícia comunitária de Belo Horizonte foi estabelecido pela Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG em 2000 a partir da criação de 25 Conselhos Comunitários de Segurança Pública - CONSEPS pela PM. Antes disso, porém, algumas experiências já tinham sido feitas em alguns bairros a partir de 1993 (BEATO, 2004). No ano de 2005 foi criado o Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco – GEPAR, inspirado no modelo do GPAE (RJ). Segundo Souza (2007), este programa conjugava estratégias de polícia comunitária, do policiamento orientado para solução de problemas, e a repressão qualificada para a

prevenção da criminalidade, restituição da paz e qualidade de vida. O GEPAR atuava de forma permanente e diuturna em comunidades específicas (SOUZA, 2007).

Portanto, essas são as principais experiências de policiamento comunitário e as que são mais descritas na literatura acadêmica. O intuito aqui não foi de descrever minuciosamente estes programas, mas sim oferecer um panorama geral das principais experiências deste tipo que foram desenvolvidas de forma a contextualizar melhor o objeto deste estudo. É muito difícil compará-las, pois envolvem contextos sociais e históricos distintos mesmo dentro de cada estado. O que parece aproximar de alguma maneira essas experiências é que de fato elas têm sido provisórias na tradição da polícia brasileira, sendo resultado da maior ênfase que se dá ou não a esta forma de policiamento.

### **1.3.5 A militarização da Polícia**

Com o objetivo de compreender melhor o universo desta pesquisa, busco contextualizar o histórico de formação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que é a instituição responsável pelas Unidades de Polícia Pacificadora. Esta instituição, que desempenha o papel de policiamento ostensivo e de manutenção da ordem pública, é a corporação policial com quem mais temos contato no cotidiano. Desse modo, proponho uma breve reflexão sobre o histórico dessa corporação tendo como foco a sua orientação de base militar.

Antes, contudo, é importante lembrar que no Brasil, conforme vemos em Ramos (2008), os primeiros estudos na área de segurança pública surgiram esporadicamente a partir dos anos 1970, começaram a ter uma produção regular nos anos 1980 e somente na década seguinte, o campo se consolidou na área das ciências sociais. Contudo, isso não resultou no maior diálogo entre academia e setores políticos interessados em promover reformas na segurança pública. A respeito disto, vemos em Soares (2006) que setores da sociedade foram omissos e não se manifestaram para discutir o tema. Para o autor, os militantes da esquerda, por reconhecerem as forças policiais como instrumentos de controle e repressão do Estado com fins de manutenção do domínio de classes, assumiram como única solução promover a transformação do Estado. Não importava, portanto estudar as formas de organização das corporações policiais, bem como seus padrões de funcionamento.

Junto a isto, acreditavam que os problemas de violência e da criminalidade tinham razões macrossociais; então, para resolvê-los era preciso intervir em fatores econômicos, sociais e políticos anteriores à questão da segurança pública, que seria consequência destes fatores. De outro lado, os setores da direita conservadora tinham interesse em preservar o status quo, assim como as corporações policiais, altamente centralizadas e fechadas ao controle externo (SOARES, 2006).

Portanto, colocar em debate o contexto histórico e social das corporações policiais, para além da denúncia e da rejeição destas, significa responder a uma demanda que permaneceu por muitos anos latente na sociedade brasileira. Assim, reitero o que afirma o autor:

Trata-se de reconhecer que a polícia é um instrumento da sociedade democrática, com todas as dificuldades. Ela cumpre um papel, e deveríamos nos posicionar relativamente a esse papel e a instituição destinada a exercê-lo. Essa instituição tem sido fonte de males, de destruição, de ódio, de ressentimento (até mesmo para os próprios trabalhadores que a servem), de genocídio, mas pode ser diferente. (SOARES, 2009. p.14)

Dito isto, observa-se que boa parte das críticas dirigidas às corporações policiais guardam relação com seu padrão militarizado que foi estrutural no processo de construção das polícias no Brasil, em especial a Polícia Militar. No entanto, isso não significa pensar que esse padrão não possa ser mudado ou revisto.

Como vemos em Minayo et al (2008), no Rio de Janeiro, a história do que viria a ser a Polícia Militar começou em 1808 com a vinda da família real portuguesa para o Brasil e a instauração da Polícia da Corte. Sua organização administrativa se orientava pelo modelo francês que vinha sendo desenvolvido em Portugal. De modo geral, a corte portuguesa tinha como intuito dispor de um corpo policial com fins políticos, com destaque para a vigilância e o controle da população. E em 1809 foi criada a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, da qual evoluiu a corporação policial uniformizada de formato militar (MINAYO et al, 2008).

Desta forma é que a partir de 1831 a polícia militar do Rio de Janeiro surgiu (com a denominação de Corpo de Guardas Municipais Permanentes), como força armada com fins de manutenção da ordem e passou a ser modelo para que fossem criadas instituições semelhantes no restante do país. Desde então, diversas mudanças institucionais ocorreram e somente em 1920 passou a denominar-se Polícia Militar (MELO, 2009). Na Constituição de 1934 a corporação foi transformada em força reserva do exército, formalizando a subordinação às Forças Armadas. A partir de então,

todos os textos constitucionais que se seguiram mantiveram esta orientação. Sendo assim, observa-se que desde o seu surgimento constituiu-se como uma corporação militarizada (MINAYO et al, 2008).

A respeito disso, vemos em Melo (2009) que:

O modelo militar de polícia foi o padrão de controle social que historicamente as elites brasileiras impuseram às classes subalternas. Com a abolição da escravidão e a proclamação da República, a marcha repressiva não mudou de rota. As sucessivas reformas que alteraram a programação criminal do país, bem como a estrutura da polícia militar, não foram norteadas por uma vontade de civilizar o aparato coercitivo do Estado. O que guiou a reformulação das instituições de controle foi basicamente uma adaptação à mutável classe perigosa, que cada regime manipulou sua delimitação de acordo com as estratégias dominantes de supremacia política e econômica (MELO, 2009, p.44).

Esse mesmo autor lembra que no período do governo de Getúlio Vargas o padrão militar de segurança foi reforçado e empregado no desenvolvimento e manutenção do período autoritário. Assim, as tarefas da polícia militar envolviam o controle sobre “dissidentes políticos, como comunistas e anarquistas, assim como de estrangeiros que exercessem atividades políticas supostamente deletérias aos interesses nacionais” (id, p.45). Esse modelo se intensificou no período da ditadura militar, no qual a intensa repressão política acentuou ainda mais o caráter militar das instituições policiais, aprofundando a distância entre forças policiais e população.

Com o fim da ditadura militar, porém, o que se observa é que o processo de redemocratização política do Brasil não significou grandes avanços no campo da segurança pública. Como vemos em Soares (2009)

Herdamos as estruturas organizacionais policiais da ditadura acriticamente. A transição democrática, no Brasil, não se cumpriu, não se completou em vários sentidos e em vários níveis, mas na esfera da Segurança pública e da justiça criminal, isso se deu de forma particularmente intensa (p.16).

O texto constitucional de 1988, em seu artigo 144 define como competências da Polícia Militar a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; e mantém as forças policiais atuando como forças auxiliares e reserva do Exército. Neste cenário observamos que o padrão militarizado da segurança pública e, em especial da polícia militar, passa a se orientar pela ideia de “combate ao crime”, também chamada de “guerra ao tráfico”, ou “guerra às drogas”, substituindo a figura do militante comunista pelo traficante como o novo inimigo público a ser perseguido (Melo, 2009). As

metáforas militares correspondem, neste contexto, às expectativas públicas com relação à polícia (MUNIZ, 1999).

Isto contribui para o chamado processo de militarização descrito por Zaverucha (2007), que tem duas faces: a militarização das forças policiais; e a crescente inserção do Exército nas atividades de segurança pública. O autor define a militarização como “o uso de modelos, conceitos, doutrinas, procedimentos e pessoal militares em atividades de natureza civil, entre elas a segurança pública” (p.28). O que implica na aproximação entre os valores do Exército e os valores da sociedade, influenciando no modo como as instituições operam. Padrão oposto ao encontrado nas democracias ao redor do mundo, onde Polícia e Exército possuem atribuições completamente distintas.

Desse modo, vemos que além da histórica militarização das forças policiais, o que se verifica atualmente é a crescente inserção do Exército no campo da segurança pública. Um exemplo disto consiste na regulamentação jurídica das chamadas “operações de garantia da lei e da ordem” (GLO) iniciada pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Tais ações garantiram o poder de polícia ostensiva do Exército na manutenção da ordem pública<sup>16</sup> e vêm sendo cada vez mais utilizadas nos centros urbanos brasileiros (ZAVERUCHA, 2007).

Ainda segundo esse autor, nas pesquisas de opinião as Forças Armadas aparecem como a instituição laica de maior credibilidade ao passo que as forças policiais são vistas em geral com desconfiança. Junto a isso, há o incentivo da população para maior repressão no combate ao crime, e nesta configuração a utilização do Exército na segurança pública não costuma apresentar grande oposição pela sociedade em geral (ZAVERUCHA, 2007).

No contexto desta pesquisa, como será explorado no capítulo 2 deste trabalho, estas questões aparecem imbricadas pelo fato de que no Complexo do Alemão a atuação da Polícia e do Exército se sobrepuseram. Em novembro de 2010 foi criada uma Força de Pacificação composta por policiais civis e militares e tropas do exército para ocupar os Complexos da Penha e do Alemão<sup>17</sup>. As Forças Armadas permaneceram por dois

---

<sup>16</sup> A Lei Complementar n. 97/99 (posteriormente modificada pelas Leis Complementares n. 117/04 e n. 136/10) estabelece que a atuação das Forças Armadas, na garantia da Lei e da Ordem, ocorrerá objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, quando esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144 da CF/88.

<sup>17</sup> A operação de garantia da lei e da ordem (GLO), denominada Operação Arcanjo, foi resultado da solicitação do governador do Estado Sérgio Cabral ao então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, para o emprego temporário das Forças Armadas na preservação da ordem pública nestes locais.

anos até que começaram a ser substituídas por policiais militares embasados pelo policiamento comunitário das UPP.

Desse modo, a despeito da continuidade de antigos problemas e do surgimento de novos, acredito ser este um momento especial que vem proporcionando um debate sobre as formas de controle e manutenção da ordem que têm sido empregadas, bem como as concepções que orientam essas práticas no campo da segurança pública.

## 2 – METODOLOGIA E O CONTEXTO DA PESQUISA

Neste capítulo, em primeiro lugar, apresento a metodologia empregada na pesquisa, com a descrição detalhada sobre as técnicas de coleta e de análise dos dados.

Em seguida, de modo a descrever melhor o contexto da pesquisa, caracterizo o projeto das UPP, expondo os princípios que orientam as práticas policiais, bem como as diretrizes que compõem a sua estrutura normativa. Como se trata de uma iniciativa recente, não há ainda uma literatura consistente sobre as UPP. No entanto, utilizo como referência para a construção deste item os dados disponíveis nos sites institucionais da Polícia Militar e do governo do Estado do Rio de Janeiro; e a pesquisa: *‘Os donos do morro’*: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em cooperação com o Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), sob a coordenação do pesquisador Ignácio Cano. Esta é a primeira pesquisa abrangente publicada sobre o impacto das UPP com um caráter avaliativo do programa.

Na terceira seção, realizo uma caracterização geográfica do Complexo do Alemão, com sua localização, perfil sócio-demográfico e um breve histórico de ocupação da região. E por fim, faço uma síntese narrativa dos acontecimentos que antecederam a instalação das Forças de Pacificação na região, bem como a minha entrada no campo.

### 2.1 Metodologia

A pesquisa possui um enfoque qualitativo e utilizou para a coleta e análise dos dados o referencial teórico-metodológico das ciências sociais e sua interface com o campo da saúde coletiva. A partir de uma abordagem compreensiva, que privilegia a intencionalidade das ações, buscou-se um traçado metodológico que diversificasse os meios de coleta de dados proporcionando um olhar mais amplo sobre a realidade.

Como categoria analítica fundamental nesta pesquisa foi utilizado o conceito de representações sociais, entendido como “categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (MINAYO, 2010, p.219). Assim são como imagens construídas sobre o real, se manifestam em palavras, sentimentos, condutas e, são, portanto, passíveis de análise a

partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais (MINAYO, 2010). A utilização do conceito de representações sociais proporciona um entendimento mais amplo dos fatos sociais mediante a análise das relações que os grupos estabelecem com seu mundo social, da maneira como eles interiorizam as experiências sociais e como interpretam as mesmas. Portanto, para compreender as visões e experiências dos jovens sobre o processo de implantação das UPP, e sobre a atuação da polícia em seus locais de moradia, decidi trabalhar sob o prisma das representações sociais.

Para isso, optei pela utilização da entrevista individual semi-estruturada em profundidade e pela observação participante. Como sugerem Flick (2009) e Minayo (2010) as falas dos sujeitos coletadas formalmente durante entrevistas tendem a explicar apenas parcialmente a realidade, sendo necessária a observação participante sempre que for possível para complementar essas informações (FLICK, 2009; MINAYO, 2010). A entrevista semi-estruturada em profundidade se caracteriza por combinar questões fechadas e abertas e permite que o entrevistado discorra sobre o tema sem se prender à pergunta formal (MINAYO, 2010).

Já a observação participante, consiste num processo no qual para se compreender o comportamento dos grupos é necessário observá-los por um longo período. Nesse sentido, supõe a interação social entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, na qual as informações obtidas serão resultado da relação estabelecida com o grupo estudado, isto é, da forma como observador é recebido no campo. Demanda mais tempo e disponibilidade do pesquisador para se fazer presente no cotidiano dos sujeitos, visto que a presença constante é fundamental na conquista da confiança do grupo estudado. Implica numa atenção rigorosa ao que está sendo visto e escutado e no registro sistemático dessas informações em um caderno de campo (WHYTE, 2005; VALLADARES, 2007).

Segundo Becker (1992), o observador procura descortinar as interpretações de um grupo a partir de sua inserção na vida cotidiana desses sujeitos. Como consequência dessa imersão, este tipo de pesquisa acaba por produzir um extenso e rico material para a análise, que ocorre de maneira sequencial, ou seja, já no momento da coleta de dados o pesquisador começa a realizá-la. Assim, o direcionamento das fases da pesquisa caminha de acordo com o percurso que o observador vai traçando a partir das análises sequenciais que são feitas, de modo que somente no término do trabalho de campo a análise final possa ser realizada (BECKER, 1992).

No caso desta pesquisa, a observação participante foi essencial para a compreensão das falas dos sujeitos coletadas no momento das entrevistas e até mesmo para a prévia elaboração do roteiro. Diversas questões que apareciam naturalmente nas conversas dos jovens com relação à interação com a polícia, por exemplo, e também com o tráfico, eram silenciadas no momento da entrevista. De modo similar, outras questões que não surgiam quando os jovens estavam na presença de seus pares, eram levantadas nas entrevistas individuais. Um exemplo foi o relato de um jovem a respeito das suas experiências vividas no período em que esteve cumprindo pena por assalto a mão armada. Essa menção só foi feita no momento da entrevista. Outro exemplo diz respeito a um jovem que revelou apenas no momento da entrevista que seu pai era policial, e segundo o mesmo, nenhum dos colegas do curso sabia desse fato, visto que ele poderia ser discriminado por isso. Neste sentido, ao passo que, para alguns, as entrevistas ocorreram de modo mais ensaiado, de modo a responder de forma “correta” as minhas possíveis expectativas, para outros a interação foi mais fluida e espontânea.

A observação foi realizada em espaços variados no Complexo do Alemão de forma a conhecer as rotinas e observar as dinâmicas das interações entre os jovens e entre estes e a Polícia. E incluiu também conversas informais com outros moradores que foram registradas em um diário de campo. Minha inserção no campo se deu por um período aproximado de um ano e meio, durante os quais foram realizadas as entrevistas com os jovens moradores de diversas localidades dentro do Complexo do Alemão.

As entrevistas aconteceram em dois lugares principais de fácil acesso para os jovens; numa vila olímpica e na sede de uma ONG, onde frequentavam um curso. Também foram realizadas entrevistas na casa de uma jovem e no trabalho de outra. Aquelas realizadas na vila olímpica apresentaram a vantagem de ter um clima mais informal; no entanto, tiveram como empecilho o barulho e o constante trânsito de pessoas, já que acontecem diversas atividades de esporte e lazer, como aulas de futebol, dança de salão, natação e artes marciais, por exemplo. Isto gerava certa preocupação, mais da minha parte do que da deles, tendo em vista o conteúdo dos assuntos que eram abordados. Os encontros sediados numa sala de aula na ONG foram mais prolongados, embora em alguns casos tenha havido algumas interrupções por necessidade de mudança de sala ou mesmo por curiosidade de algumas pessoas que trabalhavam no local e que estranhavam a demora de algumas entrevistas.

Vale ressaltar aqui alguns marcadores importantes na minha interação com os sujeitos da pesquisa, sendo os principais: a idade, o local de moradia e o gênero.

O primeiro destes diz respeito à idade e se constituiu como um facilitador. O fato de eu ser jovem, com idade próxima à dos entrevistados (a distância variava até cinco anos), permitiu uma proximidade maior junto ao grupo. No entanto, se por um lado isto me aproximava deles, por outro, o fator etário associado à escolaridade gerava certo desconforto em alguns jovens. O fato de eu *já* ter me formado na faculdade e estar conduzindo uma pesquisa de mestrado, apesar da relativa “pouca idade”, ou da idade próxima a deles, acabava por representar uma desigualdade ao mesmo tempo em que aguçava a curiosidade de alguns com relação a minha trajetória. Percebi que alguns jovens se mostravam mais ressentidos e reticentes num primeiro momento à minha presença ali, frases como “está cheio de playboyzinho do asfalto que vem estudar a gente e depois vai embora”, evidenciavam não só a experiência deles anterior em participação em pesquisas que não devolveram os resultados, mas também evidenciou a imagem que a mim foi associada nesse momento.

Essa frase foi proferida em tom jocoso por uma jovem militante, no primeiro dia em que a conheci. Era uma jovem que tinha ampla experiência de participação em projetos sociais na favela, sua fala resumiu e explicou a dificuldade com a qual eu estava lidando para adentrar neste circuito específico (de jovens militantes e/ ou ligados a projetos sociais), conforme discutirei mais adiante. Vale dizer que a partir desta intervenção tive a possibilidade de discutir estas questões mais abertamente com o grupo, reafirmando o meu papel de pesquisadora.

Outro marcador que influenciou na interação foi o local de moradia. Assim como já assinalado no trabalho de Farias e Cecchetto (2009), os cariocas tendem a tecer um repertório de representações sobre o outro a partir do local de moradia, de modo que morar na Zona Sul ou Zona Norte da cidade implica numa classificação, assim como morar no “asfalto” ou “pista” e morar em áreas de favela. Assim, era frequente a pergunta “tu mora aonde?” dentre os meus entrevistados.

Outra curiosidade também relacionada a este marcador era se eu já havia freqüentado outros espaços de favela. E neste aspecto os jovens queriam saber duas coisas: se eu já tinha circulado por áreas não “pacificadas”; e se tinha circulado por áreas comandadas por facções rivais. No primeiro caso, havia um ressentimento com as pessoas que só entravam em favelas “pacificadas”, e que se recusavam em ir ao Complexo do Alemão antes da ocupação, por exemplo, por considerá-lo um local perigoso.

No segundo caso, o interesse pela minha circulação foi demonstrado por um rapaz que esteve envolvido em atividades criminais do tráfico de drogas no local no período anterior a ocupação, e parece estar ligado à lógica segmentar de classificação territorial que perpassa as representações dos jovens moradores de favelas. Nesse sentido, minha circulação por territórios “amigos” ou “inimigos”<sup>18</sup> implicaria no grau de confiança com este jovem, que relatou ter circulado por favelas de facções rivais para “tomar” (controlar) pontos de venda de drogas enquanto esteve ligado ao tráfico de drogas.

O gênero funcionou como um facilitador na aproximação inicial principalmente com jovens do sexo masculino. O fato de serem convidados a participar de uma entrevista individual e de ficarem a sós com uma jovem (numa sala de aula), era visto de modo jocoso pelo grupo de rapazes. Os que já tinham sido entrevistados apresentavam uma postura de certo orgulho diante dos demais, que aos poucos foram se mostrando interessados em participar. Assim, mesmo que na presença (apesar) da paquera, em geral os jovens homens foram mais acessíveis durante as entrevistas, expressando e discorrendo inclusive sobre sentimentos (como por exemplo, de vergonha, de amor, de tristeza) mais até do que as jovens mulheres.

Os critérios de seleção dos sujeitos desse estudo foram: serem moradores das localidades escolhidas, possuírem entre 18 e 25 anos e aceitarem participar da pesquisa<sup>19</sup>. Conforme descreverei mais detalhadamente, eu contei com a colaboração de três informantes privilegiados, moradores de favelas distintas dentro do Complexo do Alemão, que me auxiliaram no recrutamento dos jovens. A escolha por jovens de ambos os sexos teve por objetivo verificar em que medida o gênero impactava na relação dos jovens com a polícia. No total foram realizadas entrevistas com quinze jovens, seis moças e nove rapazes. Em geral as esses encontros variaram de trinta minutos à uma hora. As sessões foram gravadas em áudio e depois transcritas para possibilitar a análise

---

<sup>18</sup> Como já dito, há um padrão de classificação dos territórios na cidade do Rio de Janeiro controlados por facções criminosas. Para os jovens que vivem em determinadas áreas, territórios amigos são aqueles controlados pela mesma facção que impera em seus locais de moradia, e “inimigos”, seriam os territórios controlados por uma facção rival. Nessa classificação, surge também a figura do “alemão”, que serve para designar o estrangeiro, o inimigo mortal, podendo ser este um policial ou um membro de uma facção rival. Como vemos em Misse (1999) “essa identidade coletiva do outro colabora na construção de alguma identidade mínima de pertencimento e solidariedade interna” (p.328).

<sup>19</sup> Atendendo as exigências éticas da pesquisa, o projeto foi apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da ENSP (anexo 2) e todos os sujeitos da pesquisa foram informados acerca dos objetivos da pesquisa e convidados a assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 3), o qual lhe garante o anonimato das informações e o caráter voluntário da participação (resolução CNS 196/96 sobre pesquisa envolvendo seres humanos).

dos dados que será apresentada no capítulo 3 deste trabalho. E para manter a confidencialidade dos sujeitos seus nomes foram por nomes fictícios no momento da apresentação dos resultados.

O roteiro de entrevista (anexo 1) foi elaborado segundo os seguintes eixos: 1 - Identificação; 2- Família; 3 – Sociabilidade; 4- Ocupação (Exército, Polícia, UPP); 5 – Violências. No primeiro eixo os jovens foram encorajados a falar sobre suas vidas, com questões relacionadas à idade, local de moradia, estudo e trabalho. No segundo eixo o objetivo era conhecer o perfil familiar, o foco então foi sobre a profissão dos pais e o relacionamento com os familiares. No terceiro eixo as perguntas tinham relação com o lazer e circulação e também sobre o relacionamento com amigos, namorados (cônjuges) e com vizinhança. Nessa parte da entrevista os jovens se sentiam mais a vontade para falar, o que facilitou no desenvolvimento da etapa seguinte na qual foram abordadas questões relacionadas com o processo de “ocupação”. Esta ordem sequencial das perguntas foi pensada a partir da observação participante, onde era possível perceber que as conversas informais sobre o lazer na comunidade apresentavam certo tom nostálgico, e acabavam com queixas relativas à proibição dos eventos pela polícia dando margem para que outras questões fossem levantadas. A partir disto, buscou-se saber como os jovens vivenciaram os dias nos quais aconteceu a ocupação, e posteriormente como isto repercutiu em seus cotidianos. Nessa seqüência foram exploradas questões mais específicas sobre o relacionamento com os soldados do Exército e com os policiais da UPP.

Para analisar os dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, na modalidade temática, tal como preconizada por Minayo (2010). A análise temática consiste na descoberta de núcleos de sentido que emergem de uma comunicação, para isso exige que o pesquisador observe a frequência e a recorrência dos temas que contenham significado para o objeto de estudo (MINAYO, 2010).

## **2.2 O contexto da pesquisa**

### **2.2.1 As Unidades de Polícia Pacificadora – UPP**

A implementação das Unidades de Polícia Pacificadora no Estado do Rio de Janeiro se iniciou em dezembro de 2008, no morro Santa Marta, localizado na zona Sul

da cidade. Atualmente são 30 Unidades de Polícia Pacificadoras – UPP distribuídas por diversas áreas da cidade do Rio de Janeiro.

Estas integram um projeto da secretaria estadual de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de “instituir polícias comunitárias em favelas como meio de recuperar territórios ocupados por grupos criminosos nessas localidades e pacificar as áreas” (site [upprj.com.br](http://upprj.com.br)). O policiamento comunitário consiste na principal estratégia deste programa e segundo informações veiculadas no site [upprj.com](http://upprj.com), o governo do Rio está investindo R\$ 15 milhões na qualificação da Academia de Polícia para que, até 2016, sejam formados cerca de 60 mil policiais no Estado<sup>20</sup>.

Os decretos que dão embasamento à ainda rasa estrutura normativa do projeto são o decreto-lei nº41650 de 21 de janeiro de 2009 e o decreto-lei nº41653, ambos promulgados pelo governador Sérgio Cabral Filho. O primeiro cria a Unidade de Polícia Pacificadora dentro da Polícia Militar e o segundo dispõe sobre a gratificação salarial de quinhentos reais recebida pelos policiais que atuam nas UPP.

A Polícia Comunitária é entendida pela secretaria de segurança pública do estado do Rio de Janeiro como “um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública, visando a ações proativas de controle da criminalidade e melhoria da qualidade de vida da população”<sup>21</sup>. Para isso, a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora propõe a “mudança de uma polícia de combate e confronto para uma polícia de prestação de serviço em segurança pública, com isso apresentam-se condições para que outros serviços públicos e privados estejam presentes, promovendo inclusão social da parcela mais carente da população”.

Ainda segundo informações disponibilizadas no site do governo do Estado do Rio de Janeiro o cronograma de pacificação prevê 40 UPP instaladas até 2014 e conta com um efetivo atual de mais de 3 mil policiais, quantitativo que deve chegar a 12 mil até 2014. Os órgãos responsáveis pelas UPP são a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ juntamente com a Secretaria de Estado de Segurança – SESEG e a coordenação das atividades desenvolvidas nas Unidades fica a cargo da Coordenadoria de Polícia pacificadora – CPP.

A Coordenadoria de Polícia Pacificadora – CPP foi criada através do Decreto 42787 de 06 de janeiro de 2011 e tem como missão “dirigir estrategicamente as ações e

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://upprj.com>>. Acesso em 11/12/2012.

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1041262> . Acesso em 11/12/2012.

operacionalizar o plano de implantações das unidades de polícia pacificadora – UPP”. Esse decreto, que foi promulgado após dois anos de criação do projeto é o que fornece maior detalhamento quanto as diretrizes.

Segundo informações veiculadas no site institucional da coordenadoria<sup>22</sup> esta tem a missão de realizar a “transição paradigmática de um fazer tradicional de polícia para um fazer moderno, criativo, baseado na polícia de proximidade”. O desafio então é o de romper com “a gestão tradicionalmente militar, tendo em vista as diferenças entre um modelo tradicional de polícia e a nova proposta da segurança pública do Rio de Janeiro baseada na “pacificação”. O comandante da Coordenadoria fica subordinado ao Comandante Geral da PMERJ, o que faz com que as UPP funcionem de maneira independente do restante da estrutura territorial da Polícia Militar, composta por batalhões.

Cano et al (2012) expõem que o artigo 1 do decreto estabelece como critérios de escolha dos locais de implantação das unidades: “comunidades pobres”; “de baixa institucionalidade” e “alto grau de informalidade e com a presença de grupos fortemente armados”. E os objetivos centrais das UPP seriam “consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada” e “devolver à população local a paz e a tranqüilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico” (Cano et al, 2012).

O projeto das UPP tem o apoio da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, do Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e da empresa OGX, que existe desde 2007. A OGX Petróleo e Gás é parte do Grupo EBX, fundado e liderado pelo empresário brasileiro Eike Batista, e atua no setor de exploração e produção de óleo e gás natural. O Grupo EBX apóia, através da OGX, o projeto das UPP, conforme convênio assinado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em agosto de 2010. Segundo informações disponibilizadas no site da empresa<sup>23</sup> as doações serão feitas por um período de dois anos, podendo ser renovado por mais dois, de acordo com demandas da Secretaria de Segurança para compra de equipamentos, obras de infraestrutura e logística das UPP. A seguir o quadro com as UPP implantadas até o momento. Atualmente são 30 unidades instaladas.

---

<sup>22</sup> Disponível em: < [http://coordenadoriapp.com.br/?page\\_id=31](http://coordenadoriapp.com.br/?page_id=31) >. Acesso em 11/12/2012.

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www.ogx.com.br/pt/sustentabilidade/atuacao-social-cultural/Paginas/default.aspx>> . Acesso em: 11/12/2012.

**Quadro das primeiras UPP do Estado do RJ inauguradas até dezembro de 2012**

UPP em Funcionamento	Data da Inauguração	Zona da Cidade
Santa Marta	19/12/2008	Zona Sul
Cidade de Deus	16/02/2009	Zona Oeste
Jardim Batan	18/02/2009	Zona Oeste
Babilônia e Chapéu Mangueira	10/06/2009	Zona Sul
Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	23/12/2009	Zona Sul
Ladeira dos Tabajaras	14/01/2010	Zona Sul
Providência	26/04/2010	Centro
Borel	7/06/2010	Zona Norte
Formiga	1/07/2010	Zona Norte
Andaraí	20/07/2010	Zona Norte
Salgueiro	30/07/2010	Zona Norte
Turano	30/09/2010	Zona Norte
Macacos	30/11/2010	Zona Norte
São João, Quietos e Matriz	31/1/2011	Zona Norte
Coroa, Fallet- Fogueteiro	25/2/2011	Centro
Escondidinho e Prazeres	25/2/2011	Centro
São Carlos	17/5/2011	Centro
Mangueira / Tuiuti	03/11/2011	Zona Norte
Vidigal e Chácara do Céu	18/01/2012	Zona Sul
Fazendinha	18/04/2012	Zona Norte
Nova Brasília	18/04/2012	Zona Norte
Morro do Adeus / Morro da Baiana	11/05/2012	Zona Norte
Alemão	30/05/2012	Zona Norte
Chatuba	27/06/2012	Zona Norte
Fé/Serenos	27/06/2012	Zona Norte
Vila Cruzeiro	05/09/2012	Zona Norte
Vila Proletária da Penha	05/09/2012	Zona Norte
Rocinha	20/09/2012	Zona Sul

Fonte: Coordenadoria de Polícia Pacificadora – CPP/PMERJ

Os critérios de escolha dos locais prioritários de implantação das unidades não são divulgados, mas as unidades que existem até agora se concentram nas regiões sul, centro e norte da cidade (na região denominada de Grande Tijuca). Na Zona Oeste existem apenas duas UPP, a Cidade de Deus em Jacarepaguá e o Jardim Batan em Realengo (a única das UPP em que o controle da área era exercido por milícias). Isso evidencia o caráter seletivo do projeto que prioriza os locais próximos às áreas de interesse turístico na zona sul da cidade e na região da Tijuca. Nesta última, foi formado o chamado “cinturão de segurança da Tijuca”, que está localizado ao redor do estádio do Maracanã, sede dos jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Como vemos em Cano et al (2012), no Estado do RJ as áreas de maior violência letal se concentram nos bairros da Baixada Fluminense, que não foram incluídos nos projetos de pacificação (o que pode ser atribuído ao fato de que a gratificação dos policiais é paga pela prefeitura do Rio de Janeiro). Entretanto, mesmo no interior do município, as regiões com as maiores taxas de homicídio (Zona Norte e Zona Oeste) são as menos contempladas pelo programa de pacificação (Cano et al, 2012).

De acordo com o site da Coordenadoria de Polícia Pacificadora, o Programa de Pacificação, por meio da implantação das UPP, é realizado nas favelas nas seguintes etapas:

I – INTERVENÇÃO TÁTICA – Primeira etapa, em que são deflagradas ações táticas, preferencialmente pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), pelo Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque) e por efetivos deslocados dos CPA, com o objetivo de recuperar o controle estatal sobre áreas ilegalmente subjugadas por grupos criminosos ostensivamente armados.

II – ESTABILIZAÇÃO – Momento em que são intercaladas ações de intervenção tática e ações de cerco da área delimitada, antecedendo o momento de implementação da futura UPP.

III – IMPLANTAÇÃO DA UPP – Ocorre quando policiais militares especialmente capacitados para o exercício da polícia de proximidade chegam definitivamente à comunidade contemplada pelo programa de pacificação, preparando-a para a chegada de outros serviços públicos e privados que possibilitem sua reintegração à sociedade democrática. Para tanto, a UPP contará com efetivo e condições de trabalho necessárias ao adequado cumprimento de sua missão.

IV – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO – Nesse momento, tanto as ações de polícia pacificadora, quanto as de outros atores prestadores de serviços públicos e privados nas comunidades contempladas com UPP passam a ser avaliados sistematicamente com foco nos objetivos, sempre no intuito do aprimoramento do programa.

O emprego do efetivo das UPP é baseado na filosofia de polícia de proximidade e polícia comunitária. Em resumo entende-se por polícia de

proximidade aquela que aborda o fenômeno criminológico como um fator local, devendo ser resolvido localmente, com a participação de todos os interessados, e entende-se por polícia comunitária aquela que solicita a participação da comunidade na resolução de seus problemas, nesse sentido considerando o crime um dos fatores a serem resolvidos através da participação comunitária.

(<http://coordenadoriaupp.com.br/>)

Inicialmente, a entrada nos espaços de favela é feita pelo Batalhão de Operações Especiais, o BOPE, que realiza um “vasculhamento” da área para a retirada de armas e drogas e ao final deste processo são hasteadas as bandeiras do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil num ato que simboliza a retomada do território pelo Estado (figura 2). Em algumas UPP também são hasteadas as bandeiras do BOPE. Posteriormente, quando a área já estiver em condições de receber a unidade de polícia comunitária esta é implantada e o efetivo de policiais que irão atuar é delimitado de acordo com o número de habitantes da comunidade. Nesse caso, tem-se privilegiado para as UPP um “policimento de saturação” (como tem sido denominado por algumas autoridades de segurança pública) que corresponde a razão entre policiais e moradores, num primeiro momento, maior do que em outras áreas da cidade.

Como vemos em Cano et al (2012) de acordo com o artigo 5 do decreto-lei nº42787, há dois tipos de UPP: as que possuem mais de 400 policiais lotados e as que possuem até 400 policiais. E nenhuma unidade deve apresentar menos do que 100 policiais.

Ainda de acordo com Cano<sup>24</sup>:

(...) Se no estado do Rio de Janeiro como um todo a razão é de 2,3 PM para cada 1000 habitantes (o que considerando também o contingente da Polícia Civil se situaria próximo ao padrão de referência internacional de 3 policiais para cada 1000 habitantes), para o conjunto dessas 13 primeiras UPPs o patamar é de 18,2 PM por 1000 habitantes, isto é, quase oito vezes a mais do que a média estadual” (Cano et al, 2012).

Por fim, o comando da unidade fica a cargo de um oficial da polícia militar e a PMERJ está dando prioridade a policiais recém-formados para atuar nas UPPs, conforme o artigo 6 do decreto-lei nº42787 (Cano et al, 2012). Essa medida pretende prevenir a corrupção e estimular o desenvolvimento de um novo modelo no qual os policiais veteranos estariam mais reticentes.

---

<sup>24</sup> Nessa análise foi considerado o efetivo de policiais e a relação de moradores nas 13 primeiras UPP.

Os policiais que atuam nas unidades recebem gratificações salariais no valor de R\$ 500,00 da Prefeitura do Rio, após concluírem o estágio em polícia de proximidade, que corresponde ao curso de capacitação destinado aos policiais que trabalham sob os princípios do policiamento comunitário.

Figura 2- Bandeira do Brasil e do Rio de Janeiro hasteadas após a ocupação do Complexo do Alemão



Fonte: <http://noticias.r7.com/blogs/fabio-ramalho/tag/complexo-do-alemao/>

## 2.3 O Complexo do Alemão

### 2.3.1 Características sócio-demográficas

O Complexo do Alemão está situado na Área de Planejamento 3 (AP3)<sup>25</sup> do município do Rio de Janeiro, na XXIX Região Administrativa, próximo aos bairros da Penha, Olaria, Ramos, Inhaúma e Bonsucesso, na zona Norte da cidade. Ainda que seja classificado como um bairro desde o ano de 1993 (figura 3), ou seja, um tipo de demarcação territorial que supõe habitação formal, esgotamento e infraestrutura, o Complexo é socialmente representado e experimentado como um conjunto de favelas ou comunidades, conhecidas e reconhecidas como diferentes entre si pelos próprios habitantes (figura 4).

---

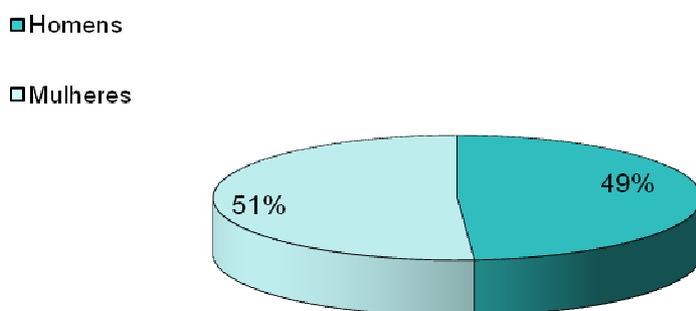
<sup>25</sup> Fazem parte da AP3 as seguintes Regiões Administrativas: X RA – Ramos, XI RA – Penha, XII RA – Inhaúma, XIII RA – Méier, XIV RA – Irajá, XV RA – Madureira, XX RA - Ilha do Governador, XXII RA – Anchieta, XXV RA – Pavuna, XXVIII RA – Jacarezinho, XXIX RA - Complexo do Alemão, XXX RA – Maré, XXXI RA - Vigário Geral.



Com uma das maiores densidades demográficas da cidade do Rio de Janeiro (233,5 habitantes/ha) segundo dados do Censo 2010 realizado pelo IBGE, o bairro do Complexo do Alemão possui 69.143 pessoas residentes numa área de 296 ha, situando-o na 23ª colocação no ranking populacional geral dos 160 bairros cariocas.

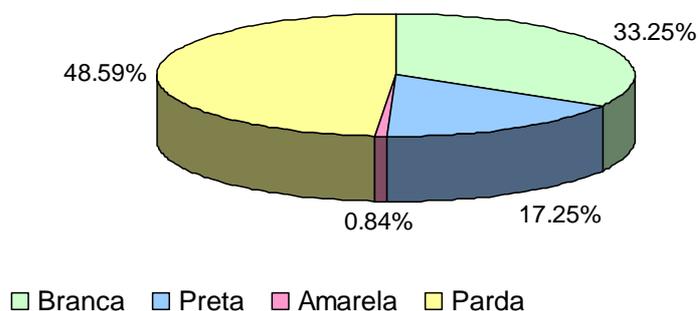
Desse total, 35.343 são mulheres e 33.800 são homens (figura 5) e são predominantemente da cor/ raça parda (48,59%) (figura 6). Já na faixa etária dos 20 aos 29 anos, que é a mais próxima do nosso universo de estudo, se concentram em torno de 13.334 pessoas residentes no Complexo do Alemão (figura 7).

**Figura 5 – População residente no bairro Complexo do Alemão segundo sexo, 2010.**

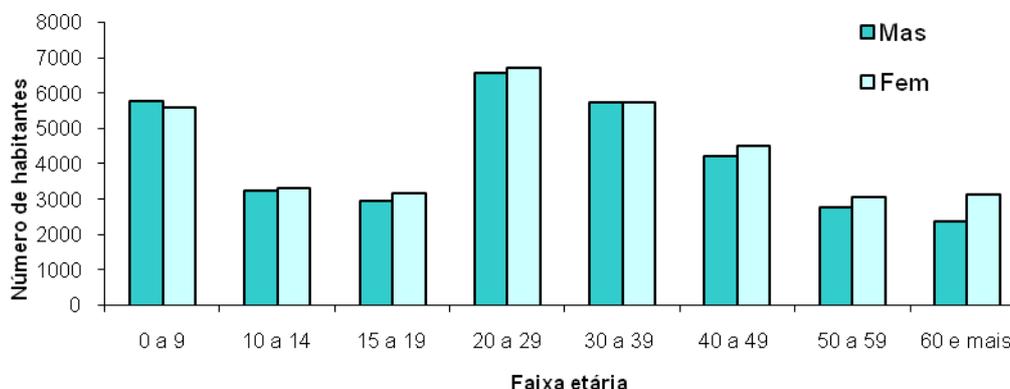


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

**Figura 6 - População residente no bairro Complexo do Alemão por cor ou raça, 2010.**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

**Figura 7 - População residente no bairro Complexo do Alemão por grupo de idade e sexo, 2010.**

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Com relação aos índices de desenvolvimento humano (IDH) e de desenvolvimento social (IDS) da cidade do Rio de Janeiro, observa-se que a região administrativa e o bairro do Complexo do Alemão apresentam os piores resultados comparado-os com os demais bairros da cidade. O Índice de Desenvolvimento Humano tem como objetivo mensurar as condições de vida de uma população levando-se em conta indicadores de renda, educação e esperança de vida ao nascer<sup>26</sup>. Varia de zero até 1, sendo considerado baixo na faixa entre 0 e 0,499; médio entre 0,500 a 0,799; e elevado quando igual ou acima de 0,800.

No ano de 2000 o Complexo do Alemão se localizava na última colocação no ranking geral dos bairros do município do Rio, com um IDH de 0,711, abaixo dos bairros da Maré (0,722), de Acari/Parque Colúmbia (0,720) e de Costa Barros (0,713) que são áreas de favelas localizadas também na Zona Norte da cidade. Neste mesmo ano, os bairros da Gávea (0,970) e Leblon (0,967) ocupavam as primeiras posições no ranking com índices bem mais elevados, evidenciando a desigualdade social da cidade. Observa-se que enquanto a esperança de vida ao nascer no Complexo do Alemão é de 64,79 anos, em bairros localizados na zona sul da cidade, como por exemplo, a Gávea, o esperado é que se viva pelo menos 15 anos a mais, chegando aos 80 anos de idade.

Já com relação ao índice de desenvolvimento social (IDS), mensurado através de indicadores que avaliam o acesso ao saneamento básico, a qualidade habitacional, o grau de escolaridade e a renda, o bairro do Complexo do Alemão ocupa a 149ª posição

<sup>26</sup> <[http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/65\\_o%20C3%indice%20do%20desenvolvedes%20humano\(idh\)%20na%20cidade%20do%20rio%20de%20janeiro.PDF](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/65_o%20C3%indice%20do%20desenvolvedes%20humano(idh)%20na%20cidade%20do%20rio%20de%20janeiro.PDF)>. Acesso em 10 janeiro de 2013.

no ranking municipal, com um IDS de 0,474, considerado baixo. Nesta classificação é possível observar que enquanto o rendimento dos chefes de domicílio no Complexo do Alemão é de em média 2,3 salários mínimos, em bairros próximos como Inhaúma, Penha e Bonsucesso, já é possível ver um aumento para uma média de 4, 5 e 7 salários mínimos respectivamente (IBGE, Censo 2000).

### **2.3.2 Aspectos históricos da região**

A origem da ocupação da área ocorreu pelo Morro do Alemão, uma das principais favelas da região, e que por isso dá nome ao Complexo. A história do nome “alemão” é atribuída a um imigrante europeu de origem polonesa que adquiriu propriedades na área na década de 1920, e devido às suas características físicas e sotaque foi apelidado de “alemão”. A região que fazia parte da área então rural da Zona da Leopoldina, onde se localiza a Serra da Misericórdia, começa a sofrer transformações a partir do final dos anos 1940 com a abertura da Avenida Brasil, em 1946, atraindo muitas indústrias e se tornando nas décadas seguintes um dos principais pólos industriais da cidade do Rio de Janeiro. O desenvolvimento industrial foi acompanhado por um crescimento populacional expressivo, com destaque para a vinda de imigrantes nordestinos atraídos pelas oportunidades de trabalho na região.

No ano de 1951, as terras do fazendeiro “alemão” foram vendidas e começaram a ser ocupadas por trabalhadores de uma companhia algodoeira, na atual comunidade do Relicário, vizinha ao Morro do Alemão. No entanto, o povoamento foi mais acelerado nas comunidades hoje conhecidas como Joaquim de Queiroz e Nova Brasília, que nos anos 1950 viram suas populações aumentarem vertiginosamente. Isto pode ser explicado em parte, pelo fato de que estas comunidades se localizam próximo as entradas do Complexo, em áreas planas ou na parte “baixa” da favela. A parte alta, só passou a ser ocupada a partir de 1966 e ainda hoje a favela recebe imigrantes principalmente dos estados do nordeste, além do Espírito Santo, Minas Gerais e do interior do Estado do Rio de Janeiro. Já no Parque Alvorada, Morro das Palmeiras e Morro da Baiana (figura 4), o crescimento acentuado só ocorreu no final da década de 1970 e início da década de 1980, devido à falta de infraestrutura que dificultava o acesso das pessoas ao local. A ocupação dessas áreas neste período aconteceu

principalmente através da vinda de parentes dos moradores e de imigrantes nordestinos<sup>27</sup>.

A partir da década de 1990 houve um intenso processo de desindustrialização, que promoveu profundos impactos na vida dos moradores daquela região. A fragilidade do Estado no provimento das necessidades básicas da população - como saúde, saneamento, habitação e segurança- é atribuída por Oliveira (2011) como um dos fatores que acentuou o processo de precarização do trabalho, bem como o aumento dos índices de violência. Estes aspectos impactaram na vida das famílias que nos anos anteriores tinham migrado para a região agravando o desemprego e a pobreza (OLIVEIRA, 2011).

Tudo isso impactou e contribuiu para a precarização da região e para o aumento dos índices de violência. Junto aos problemas socioeconômicos que caracterizaram este período, nota-se que ao final dos anos 1980 a transformação na organização transnacional do crime afetou principalmente as regiões metropolitanas brasileiras, e no caso do Rio de Janeiro, as periferias localizadas nas favelas. Desse modo, o Complexo do Alemão, assim como as demais favelas cariocas, passou por um processo de intensificação da violência criminal, caracterizado pela diversificação das atividades criminosas (“crime-negócio”), com destaque para o mercado de venda de drogas e de armamentos cada vez mais letais.

Foi desse modo que o conjunto de favelas passou a ser conhecido como “Faixa de Gaza do Rio de Janeiro”, em referência aos conflitos entre palestinos e israelenses no Oriente Médio. Contribuíram para esta representação os constantes tiroteios entre facções rivais e entre estes e a polícia; os elevados números de assaltos nos bairros vizinhos, atribuídos a ações comandadas por traficantes do Complexo do Alemão<sup>28</sup>; e o brutal assassinato do jornalista Tim Lopes, da Rede Globo de Televisão<sup>29</sup>.

No ano de 2007 foi lançado o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do Governo Federal que tem como objetivo aumentar os investimentos em

---

<sup>27</sup> Disponível em: < <http://uppsocial.org/territorios/complexo-do-alemao/>> Acesso em 1 de fevereiro de 2013.

<sup>28</sup> Em 21/09/2010 O GLOBO ONLINE publicou a matéria “Bandidos que fazem arrastões na Zona Norte agem nos mesmos locais e horários”, na qual foi divulgado o “mapa do perigo” no Rio de Janeiro, onde eram destacadas as principais vias próximas aos Complexos da Penha e do Alemão. <<http://oglobo.globo.com/rio/bandidos-que-fazem-arrastoes-na-zona-norte-agem-nos-mesmos-locais-horarios-2949023>> Acesso em 22/10/2010.

<sup>29</sup> A matéria “Polícia do Rio confirma o assassinato do jornalista Tim Lopes”, publicada pela folha online em 09/06/2002. <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/cotidiano/ult95u52573.shtml>>. Acesso em 22/10/2010

infraestrutura social, urbana, logística e energética do país<sup>30</sup>. No Complexo do Alemão foram realizadas diversas obras de saneamento, iluminação e alargamento de ruas, bem como a construção de quatro conjuntos habitacionais, do colégio estadual Jornalista Tim Lopes, do Centro de Geração de Trabalho e Renda e do Teleférico<sup>31</sup>. Paralelo a isto, as favelas do conjunto começaram a receber investimentos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) lançado pelo Ministério da Justiça também no ano de 2007, que articula políticas de segurança com ações sociais buscando a redução da violência.

### **2.3.3 Alemão 2010: a ocupação pelo Exército**

O que ocorreu no mês de novembro de 2010 no Complexo com a invasão do Bope espelha a força que adquiriu a ideia de retomada do controle territorial, central na concepção das UPP. Já havia doze Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro, quando começaram a acontecer alguns episódios violentos, caracterizados por assaltos a veículos e a queima dos mesmos em diversos pontos da cidade (majoritariamente na Zona Norte) que foram associados a ações comandadas por facções criminosas em represália à instalação das UPP<sup>32</sup>.

Nesse momento, instalou-se um discurso sobre caos que culminou numa operação especial da Polícia Militar do Rio de Janeiro com o apoio da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro que tinha por objetivo ocupar o conjunto de favelas da Vila Cruzeiro localizada no bairro da Penha e vizinha ao Complexo do Alemão. A justificativa dada para a operação considerava que a região era um dos redutos do tráfico na cidade e refúgio dos grandes traficantes de favelas “amigas”, ou seja, favelas comandadas pela mesma facção, nas quais foram instaladas UPP.

Toda a operação foi televisionada por diversas emissoras que sugeriam que a cidade estaria vivenciando um clima de tensão. O episódio foi apelidado de Tropa de Elite III em referência aos filmes “Tropa de elite I” e “Tropa de elite II- O inimigo

---

<sup>30</sup> Relatório Legado do PAC 1. < <http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-relatorio-1>> Acesso em 10 de fevereiro de 2013.

<sup>31</sup> [http://www.chs.ubc.ca/consortia/events/E-20080916/GovernoRJ-Complexo\\_do\\_Alemao.pdf](http://www.chs.ubc.ca/consortia/events/E-20080916/GovernoRJ-Complexo_do_Alemao.pdf)

<sup>32</sup> Jornal O Globo “Dia D da guerra ao tráfico”- Publicado em 26/11/2010. No dia 25 de novembro, segundo informações do jornal foram incendiados mais de 44 veículos na cidade.

agora é outro”<sup>33</sup>. Uma cena marcante, documentada por uma emissora que filmava a “operação”, foi a de um bando de aproximadamente 200 traficantes armados fugindo da favela Vila Cruzeiro em direção ao Complexo do Alemão por uma estrada de terra que liga as duas favelas. Esta cena permaneceu no noticiário televisivo e impresso e foi repetidamente veiculada, inclusive pelos principais jornais internacionais.

Nos últimos dias de novembro de 2010, houve uma ação conjunta entre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a Polícia Federal, a Polícia Civil e as Forças Armadas que novamente buscavam “tirar o controle do tráfico nesta região” através da “retomada do território” que, segundo o comandante geral da PMERJ Mário Sérgio, era a principal arma dos traficantes e o motivo pelo qual haviam orquestrado os ataques – uma retaliação em função da perda de territórios devido à instalação das UPP.

A notícia de que haveria uma operação no Complexo do Alemão e a exigência de rendição à Polícia foram estratégias utilizadas para ganhar o apoio público e midiático, seguidas do reforço da ideia de que não haveria confronto direto em razão do número de pessoas que mora na localidade e que poderia se ferir. Esse apoio foi concedido pelas emissoras de TV e pelos jornais que veicularam manchetes com os títulos: “A Fortaleza era de papel”, “A Reconquista da Vila Cruzeiro”, “População Aplauda a Passagem da Tropa” (Jornal o Globo, Caderno especial A Guerra do Rio); “O Rio contra-ataca” (Jornal o dia- Capa).

Num final de semana, houve a efetiva ocupação da área com o hasteamento das bandeiras do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro simbolizando o controle do território. A previsão era de que o Exército permanecesse por mais um ano e meio na região, até que fosse instalada uma Unidade de Polícia Pacificadora- UPP. Foi neste período que ocorreu a minha inserção no campo, em abril de 2011, conforme descreverei mais detalhadamente no capítulo seguinte.

No total foram instaladas quatro unidades de polícia pacificadora no Complexo do Alemão, são elas: UPP Nova Brasília, UPP Fazendinha, UPP Alemão e UPP Adeus/Baiana. Segundo dados da UPP Social<sup>34</sup>, a unidade da Fazendinha é composta

---

<sup>33</sup> Tropa de Elite (2007) e Tropa de Elite2- O inimigo agora é outro são filmes brasileiros dirigidos por José Padilha, que tem como tema a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro e as ações do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>34</sup> A UPP Social é um programa realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro e coordenado pelo Instituto Pereira Passos e tem como missão mobilizar e articular políticas e serviços municipais nas favelas com UPP. Segundo o site do programa, a UPP Social possui três objetivos principais: contribuir para a consolidação do processo de pacificação e a promoção da cidadania local nos territórios pacificados; promover o desenvolvimento urbano, social e econômico nos territórios; efetivar a integração

pelas comunidades Palmeirinha, Vila Matinha, Casinhas, Parque Alvorada, Relicário e Morro das Palmeiras e foi inaugurada no dia 18 de abril de 2012. Neste mesmo dia foi inaugurada a unidade da Nova Brasília, englobando parte das comunidades do Itararé, Joaquim de Queiroz, Mourão Filho e Nova Brasília. Ainda segundo esta fonte, a UPP Adeus/Baiana é responsável pelas comunidades: Estrada do Itararé, Morro da Baiana, Morro do Adeus e Morro do Piancó e foi inaugurada no dia 11 de maio de 2012. E por fim, a UPP Alemão foi inaugurada no dia 30 de maio de 2012, e circunscreve o Morro do Alemão e a Rua Armando Sodré.

### **3 AS REPRESENTAÇÕES DOS JOVENS**

Neste capítulo busco apresentar os resultados da pesquisa, segundo o material coletado na observação participante e nas entrevistas. Assim, para um melhor entendimento, privilegiei num primeiro momento, uma breve descrição do material do meu caderno de campo, dividindo-o em três fases da pesquisa que guardam relação com os grupos de jovens com os quais entrei em contato em cada período e com o contexto geral da chamada “pacificação”. A divisão nessas “fases” é mais um recurso esquemático para caracterizar o meu percurso no campo bem como complementar o que será exposto nas entrevistas.

#### **3.1 A entrada no campo: fases da pesquisa e os grupos de jovens**

##### **Primeira fase**

A primeira fase consiste na minha entrada no campo, que ocorreu em abril de 2011, e foi mediada por um antigo interlocutor de uma das pesquisadoras que integrava a equipe da pesquisa Pronex-Juventude. Este informante, que é um antigo morador do Complexo do Alemão serviu de mediador no contato com os jovens. Os encontros ocorriam num prédio onde funcionava um projeto de Economia Solidária. Este espaço foi cedido por outro interlocutor que trabalhava neste projeto e atuou também como mediador junto aos jovens. Essas duas figuras foram centrais e essenciais na entrada no campo, pois possibilitaram um trânsito mais livre e confiante nesse primeiro momento. Além disto, o fato de alguns encontros contarem com a presença deles trouxe a vantagem de ir aos poucos tecendo laços de confiança com o grupo. Entretanto, havia a consciência de que as falas dos jovens estavam condicionadas a estas presenças, um tanto inibidoras, em função do aspecto geracional (eles se encontravam na faixa dos quarenta anos de idade) e pelo fato de os mesmos serem moradores antigos do Complexo.

Fui apresentada a quatro jovens: três rapazes, com 18 anos de idade e uma moça, de 23 anos. Dois rapazes somente estudavam, e trabalhavam eventualmente em empregos temporários no Complexo do Alemão. A moça e outro rapaz haviam interrompido os estudos no Ensino Médio e trabalhavam em horário integral. Tais jovens não tinham experimentado nenhuma inserção em projetos sociais, o que é um

marcador importante neste contexto conforme discutiremos mais adiante. Todos se conheciam, o que facilitava a conversa no momento dos encontros. Um desses jovens com o passar do tempo começou a faltar aos encontros e não foi possível posteriormente entrevistá-lo, como fiz com os outros.

Neste período, o exército estava ocupando a região por meio das Forças de Pacificação, e o clima entre os moradores era de desconfiança e tensão. Os jovens relatavam as restrições de circulação, em especial à noite, quando acontecia uma espécie de toque de recolher não formal emitido pelo Exército, ocasionando o receio de saírem e serem abordados. Havia a percepção generalizada de que os soldados do exército estavam inseguros e com medo de possíveis ações de traficantes que resistiam no local.

Isso gerava nos jovens também um medo de serem confundidos com traficantes e sofrerem as consequências desse embate. Os jovens argumentavam que os soldados ficavam mais tensos durante as rondas efetuadas em “becos” ou vielas da favela; em razão disto, era comum que fossem surpreendidos pelos soldados com o fuzil em punho apontando para sua direção, o que causava o medo de serem atingidos por um disparo acidental. Falas como “eles não sabem nem atirar direito e ficam apontando o fuzil para os outros” eram comum de serem ouvidas entre os moradores em geral. No mesmo período, também era constante o relato de que a favela ficava deserta nos horários mais avançados da noite, o que não era comum até então. Os jovens reportavam casos em que estavam nas ruas da favela, geralmente em grupos, e os soldados “mandavam” eles irem para suas casas, e em casos de rejeição eram atingidos pelos *sprays* de pimenta. Também era frequente a reclamação a respeito da mudança contínua do contingente de soldados alocados na região, fazendo com que em cada período que ocorria mudança de tropa, as revistas se intensificassem.

A minha circulação pela favela nesta época foi condicionada também por esses fatores. No início da pesquisa, os encontros aconteciam primordialmente na sala que foi disponibilizada, na comunidade da Nova Brasília. Apesar disto, pode-se dizer que os encontros transcorreram em ambiente descontraído e bem-humorado. Mais tarde, quando passei a me sentir mais à vontade no território e junto ao grupo começamos a percorrer pontos considerados turísticos na favela e no entorno, como, por exemplo, os recém instalados teleféricos e a Igreja da Penha.

De modo geral, esse foi o contexto de minha inserção no campo. Ao final desta fase, que durou até agosto de 2012, o meu contato com estes jovens se esgotou. Os encontros, que no início aconteciam na presença de outros pesquisadores e dos

informantes privilegiados mencionados anteriormente, já nesta fase passavam a ocorrer somente na minha presença e em ambientes mais informais, como na vila olímpica da localidade, por exemplo.

Aos poucos a sensação que eu tinha era que os assuntos foram se esgotando ao mesmo tempo em que os jovens passavam a ter menos tempo disponível para as conversas. Ao final desta fase todos estavam trabalhando em empregos fixos, de tempo integral e alguns inclusive aos finais de semana. Os dois jovens que ainda estavam estudando no momento em que iniciei a pesquisa abandonaram a escola no último ano do Ensino Médio com a justificativa de que tinham que trabalhar. Um deles se alistou no Exército e disse que pretendia seguir a carreira militar.

Neste momento, vi a necessidade de conhecer e conversar com outros jovens para ampliar o leque de perspectivas sobre a ocupação. Apesar disso, é importante ressaltar que o contato prolongado com este grupo de jovens durante essa primeira etapa da observação auxiliou no desenvolvimento do roteiro de entrevistas que foi empregado.

### **Segunda fase**

Nesta fase da pesquisa - que se iniciou em agosto de 2012 (quando já haviam sido inauguradas as quatro UPP) - tive a colaboração de outro interlocutor privilegiado. Este jovem é morador do Complexo do Alemão desde que nasceu. Ele conhecia os jovens aos quais estive mais próxima na primeira fase da pesquisa e me apresentou a outros jovens do seu círculo social. Este informante-chave era um jovem universitário de 23 anos, MC<sup>35</sup> de funk, bastante conhecido e benquisto pelos amigos de seu circuito, pelo fato de ser cantor. Sua presença foi essencial para garantir que eu conseguisse entrar no espaço dos movimentos sociais, assistindo a aulas, cursos e encontros dos mais diversos tipos, nos quais estivessem presentes jovens. Aos poucos, ele foi me convidando para eventos que achava que poderiam me interessar, devido à natureza do meu estudo. Com ele eu discutia as dúvidas, percepções sobre a pesquisa; ele por sua vez me ajudava também a interpretar alguns fatos e discursos que eram observados. Assim, me propiciou o contato com jovens “assistidos por projetos sociais” e ligados a

---

<sup>35</sup> MC- Master of Ceremonies ou Mestre de Cerimônias, considerado no Brasil o homem que faz suas produções musicais no Hip Hop ou no Funk Carioca.

movimentos sociais e/ou a organizações não-governamentais. Este é um aspecto importante para se pensar no contexto dos jovens das camadas populares.

Como já discutido por Novaes (2006) os projetos sociais constituem o resultado de uma série de iniciativas de ONG e empresas que marcaram a década de 1990, num contexto de escassez de políticas públicas voltadas para o segmento juvenil. As atividades promovidas pelos projetos variam bastante, assim como o público-alvo. Em geral, os projetos são de curta duração, em grande parte duram menos de um ano, e promovem desde cursos profissionalizantes, cursos de inglês, informática, atividades esportivas e de lazer, até cursos voltados para a área de comunicação social, que focalizam ações relacionadas ao tema da cidadania<sup>36</sup>. Nesse sentido, Novaes (2006) chama atenção para a figura do “jovem de projeto”, considerando que aqueles que frequentam estes espaços acabam por se apropriarem da linguagem dos projetos incluindo-a em suas estratégias de “sobrevivência social”. Diante disto, observa-se que os jovens que têm alguma experiência em projetos sociais apresentam um repertório maior de recursos para lidar com o cotidiano (idem).

Contudo, falar sobre os “jovens de projeto” por si só não significa falar de um grupo homogêneo. Como pude perceber o tempo e a trajetória de participação nos projetos e a inserção em outros espaços, como movimentos sociais e/ou culturais, parecem constituir fatores de diferenciação intragrupo. De fato, entre os jovens com os quais entrei em contato na pesquisa, um fator que representou uma variável importante foi a assistência ou não de projetos sociais ou ONGs. Ao mesmo tempo, observei que há diferenças no interior deste grupo.

Assim, enquanto alguns deles já têm uma trajetória mais longa de participação e fazem disto um estilo de vida, outros participam eventualmente destas atividades e veem nelas uma forma de complementar sua renda, através da bolsa de estudos que geralmente é oferecida. Optou-se neste trabalho por denominar os jovens que possuem a trajetória mais longa de “jovens assistidos por projetos”, em contraposição a outros grupos de jovens que participaram eventualmente dos projetos sociais, mas que não se identificam com este estilo de vida (CECCHETTO, 2004).

---

<sup>36</sup> Diversas críticas são dirigidas aos projetos sociais, as mais expressivas guardam relação com o fato de alguns projetos partirem de visões estereotipadas sobre os jovens moradores de áreas de favela, considerados “em situação de risco social”, vistos muitas vezes como “potencialmente criminosos” em função de conviverem no mesmo território que os grupos criminosos (ALMEIDA, 2003; NOVAES, 2006; MACHADO DA SILVA E LEITE, 2007.). Embora se reconheça estas questões e a necessidade de se refletir sobre os aspectos relacionados à construção de projetos sociais (e de modo mais profícuo, de políticas públicas) para a juventude, é importante ressaltar que nem todos os projetos têm este viés e muitos cumprem um papel relevante na vida dos jovens.

Dentre os jovens assistidos pelas ONG e que tiveram em suas trajetórias uma ampla inserção nos mais variados tipos de projetos sociais, estes se identificam como: MC's, fotógrafos, “comunicadores sociais”, editores de jornais comunitários e são ligados a movimentos sociais ou a organizações não governamentais que possuem ativismo e militância na favela. Podem ser identificados com os “jovens de projeto” já que possuem essa experiência, mas, além disso, atualmente se organizam em seus próprios projetos na favela.

Estes jovens compartilham de uma espécie de rede local que se articula em diversas causas em favor da valorização do lugar onde moram, da disseminação da cultura e da reivindicação de direitos. Uma rede que “fala para e pela juventude das favelas”. Nesse sentido, defendem uma postura de protagonistas nas suas trajetórias, na medida em que desenvolvem projetos que ganham visibilidade dentro e fora da favela, através do recurso das mídias sociais. Dentre os jovens que entrevistei, a maioria já havia terminado o ensino médio e buscava entrar na universidade, mas enfrentava alguns obstáculos, como a dificuldade em ingressar em universidades públicas, por um lado, e por outro, a impossibilidade de pagar uma universidade particular. Eram três jovens mulheres e um homem, sendo uma jovem formada em pedagogia, a única até então com graduação universitária entre todos os jovens entrevistados.

O meu contato inicial com esses jovens foi através de participação em aulas de um curso cuja temática girava em torno dos direitos humanos, e acontecia numa ONG formada por moradores, na companhia de meu interlocutor. O curso era oferecido em parceria com outras organizações do Complexo e já estava em fase de conclusão no momento de minha entrada. Em razão disto, neste período eu conheci este espaço, mas não me fixei nele. Numa terceira fase da pesquisa, conforme descreverei mais adiante, minhas atividades se concentraram neste local, junto a outro grupo de jovens. Sendo assim, o meu contato nesta época ficou mais próximo aos “jovens assistidos por projetos sociais”, com os quais marquei encontros em outros espaços da favela depois que o curso acabou para conversar e, posteriormente, realizar as entrevistas.

Passei a adentrar mais no espaço mesmo sem conhecer muito bem, e sozinha, pois o meu colaborador não pôde mais estar presente nesses momentos comigo. Circulei mais pelas favelas da Grota, Morro do Alemão e Relicário neste período. Participei de reuniões de grupos juvenis, de cursos e também de eventos de lazer promovidos pelos jovens, como festas.

Apesar disto, tive algumas dificuldades em agendar entrevistas com este grupo, que apresentava mais resistência. Estas só aconteceram pelo fato de eu ser apresentada por um jovem do circuito deles, benquisto entre os pares. Diversas foram as falas que expressaram isso, como por exemplo, “eu só concordei em te dar essa entrevista porque você é amiga do “J”, porque eu não gosto de dar entrevista não. As pessoas vêm aqui, entrevistam a gente e depois vão embora”. Eles tinham certo ressentimento e desconfiança com relação a pesquisadores “de fora” que vão realizar pesquisas no local e não retornam para apresentar os resultados. Esses jovens em particular se destacam dos demais também pelo fato de terem certa experiência em participação de entrevistas, como sujeitos de pesquisa.

Portanto, esta foi a atmosfera que permeou os meus encontros com o grupo de jovens “assistidos por projetos” e ligados a movimentos sociais nesta fase da pesquisa. Em meio a estes acontecimentos fui também me inserindo em outros espaços, conforme descreverei na fase seguinte.

### **Terceira fase**

Na medida em que as entrevistas realizadas com os “jovens assistidos por projetos” começavam a se esgotar, eu tinha um interesse em procurar outros jovens para coletar suas impressões sobre o processo de implantação das UPP.

Foi nesse período que comecei a acompanhar jovens que participavam de um curso na mesma ONG que descrevi anteriormente. Uma figura importante também se fez presente neste momento da pesquisa, como uma mediadora inicial do contato com os jovens e como informante privilegiada na medida em que me ajudava a compreender mais o contexto familiar desses sujeitos, inclusive me indicando alguns para que eu entrevistasse. Esta colaboradora que é uma líder comunitária contribuía explicando sobre o meu trabalho para as pessoas às quais eu era freqüentemente apresentada permitindo que eu me tornasse uma figura conhecida no local. Além disto, me convidava para eventos sediados no lugar e fora dele que podiam ser do meu interesse, como palestras e mesas para as quais ela era convidada a dar seu depoimento.

A forma gentil e atenciosa como fui recebida permitiu que eu me sentisse mais confiante neste ambiente, como até então eu não havia me sentido. Além disto, eu tinha a sensação de que esta figura via com bons olhos a minha presença ali. Ela falava sobre a importância das trocas que podem ser feitas nestes momentos de encontro e positivava

o meu interesse, enquanto jovem também, em compreender as visões dos jovens moradores do Complexo do Alemão sobre a implantação das UPP.

A partir desse momento, minha presença se tornou rotina no local e essa informante privilegiada me colocou em contato mais próximo com um jovem em particular. Este jovem de 22 anos era o responsável pelo recrutamento de outros jovens para o curso, bem como por liderar a turma e servir como mediador no contato entre os alunos e os professores. Ele recebia uma bolsa de estudos paga pelo projeto e auxiliava em diversas outras funções dentro da ONG. O contato mais próximo com este interlocutor facilitou, posteriormente, nas conversas e entrevistas que tive com os demais alunos deste curso. Ele tinha uma postura de líder, pois, ao mesmo tempo em que defendia os interesses da turma junto aos coordenadores do projeto, cobrava também a presença e a disciplina dos alunos faltosos para com o andamento do curso. Este foi o primeiro jovem deste grupo que entrevistei, e a aproximação posterior com os outros foi facilitada em função disto. É importante ressaltar que este jovem relatou ter sido “segurança do tráfico”<sup>37</sup> no período anterior à ocupação do Complexo do Alemão pelo Exército, em razão disto, esta sua trajetória será explorada mais a frente.

O curso do qual faziam parte integrava um programa voltado para adultos jovens de baixa renda, com um histórico de evasão escolar. O projeto tinha por objetivo oferecer aos jovens uma profissão, ao mesmo tempo em que propunha o regresso aos estudos dos que haviam interrompido. Além disto, possuía um caráter de desenvolvimento local, a partir do incentivo para que os jovens, ao criarem seus projetos de vida, contribuíssem para o desenvolvimento de suas comunidades através de ações locais.

Desse modo, o público-alvo privilegiado era de jovens homens e mulheres de classe baixa, egressos do sistema escolar e alguns com o passado de envolvimento em atividades criminosas. No entanto, embora estas fossem as características privilegiadas, a inscrição para o curso foi aberta ao público jovem da favela, o que acabou propiciando o ingresso de outros jovens, interessados em aprender uma nova profissão em seu tempo livre e ao mesmo tempo, receber uma bolsa de estudos para isto. Este grupo se aproxima ao perfil dos jovens que conheci na primeira fase da pesquisa, em termos principalmente de gosto, hábitos e estilo de vida. Eram aproximadamente 30 alunos, dentre os quais

---

<sup>37</sup> Os “seguranças” trabalham na proteção do “chefe” ou “gerente” da boca.

chamou minha atenção a quantidade dos que haviam parado os estudos no Ensino Fundamental e Médio, mais da metade.

Algumas moças atribuíram à interrupção ao fato de terem engravidado e terem vergonha de ir para a escola “quando a barriga começou a crescer”. Depois que o bebê nasceu, o problema passou a ser a dificuldade de deixar a criança pequena com outro responsável. Por outro lado, alguns rapazes justificavam seu abandono pelo fato de não se adaptarem a mudanças de escola, e a perda de vínculo com professores e com turmas de amigos. Outros falavam que tiveram que interromper por causa do trabalho, que coincidia com o horário da escola. Ainda havia dois jovens que foram ligados ao tráfico de drogas e interromperam seus estudos no ensino fundamental. Estes falaram sobre a perda de interesse na escola quando começaram a ingressar em atividades criminosas. Em geral, falar sobre este assunto gerava certo constrangimento, ao passo que eles se apressavam em encerrar a conversa afirmando que pretendiam retomar os estudos no ano seguinte, num supletivo.

Vale ressaltar que a minha interação com este grupo em particular ocorreu de forma mais próxima em comparação com os grupos anteriores. O fato de eu ter a faixa etária próxima à deles e de ser apresentada como uma pesquisadora da Fiocruz gerava certa curiosidade. Durante as conversas informais e entrevistas, eles compartilhavam comigo seus projetos de vida, suas expectativas com relação ao futuro. E em diversos momentos procuravam conhecer mais sobre a minha trajetória também. Conforme as entrevistas iam acontecendo, os jovens acabavam por ficarem mais próximos de mim, o que facilitava no ganho de confiança entre seus pares.

Neste período, apesar de ter entrado em contato com aproximadamente trinta jovens, realizei entrevistas com um total de seis, duas moças e quatro rapazes.

Portanto, retomando o que foi exposto, procurei nesta caracterização sobre as fases da pesquisa oferecer o contexto no qual se deu a minha inserção no campo, bem como o contexto de produção das entrevistas. Meu objetivo foi chamar atenção para os grupos de jovens com os quais entrei em contato em cada fase e como se deu a minha interação com eles, tendo como pano de fundo a conjuntura geral da chamada “pacificação”.

### **3.2 Resultados: narrativas e vivências em torno da implantação das UPP**

Os resultados encontrados nas entrevistas foram agrupados nos seguintes eixos: visões sobre a “ocupação”; visões sobre as forças de manutenção da ordem: Exército, Polícia Militar e Polícia da UPP.

Para manter a confidencialidade dos dados, os nomes dos sujeitos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios. Além disso, optei por destacar a idade dos sujeitos, seguida da identificação: “jovem assistido por projetos sociais” ou “jovem que foi ligado ao tráfico”, conforme o caso. Os demais jovens, que não relataram ampla experiência em projetos e nem inserção em atividades do tráfico, não foram identificados desta maneira. Ressalta-se aqui que o objetivo desta “classificação” seria apenas o de situar o leitor a respeito das trajetórias de vida dos jovens. Contudo, não se pretende com isso, rotulá-los, ou enquadrá-los como reféns de suas trajetórias. Pelo contrário, se reconhece que os jovens contemporâneos apresentam trajetórias marcadas por intensos movimentos oscilatórios e reversíveis de experimentação que constituem as características típicas da juventude contemporânea, tal como afirma Pais (2006).

#### **3.2.1 A “ocupação” / “pacificação” do Alemão**

Nesta seção serão analisados os relatos dos jovens sobre o evento da “ocupação” do Complexo do Alemão, que ocorreu em novembro de 2010, bem como as repercussões seguintes da chamada “pacificação” em suas vidas. As perguntas que foram feitas a respeito desta temática tinham como objetivo, em primeiro lugar, verificar como os jovens vivenciaram este episódio na época, tendo em vista a visibilidade e a dimensão que essa operação conjunta entre Polícia Civil e Militar, Exército e Marinha ganhou. Em segundo lugar, o objetivo era verificar o que pensam os jovens a respeito da “pacificação” num sentido mais amplo, avaliando as percepções sobre os impactos em suas vidas, em seu cotidiano.

Vale dizer que os jovens em geral não fizeram distinção entre os termos “ocupação” ou “pacificação”. Ambos têm sido utilizados para denominar o processo que teve início com a mega-operação conjunta entre Polícia e Forças Armadas (novembro de 2010), resultando na permanência das Forças de Pacificação do Exército por um período aproximado de um ano e meio, até a instalação das UPP em abril de 2012. Neste sentido, apesar de não distinguirem claramente o período em que houve a

transição das forças de pacificação do exército para a polícia pacificadora das UPP, reconhecem as diferenças na forma de atuação.

Com relação aos dias em que ocorreu a ocupação, quatro dos jovens entrevistados optaram por deixar a localidade neste período. Dois rapazes foram para casa de parentes em bairros distantes, temendo serem reconhecidos por policiais do BOPE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro), pois frequentavam os “camarotes” dos bailes funk promovidos por traficantes na localidade. Havia um boato de que os policiais teriam assistido na internet aos vídeos dessas festas.

Eu saí e fui para a minha avó. Mas eles já tinham entrado no morro, já tinha ocupado.

Mas de que você tinha medo?

Ah porque eu fiquei com medo deles fazerem alguma coisa. Nesses eventos que eu ia tinha filmagem né? E falaram que ia aparecer um montão de filmagem e eu tava junto lá, nas festas e tal. Eu tava lá no camarote perto dos caras [traficantes].

(Carlos, 18 anos)

Uma moça relatou que a família foi obrigada a ir para a casa de familiares em um bairro da zona oeste da cidade. Segundo ela, a forma como a ocupação foi narrada pela grande imprensa, do tipo “O Dia D da Guerra ao Tráfico”, contribuiu ainda mais para a decisão da família em abandonar o lugar.

Nossa Senhora foi um desespero. Poxa, a televisão é tudo né? Informação é tudo. Então começou aquilo no jornal e parava a programação para falar sobre isso. Aí minha mãe: “tenho que tirar meus filhos daqui”, “tenho que tirar meus filhos daqui”, aí minha mãe foi e mandou todo mundo para a casa de uma tia minha.

(Tatiana, 18 anos)

Outra jovem contesta a forma como o Complexo do Alemão era representado pela grande imprensa no período da ocupação.

(...) Conheci muitas histórias de vida interessantes, conheci muitas coisas e pessoas que, por exemplo, a mídia não mostrava. O que tava me incomodando mais naquela época da ocupação é que o Alemão era visto só como um lugar violento, era só o armamento, eram só as drogas, o tráfico sabe? Cadê as pessoas de bem? E cadê os resultados que transformaram vidas? Porque que não mostravam aquilo? Porque que só tinha gente do mal?

(Nayara, 23 anos, jovem assistida por projetos)

O depoimento de um rapaz fotógrafo e integrante de uma ONG chama atenção para a forma espetacular como se deu a cobertura midiática do acontecimento. Além disto, enfatiza a ação invasiva que restringiu sua liberdade. A “invasão do Alemão” denota uma ocupação não autorizada, portanto, de maneira violenta.

Assustador. Foi assustador. Cara eu fiquei em casa com a minha ex esposa e a minha família, assim, abismado, eu não me posicionei, eu não peguei a minha máquina e tirei foto, eu não estava acreditando naquilo. Era do lado do meu apartamento. Aí você tem uma invasão onde o morador é a principal vítima.

Aí a Globo para você ter noção, era a única emissora autorizada para cobrir isso tudo. Era a única autorizada ao espaço aéreo. A invasão do alemão foi uma coisa cinematográfica, eu nunca revi. Eu nunca peguei para ver de novo e analisar, fazer uma antropologia, porque ainda hoje é difícil você falar disso. Porque a gente viveu um momento de tensão e ao mesmo tempo era refém porque eu era refém dentro da minha casa, eu não podia sair de casa. E isso foi por dois ou três dias assim, tiroteio rolando a todo o momento.

(Matheus, 24 anos, jovem assistido por projetos)

Em conformidade com esta ideia, uma jovem indicou a recorrente atuação violadora dos policiais para descrever a “ocupação”. O medo mais uma vez se fez presente neste discurso e revela experiências anteriores tendo a polícia como protagonista de atitudes violadoras de direitos.

Eles estavam entrando na casa das pessoas. Se eles entrassem lá em casa e tivesse um computador eles [os policiais] iam dizer que eu era do tráfico. Ou tinha alguém do tráfico na minha família.

(...) Eu conheço pessoas que entraram na casa e barbarizaram. Lá em casa foi como te falei, não fizeram nada. Mas eu ouvi histórias de que entraram, abriram armário, levaram roupa de marca. Se tivesse roupa de marca então...

(Tatiana, 18 anos)

Na sequência, outra moça considerou o fato dos “chefes do tráfico” não terem sido presos como um paradoxo, face à violência e aos constrangimentos impostos pelos policiais aos moradores.

É eu fiquei com medo mais pela questão que a gente sabe o que acontece com os moradores aqui dentro né? É engraçado que foi feita uma mega operação, com tantos policiais e nenhum bandidão foi preso. Por que nenhum foi preso? E o resto dos moradores que sofreram o reflexo? Isso é meio estranho. Então a gente fica com medo por conta realmente dos moradores.

(Patrícia, 24 anos – jovem assistida por projetos)

O medo também esteve presente no depoimento dos dois rapazes que na época da ocupação estavam ligados às atividades criminosas do tráfico. Entretanto, de modo distinto dos demais, estes relataram o temor de serem presos ou mortos pelos policiais. Um destes contou que inicialmente estava disposto a continuar no enfrentamento com a Polícia para “defender o território”, mas posteriormente decidiu abandonar o local.

Então, no sábado, quando os caras [policiais] vieram para cá a bala já tava voando já. Porque tinha o helicóptero aqui rodando e todo mundo atirando no helicóptero, o blindado estava vindo. Já tava um inferno sábado [dia anterior da ocupação], eles [os policiais] já estavam aí. Eu vi que não ia dar mais não e tomei a minha decisão e até hoje eu nunca mais meti a mão em nada e não me envolvi em nada.

(Eduardo, 22 anos, jovem que foi ligado ao tráfico)

Para o mesmo entrevistado, as constantes pressões dos familiares para que abandonasse a “vida no tráfico” se fizeram ainda mais intensas no período pré-ocupação quando estava sendo noticiado que a região iria ser ocupada.

(...) Porque se eu caísse numa cadeia eu tava ferrado cara, meus filhos aí. Eu tava num momento muito difícil, se eu fosse preso naquele momento ali já era. Aí a minha mulher todo dia no meu ouvido: cara e se você for preso o que você vai fazer? Você vai mandar uma merreca que não vai dar nem para comprar o leite das crianças, eu vou te largar lá dentro passando necessidade e tal. Aí eu tomei vergonha na minha cara.

(Eduardo, 22 anos, jovem que foi ligado ao tráfico)

Em sua tentativa de fugir - acompanhado pela esposa e filhos - no dia em que houve a efetiva ocupação, foi capturado e levado por policiais civis que, segundo ele, o espancaram até a chegada à delegacia. Apesar disso, não confessou o seu envolvimento com o tráfico. O entrevistado acredita que o fato de não ter ficha criminal, nem mandado de prisão expedido contra ele, contribuíram para que fosse liberado. Em sua opinião este episódio marcou o início de um processo de afastamento das atividades ligadas ao tráfico.

Outro jovem com trajetória similar também relatou o medo de ser capturado e ter que retornar a prisão. Fora preso por assalto à mão armada anos antes. Quando pensou em fugir do local, as saídas da favela já estavam ocupadas pelas forças de segurança. Então teve que se refugiar na própria residência.

Fiquei até a ocupação do morro, quando os polícia começaram a tampar [cercar] o morro. Ficaram nas entradas todas, estavam revistando todo mundo e eu não tinha documento. Falei “pô, vou sair, vou até eles, vou ir preso? Eu fiquei dentro de casa. Minha sogra morava perto também, tinha os vizinhos

também que me ajudavam. Falei, eu vou ficar dentro de casa mesmo, não vou sair para nenhum lugar não, e fiquei dentro de casa.

(Oswaldo, 23 anos, jovem que foi ligado ao tráfico)

Este mesmo rapaz, que relatou ter passado por alguns episódios violentos de espancamento pela Polícia, afirmou que não queria continuar atuando no tráfico com a Polícia presente na favela. A possibilidade de morrer em outra favela caso decidisse fugir foi um dos fatores que contribuiu, segundo ele, para que “mudasse de vida”.

Se eu for para outra comunidade, eu não conheço nada, os polícia vai entrar, eu vou correr e vou morrer. Se é para eu morrer eu vou ficar aqui dentro mesmo onde eu sou cria [nascido e criado], vou ficar vivendo aqui, vou trabalhar, vou estudar e vou dar um futuro melhor para a minha filha. Eu fiquei com medo também de ir para outra comunidade e perder a minha vida. Já que eu não perdi a minha vida onde eu sou cria, vou perder a minha vida em outra comunidade? Não vou.

Aí você decidiu ficar?

E mudar de vida.

(Oswaldo, 23 anos, jovem que foi ligado ao tráfico)

Tendo em vista o que foi exposto, é possível observar três aspectos que surgiram dos depoimentos a respeito do evento da ocupação. O primeiro deles, presente em praticamente todos os discursos, corresponde ao medo que os jovens sentiram tanto nos dias que antecederam a ocupação propriamente dita, quanto no dia do evento em si. Tal medo, ancorado em experiências anteriores, relatadas por eles, diz respeito, sobretudo, à violência e aos abusos policiais. Os jovens tiveram medo de serem atingidos por balas perdidas, de sofrerem agressões, de serem humilhados, de terem seus pertences roubados ou danificados e de sofrerem falsas acusações. Para os jovens, o compartilhamento do espaço com os grupos de traficantes já constitui por si só um indício de ligação com o tráfico na visão dos policiais.

O segundo aspecto é ressaltado de forma mais crítica pelos jovens “assistidos por projetos sociais” e gira em torno da noção de “mídia”, que corresponde especialmente à televisão. Nesta avaliação a forma como as principais emissoras do país vem retratando o Complexo do Alemão, e como retrataram o evento da “ocupação”, são destacados. Para esses jovens, a imagem veiculada na grande imprensa não refletiria a realidade tal como experimentada pelos moradores. A ênfase sobre aspectos que retratam o Complexo do Alemão apenas como um lugar violento é duramente criticada.

O terceiro aspecto guarda relação com a suspensão das atividades do tráfico por alguns dos jovens entrevistados a partir do dia da ocupação. Estes relatos ilustram as experiências de uma parcela de jovens que muitas vezes não costuma ser ouvida e serão apresentadas de forma mais detalhada no item a seguir.

### **Mudanças no cotidiano: diminuição dos tiroteios, regulação do espaço público e abordagens indiscriminadas**

Com relação às visões sobre as mudanças em suas rotinas a partir da ocupação, os dados coletados nos depoimentos dão ênfase sobre os seguintes aspectos: diminuição dos tiroteios, regulação do espaço público e abordagens indiscriminadas.

A diminuição dos tiroteios, bem como do número de homens andando armados pela favela e de pessoas usando drogas nas áreas comuns são aspectos citados pela maioria dos jovens, ainda que de modo desconfiado face à recente transformação.

Agora a gente não vê mais homens armados, é muito difícil ver alguém usando droga.

(Igor, 18 anos)

Agora mudou bastante até tiroteio, esse negócio de pessoas que não tem nada a ver tomar tiro, ser baleado. A polícia entrava e os bandidos não queriam nem saber, saíam dando tiro, tinha vezes que davam tiro na casa dos moradores. Saíam dando tiro na casa do morador que não tinham nada a ver. Quantas televisão os caras [traficantes] estourou de morador, geladeira. Agora melhorou em termos disso, mas em termos de segurança não sei se mudou bastante não, para mim tá sendo a mesma coisa.

(Oswaldo, 23 anos, jovem que foi ligado ao tráfico)

Cara vamos botar assim, não tem muita diferença, igual elas falaram, é tudo a mesma porcaria. Só que assim, você estava com a sua avó no portão, seu avô, todo mundo sentado, fazendo qualquer coisa, aí passa aquele monte de cara armado de moto, os caras xingando, gritando, com os fuzil para o alto, entendeu? Era uma falta de respeito.

(Tatiana, 18 anos)

Uma moça indica aspectos em termos de maior organização da vida local. Para ela, as regras impostas pelas forças de segurança, relacionadas à utilização do espaço público, possibilitaram certa ordenação. Da mesma forma, vê com certa aprovação a tentativa de administração dos conflitos locais realizada pelos policiais, comparando-a

com o período em que os traficantes assumiam essa função, utilizando-se da violência como forma de punição e disciplinamento.

Eu acho que eu gostei cara, porque bem ou mal está mais organizado. Ah o pessoal fala, “ta uma bagunça, de qualquer jeito”. Não, mais organização tem sim. Hoje em dia dá uma hora, duas horas da manhã e não tem mais som alto no bar. Antigamente não. É certo, agora dá uma hora, o policial vai lá e fala: dá para baixar, pelo menos abaixar um pouco, o morador ta querendo dormir, respeito. Entendeu? Melhorou muito mesmo. Nossa, igual assim, briga. Antigamente tinha duas pessoas brigando aqui no meio da rua, mulher, antigamente com o tráfico era “leva as duas e vai cortar o cabelo”<sup>38</sup>. Agora não. Tentam apaziguar, ouvem os dois lados. Homem apanhava e mulher ficava sem cabelo. Agora não, de um jeito ou de outro estão tentando, é o jeito deles, mas tem uma melhora sim.

(Tatiana, 18 anos)

Esta visão relacionada à regulação do espaço público pelas forças de manutenção da ordem tem gerado controvérsias. Enquanto uma parcela dos jovens apóia uma maior regulação sobre o espaço público, como foi explicitado anteriormente, a maioria crítica, sobretudo, a forma como essa regulação tem sido feita, de modo arbitrário. As críticas incidem, sobretudo, às restrições impostas ao lazer local, com a proibição de festas e demais eventos, com destaque para os bailes funk. Falas como “a favela tá muito chata” e “sem nada para fazer”, reproduzem essa visão sobre a conjuntura local desinteressante, sem as festas e bailes rotineiros do período anterior, celebrados como espaços de diversão e encontro entre amigos, vizinhos e parentes. As regras impostas tanto pelas Forças de Pacificação quanto pela Polícia da UPP com a proibição do som alto em festas e bares, junto com a suspensão dos bailes funk<sup>39</sup> e demais eventos, acabaram por interferir nas formas de sociabilidade e lazer dos jovens.

Mudou em tudo. As pessoas não podem mais ouvir o que gostam de ouvir, as pessoas não podem ficar até tarde na rua, as pessoas não têm acesso a sair e voltar de madrugada.

(Débora, 23 anos)

---

<sup>38</sup> Cortar ou raspar os cabelos femininos é uma das punições empregadas pelos traficantes de drogas para mulheres que brigam nas ruas da favela. O castigo varia desde o corte até a prisão domiciliar, que consiste na proibição de sair de casa por um tempo determinado pelos traficantes. Caso ocorra a desobediência dessa proibição as mulheres podem apanhar ou até mesmo serem expulsas da localidade.

<sup>39</sup> A proibição dos bailes funk pelos oficiais das UPP se baseia na crítica sobre a forma como os bailes ocorriam anteriormente, com o patrocínio dos chefes do tráfico, na presença de menores e com o livre consumo de bebidas e drogas. Segundo os oficiais da UPP, ainda que no contexto atual e em outras circunstâncias de funcionamento o baile remeteria a uma “associação simbólica” com o tráfico.

Os eventos para acontecer aqui é uma ou outra instituição que entra, por exemplo, vai ter esse evento, mas é porque o AfroReggae que está fazendo em parceria com a Coca-Cola. Agora se o Zezinho do comércio quiser botar o grupo de pagode pra tocar na rua aí são todas aquelas burocracias. Lei do silêncio a partir de certa hora. Tudo bem, a gente tem que respeitar, mas final de semana? O povo já trabalha a semana toda, vai parar um evento dez horas da noite porque o vizinho reclamou?

O Baile não tem. Uma coisa que a gente até acha estranho, teve os editais da Secretaria de Cultura onde o Governador do Estado do Rio de Janeiro recebeu uma camisa escrito “Eu amo baile funk”. E por que quando a gente pede pra fazer um baile funk dentro da favela tem várias intervenções, vários empecilhos? É uma luta constante.

(Nayara, 23 anos, jovem assistida por projetos sociais)

Na verdade não são novas regras, são as regras da cidade e que antes não tinha. E isso também é um problema porque antes você tinha a população que sabia os seus direitos, da forma deles, muito específica sabe. E aí você vem impondo novos direitos que não são novos para alguns, mas para as favelas sim, impondo: “Tem que ser assim”, “você não pode ficar com o som ligado”, mas já era culturalmente, o som ficava ligado até meia noite, uma hora, duas horas da manhã. Então você não pode de um dia para o outro, bater lá e dizer “você não pode, você tem que desligar o som, você tem que pedir autorização disso, autorização daquilo”, que a gente não tinha.

Não teve um processo de tranquilidade, de falar “olha só vamos conversar, vamos fazer alguns seminários, vamos criar um curso de direitos para entender qual é a lógica da cidade”, sei lá inventar uma maluquice para que as pessoas pudessem entender quais são as regras. Porque não tinha, as regras eram nossas, e tinha um acordo, mas era um acordo mais verbal. Não estou dizendo que não deveria ter, mas a forma é arbitrária, acho que deveria ser com mais cautela, mais diálogo com as pessoas.

(Matheus, 24 anos, jovem assistido por projetos sociais)

A regulação do espaço público pelos agentes de manutenção da ordem no local constitui um fator permanente de tensão, que tem sido a causa de muitos conflitos noticiados na imprensa<sup>40</sup>. A principal crítica que é verbalizada, sobretudo pelos jovens assistidos por projetos sociais e integrantes de movimentos sociais, é a de que há uma criminalização de suas formas de se expressar no lazer característico das favelas.

Outros aspectos, considerados negativos, são ressaltados por todos os jovens. Relacionam-se mais diretamente às abordagens e revistas cotidianas. O fato de se

---

<sup>40</sup> A notícia “Moradores do Alemão organizam ato após conflito com Exército”, publicada no dia 05 de setembro de 2011 na Folha de São Paulo online, narra um episódio de tumulto ocasionado no contexto da ocupação pelo Exército. A confusão ocorreu após a interrupção de um evento por soldados, resultando em agressões a moradores com sprays de pimenta e tiros com balas de borracha. Tal episódio resultou na posterior manifestação dos moradores com exposição de faixas e uma passeata nas principais ruas que circundam o conjunto de favelas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/971057-apos-protesto-alemao-tem-novo-conflito-de-moradores-e-militares.shtml>>

sentirem alvos de suspeição constante interfere muito nas opiniões a respeito da proposta de pacificação das UPP.

Tá pior, porque toda hora toma dura [é revistado], toda hora revista os outros, às vezes você sai de noite aí bota a arma na sua cara achando que é alguma coisa, aí vai e revista.

(Carlos, 18 anos)

Eu acho que o que mudou na minha vida foi a minha liberdade sabe, porque mesmo que com o tráfico a gente tinha uma certa liberdade. A gente tem o medo do tráfico como a gente tem o mesmo medo com a Polícia, mas não tinha ninguém invadindo a minha casa a qualquer momento, uma pessoa me parando e falando “para onde que tu vai, deixa eu ver a tua bolsa”. Eu acho que perdi a minha liberdade com a pacificação.

(Patrícia, 24 anos, jovem assistida por projetos sociais)

Outros jovens tematizam a ausência de algumas práticas promovidas pelos grupos de traficantes no período anterior que deixaram de ocorrer após a “pacificação”. Neste discurso, quando questionados sobre as mudanças no cotidiano, é recorrente a comparação com o período anterior no qual são ressaltados dois aspectos da presença dos grupos de traficantes que deixaram de existir no contexto atual: a sua atuação como regulador dos conflitos internos na localidade e o perfil assistencialista.

Antigamente aqui não tinha assalto, nenhum, nunca teve assalto aqui dentro. Hoje em dia roubam as suas roupas, seu tênis. Os cracudos estão tudo na rua aí. E tipo assim, eu boto a minha roupa para secar, tudo tranquilo, deixava. (...). Hoje em dia a gente foi deixar a roupa e já não tava, deixou o tênis, não tava, pegaram. Aí a gente teve que levantar o muro lá.

(Nayara, 23 anos)

O ruim é que agora todo mundo tá roubando lá, briga direto.  
 (...) Agora que acabou o tráfico tem muito problema.  
 -Qual, que tipo de problema?  
 Ah o pessoal dando facada um no outro, gente lá roubando o comércio.  
 -Agora?  
 Agora tem isso. Roubaram lá o China, a pastelaria lá.

(Igor, 18 anos)

Antes nego evitava de brigar, não brigava não.  
 -E agora você acha que mudou, está tendo mais briga?  
 Tá, muita. Tem um montão de brabo aí agora.  
 -Como assim brabo?  
 Tipo assim, tu não gostava de mim, mas tu não podia me bater por causa dos caras [traficantes], aí agora qualquer coisinha tu vai querer brigar comigo. Qualquer coisinha nego tá brigando.

(Carlos, 18 anos)

Embora não tematizado diretamente, no horizonte destas conversas era expresso certo tom nostálgico, no qual os traficantes eram percebidos como um grupo que possibilitava certa “ordem” na localidade. A demanda por segurança pública é expressa neste discurso da mesma forma que a demanda por serviços sociais de cunho assistencialista.

Na minha opinião é assim: tiraram uns bandidos para entrar outros porque tipo assim. A gente chamava eles [traficantes] assim “os meninos”. E os meninos, querendo ou não ajudavam os pessoal aqui dentro sabe. Tipo assim, você tá precisando de gás, então vai lá e compra. E não cobravam entendeu. Ah, tô sem comida dentro de casa. Muitas vezes. Eu conheço pessoas que já pediram para eles e eles davam cesta básica. E hoje em dia não tem mais sabe?

Antigamente todos os moto-táxi tinha festa, agora no dia das crianças não teve nada para ninguém.

Como assim “todos os moto táxi tinha festa”?

Em ponto de moto táxi tinha festa, tinha bolo, brinquedo, sorteio. Esse ano eu não vi isso. A única coisa que a gente viu foi pessoal ajuntando para comprar algumas coisas para as crianças. (...). Eu criança cara, minha infância foi a melhor que teve.

(Nayara, 23 anos)

Na nova configuração, a possibilidade de procurar o exército ou a polícia para reclamar sobre os roubos não é considerada pelos jovens por dois motivos. O primeiro seria que a aproximação com os agentes destas instituições poderia ser alvo de represália pelos grupos de traficantes que permanecem no local. Um jovem narrando um episódio de homicídio testemunhado por um conhecido afirma:

“Os policiais foram lá com esse meu amigo, pediram para ele levar numa pessoa que viu quem foi. Aí ele falou: vou levar, vou levar. Mas aí ia prejudicar ele. Porque ele ia levar a polícia na casa da pessoa, só que essa pessoa tem um filho que é envolvido [com o tráfico], então, depois podiam querer matar o amigo aí no morro. Porque ia parecer que o amigo ta fechado com Polícia. Na favela é complicado você levar a polícia na casa de alguém”.

(Eduardo, 22 anos, jovem que foi ligado ao tráfico)

Além disto, a desconfiança que possuem com relação a esses agentes baseada, segundo contam, em experiências anteriores de omissão frente às queixas, impede que considerem esta uma opção.

(...) E não tem com quem falar [a respeito dos assaltos]?

É, você vai falar com eles [policiais] e ele vai falar: ué o que eu posso fazer? Também tem policial corrupto, tem uns que nem andam com o nome na farda para você não saber.

(Nayara, 23 anos)

Um ponto de apreciação positiva foi narrado de modo indireto por um jovem integrante de uma ONG. Ele contou que na época em que houve o assassinato do jornalista Tim Lopes<sup>41</sup> sofreu muito, pois os moradores da localidade viam com desconfiança o fato dele ser fotógrafo. Atualmente considera que o contexto da ocupação/pacificação propiciou a possibilidade para que outros jovens realizem atividades que até então acreditavam que não poderiam. É constante em seu discurso uma crítica à influência da grande imprensa no modo como os moradores pensam a sua relação com o local. Em sua análise, entretanto, houve uma mudança na forma como os jovens moradores são retratados pelos meios de comunicação, que resultou na ressignificação de sua auto-imagem.

Hoje você vê diversos fotógrafos dentro da comunidade, eu me sinto realizado, emocionado porque são jovens que quando eu comecei, você pegava uma máquina e todo mundo se escondia. E hoje você pega uma máquina e todo mundo bota a cara na janela para ser fotografado, e as meninas querem ser modelo, você tem um crescimento da auto-estima muito grande.

Mas isso a partir de quando?

É, a partir disso. Tudo, querendo ou não, a reprodução da grande mídia ainda acontece e vai acontecer por muito tempo ainda. A mesma mídia que disse que você era um favelado, que você era um criminoso, hoje diz que você hoje é um jovem pleno de direitos, que você hoje pode ser modelo, “a modelo do alemão”, “o fotógrafo do alemão”. Então ela muda o discurso e você acredita, mas você não entende que ela antes falava mal de você. Você esquece isso. E hoje você acredita que você pode ser modelo, mas você sempre pôde.

(Matheus, 24 anos, assistido por projetos sociais)

Outra apreciação positiva do processo de ocupação foi feita por um rapaz quando questionado a respeito de como definiria o local onde mora. Ele explica que anteriormente fazia o recrutamento de jovens para atuarem em atividades do tráfico;

---

<sup>41</sup> O jornalista investigativo Tim Lopes foi morto após realizar uma série de reportagens sobre abuso de menores e tráfico de drogas em um baile funk na favela da Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, no Rio de Janeiro. O repórter foi sequestrado, torturado e executado por traficantes.

atualmente, seu recrutamento é para atividades educativas relacionadas ao trabalho que desenvolve junto a uma ONG.

Agora para mim é assim, um lugar que está dando oportunidade às pessoas de crescer, de viver, de trabalhar, e a gente não tinha muito isso não. Vou te falar, no meu ponto de vista não tinha não. Porque o que estava na moda era o tráfico, então todo mundo vestia essa camisa. Agora como a moda é outra, todo mundo procura melhorar. Todo mundo está reconhecendo que estão chegando as coisas boas, todo mundo tá olhando para si próprio, e (pensando) “tô mudando”. Entendeu?

Entendi. E por que você disse que o tráfico estava na moda?

Porque tava. Porque o que você tinha era convite. Hoje eu chamo o pessoal para fazer um curso, mas antes não tinha o curso. Se fosse chamar era para que tinha uma vaga em algum lugar para ele fazer alguma coisa [ligada ao tráfico]. Eu falava: oh vai lá que tem uma vaga para você [no tráfico], você pode ir lá e tal.

(Eduardo, 22 anos, jovem que foi ligado ao tráfico)

Nesta fala é possível observar a utilização da categoria “moda” para narrar a mudança de comportamento e de estilo de vida valorizada atualmente. No novo contexto então, no qual desenvolve trabalho junto à ONG, este jovem acaba por se apropriar da “linguagem dos projetos sociais”, como discutida por Novaes (2006). É interessante notar o apontamento da implantação das UPP como um marco temporal e ao mesmo tempo a ressalva que é feita com relação às mudanças consideradas positivas, que seriam resultado do trabalho social de base comunitária e não de ações promovidas pela UPP.

E o que está na moda agora?

O que tá na moda é assim, todo mundo tá vendo que o que está na moda é trabalho, curso, aprendizado, tudo isso daí que está acontecendo agora com a gente. Mudança né? A pessoa melhorar, mudar para melhor.

E isso a partir de quando que você acha?

Começou agora, depois das implantações, não pela UPP, mas mais pelo trabalho social que está chegando devagarzinho. Devagarzinho, não tá também: ah o Complexo do Alemão depois que chegou a UPP tem trabalho social. Não tem não, é aos pouquinhos, é pouca coisa, mas tem, e o pouco nosso aqui está ajudando bastante gente.

(Eduardo, 22 anos, jovem que foi ligado ao tráfico)

Do mesmo modo, outro jovem com trajetória similar também relata aspectos que dizem respeito às transformações pessoais em seu modo de vida a partir deste contexto.

Para mim, me ajudou bastante, porque ajudou a mudar a minha mente. Antigamente eu achava que isso nunca ia acontecer. Minha mente era muito influenciada pela vida do crime. Eu achava que ia viver e morrer do crime. Depois que aconteceu isso [a ocupação] minha mente mudou totalmente e eu comecei a enxergar. Como é que os outros falavam que aqui era o quartel general e os polícia nunca ia conseguir tomar e chegou a esse ponto? Se chegou a esse ponto e Deus não permitiu que eu morresse, então é para eu melhorar minha vida. Vou continuar persistindo no erro? Não vou. Vou procurar o melhor para a mim e para a minha filha também. Não vou continuar nessa não. Antes eu não fazia nada para ninguém, só ficava sentado o dia todo. E agora eu estou correndo atrás, estou batalhando.

(Oswaldo, 23 anos, jovem que foi ligado ao tráfico)

Ambos relataram que tiveram medo de sofrerem represálias pelo fato de decidirem sair do tráfico. Os dois tiveram que conversar com seu “patrão”, que estava preso, para negociar a saída, que ocorreu, segundo eles, de forma “tranquila”<sup>42</sup>. No entanto, um desses relata ter sofrido ameaças de outros membros do grupo, baseadas nas leis do tráfico, que consideraram a saída um ato de covardia.

Eu saí numa boa. Foi tranqüilo. Tipo assim, na época, um montão ficou falando “po ta peidando [desistindo], quero ver quando nós voltar”. Um monte ficou falando, mas sendo que o cara pra quem eu trabalhava, eu cheguei até ele e conversei com ele. Falei que queria mudar de vida, que queria dar um futuro melhor para a minha filha.

(Oswaldo, 23 anos , jovem que foi ligado ao tráfico)

Quando eu fui lá ver o meu patrão, ele falou “tu vai lá para mim só contar dinheiro”. E eu falei “não, eu não quero”.

E o que ele falou?

Aceitou na boa, graças a Deus né? Porque nessa operação eu perdi um dinheiro dele. Aí pensei que ele ia até me matar, fiquei pensando e pensando, aí falei “vou lá ver ele”. Aí fui lá na cadeia ver ele e expliquei tudinho.

(Eduardo, 22 anos, , jovem que foi ligado ao tráfico)

---

<sup>42</sup> Esse discurso sobre a “tranquilidade” já foi apontado no trabalho de outros autores como uma forma de silenciar tabus em torno das condutas violentas, seja de grupos de traficantes, seja de agentes das milícias. Para mais informações ver os trabalhos de Mesquita (2008) e Rocha (2008).

Como pode ser visto, os dois rapazes que no período anterior à ocupação integravam os grupos de traficantes qualificaram os impactos da “ocupação” de maneira diferente dos demais jovens entrevistados. Em razão disto, optei por descrever mais detalhadamente suas trajetórias por acreditar que representam uma parcela expressiva de jovens que geralmente não têm sido ouvidos. Como já foi dito, os dois tiveram trajetória de participação nas atividades criminosas do tráfico desde muito cedo, no início da adolescência, por volta dos 14 anos de idade. Desempenhavam a função de “seguranças” dos chefes ou gerentes de bocas de fumo no momento anterior à ocupação, mas já tinham atuado nas mais diversas funções no circuito do tráfico.

Estes jovens relataram diversas situações de violência promovidas pelos traficantes, inclusive com a participação deles próprios, em alguns desses episódios. Em sua análise, os grupos de traficantes tinham o poder de dizer quem era culpado ou inocente por determinado crime, sem que isto fosse contestado. A presença da arma na mão, que simboliza o poder, permitiria a penalização das pessoas. Nessa configuração, interferir a favor de um “acusado” de violar as leis, seria o mesmo que se tornar um cúmplice, como é possível ver no depoimento de Oswaldo.

Pô mas já vi bastante violência. De ir em comunidade de outra facção e assim, fazer covardia né que a gente fala, pegar uma pessoa que não pode se defender e fazer covardia.

Como assim? Você já viu?

Já fui. Tomar outra comunidade, entendeu? Tomar ponto de venda de drogas. Chegando lá, a gente calhava de acontecer de pegar outro traficante de outra facção e fazer covardia, fazer uma violência, de bater até morrer. E até dentro da comunidade também, já vi bastante também, pessoas apanhando até morrer. (...) De pessoas morrer sem ter motivo, de pessoas arrumar motivo para aquela pessoa morrer. Entendeu? (...). Os traficantes, tipo assim, não gosta da pessoa. Tinha traficante aqui assim, não gostava da outra pessoa e arrumava um problema para ela morrer. Falava que era X9 [alcaguete], falava que mexeu com a mulher dele, por ele ter o poder na mão ele levava até o chefe, o cara que era responsável no morro e tipo assim o cara ia acreditar em quem? Ia acreditar num morador que não tem nada a ver? Aí eu já vi várias coisas, aprendi várias coisas.

(Oswaldo, 23 anos, jovem que foi ligado ao tráfico)

Quando questionado a respeito de como se sentia quando estes episódios aconteciam, este jovem afirma que apesar de considerar a situação injusta não poderia fazer nada, pois poderia morrer também. Esta racionalização das ações violentas praticadas e presenciadas por jovens ligados às atividades do tráfico foi descrita no

trabalho de Constantino (2001) como uma forma desses sujeitos aliviarem seus sentimentos de culpa e de lidarem com as emoções provocadas pelos homicídios.

Como é que você se sentia quando isso acontecia?

Tipo assim, por dentro a gente fica “pô injustiça, cara como a gente pode deixar isso acontecer?”, mas não podia falar nada, vai falar o que? Eles ia dizer: tu é advogado? Vai morrer também. Então tipo assim, a gente via aquela cena, mas não podia fazer nada.

(Owaldo, 23 anos, jovem que foi ligado ao tráfico).

Além desses jovens, diversos outros decidiram interromper suas atividades no circuito do varejo do tráfico a partir da ocupação. Alguns, assim como os dois que entrevistei, afirmam que pretendem realmente “mudar de vida” e se afastar definitivamente das atividades criminosas. Outros afirmam que pretendem “voltar à ativa” quando “a polícia sair do morro”. Estes últimos me disseram que só estavam matriculados em um curso, pois a favela estava “ocupada” pelos policiais; caso contrário, segundo eles, estariam nas “correrias”, que é como chamam alguns pequenos serviços do varejo do tráfico, como a venda de drogas, por exemplo. Vale ressaltar que se mostrou uma tendência geral entre todos os jovens entrevistados a ideia de que a permanência das forças de segurança será provisória.

Embora estes discursos estejam carregados de vieses e entrelaçamentos, o fato é que, para uma parte dos jovens que operava no circuito do tráfico de drogas, principalmente em funções mais subalternas, a ocupação parece ter aberto um novo campo de possibilidades, resultando num afastamento, ou na suspensão, nesse primeiro momento, dessas atividades. Outra questão a ser considerada nos relatos sobre o afastamento das atividades do tráfico corresponde à relação com a pesquisadora “de fora”. Esta interação face a face pode ter produzido a necessidade de reconfiguração de suas identidades “desviantes” no sentido de gerenciar, naquele contexto, uma apresentação de si (GOFFMAN, 1988) distante do circuito do crime.

Ainda que as nuances da interação específica dos grupos de jovens com os soldados e com os policiais não tenha sido explorada neste primeiro panorama sobre a “ocupação”/ “pacificação”, tais questões puderam ser trabalhadas mais detidamente nos itens seguintes.

### **3.2.2 Representações sobre as forças de manutenção da ordem (Exército e Polícia)**

#### **3.2.2.1 Os soldados do Exército**

Como já descrito anteriormente, minha inserção no campo se deu no momento em que as tropas do Exército estavam presentes no Complexo do Alemão exercendo o patrulhamento ostensivo. Nesse período, diversas eram as críticas dirigidas às restrições impostas ao som nos bares, aos eventos, às abordagens consideradas indiscriminadas, etc. Era comum ouvir relatos sobre conflitos entre moradores e soldados, que também foram veiculados nos meios televisivos. Após esses episódios, manifestações populares foram organizadas no local, nas quais moradores carregavam faixas com as seguintes frases: “O Governo Sérgio Cabral trocou 6 por meia dúzia, a ditadura é a mesma”, “O povo do Alemão é humilhado pelo Exército, sai o Comando Vermelho e entra o Comando Verde”. Nas duas frases há uma recriminação das atividades do Exército com a denúncia de que as formas de opressão seriam as mesmas que as dos grupos de traficantes.

Nessa época os jovens reclamavam das constantes trocas dos efetivos de soldados que vinham de outros estados, como São Paulo e Minas Gerais, fazendo com que a cada troca houvesse uma intensificação das revistas e abordagens. Era possível notar também neste período uma interação jocosa junto aos soldados do Exército por partes dos jovens, que só se referiam a eles como “periquitos”, pelo fato da farda ser verde.

Um depoimento expõe um evento que trata especificamente da ação dos soldados. No episódio, houve um conflito mais direto entre jovens e os soldados do Exército, provocado pela interrupção de uma atividade de lazer comum entre os jovens do local – a “guerrinha”. O jovem descreveu a brincadeira da guerrinha como uma espécie de jogo no qual são formados dois grupos de rapazes que moram em áreas distintas do Complexo. A brincadeira consiste em um grupo jogar frutas no outro; o ganhador é o grupo menos atingido pelas frutas e que conseguiu invadir o espaço do outro. Segue uma descrição feita sobre o ocorrido com o Exército:

Eles (os oponentes) vieram aqui no morro atrás de nós, rolou troca-troca [de frutas] com eles e eles correram pra Penha, fomos atrás deles, eles estavam com maior bondão [grupo], quando estávamos chegando eles viram a gente e desceram pro troca-troca, então nós corremos, pegamos e subimos pra mata, quando chegamos na Central o Exército prendeu 5 amigos que estavam na

guerrinha. O bonde que eu estava era mais de 60 pessoas. Houve a maior confusão com o Exército, bateram nos moleques, jogamos neles ovos, fruta, tudo, e deu a maior confusão. Eles deram tiro pro alto, jogaram spray de pimenta, o povo reclamando com o Exército, porque eles não podiam fazer isso, então eles chamaram reforços e jogamos mais ovos neles e descemos correndo. Chegamos [nome do local], tinha um caminhão deles parado, e jogamos ovos neles também, saímos correndo e eles ficaram atrás da gente. Os cinco moleques presos foram liberados quando a mãe chegou.

(Igor, 18 anos)

O que fica deste relato foi o acirramento das tensões entre os jovens e os soldados do Exército, que tentou dispersar os grupos por ver neles uma atitude suspeita. Estabeleceu-se um confronto que culminou com a detenção de cinco rapazes menores de idade, integrantes do jogo, que, segundo eles, levaram uma surra e posteriormente foram liberados pelos pais. Este jovem também relatou que a brincadeira havia sido proibida tanto pelo Exército, quanto pelos traficantes que ainda circulam pela favela. Em sua visão, o Exército considerou a guerrinha uma ameaça, possivelmente em face do número de rapazes reunidos em bando e correndo pelos becos; já “o pessoal do tráfico” enxergava na atividade a possibilidade de inviabilizar seus negócios. Observou-se que o jovem, ainda que queixoso a respeito da proibição dessa atividade - para eles um lazer - apresentou tom jocoso com relação à postura do Exército.

Este foi um dos únicos relatos sobre a atuação específica do Exército. Na época em que foram realizadas as entrevistas, a Polícia da UPP já estava na localidade, e as percepções sobre os soldados passavam a estar condicionadas a uma comparação com esta força de manutenção da ordem.

Com relação às diferenças na atuação dos soldados do Exército para os policiais das UPP, os jovens fazem algumas distinções. É interessante notar que neste aspecto há um contraste entre as opiniões dos grupos pesquisados. Enquanto os jovens assistidos por projetos sociais tendem a ver o Exército como dotado de uma postura mais autoritária e inflexível em comparação com a Polícia da UPP, os demais jovens acreditam que os soldados do Exército são mais “educados” e respeitam mais os moradores.

A principal questão que é colocada pelos jovens assistidos por projetos tem a ver com o desvio de função dos militares para operações de garantia da lei e da ordem. Nessa linha, ressaltam que a função principal dos exércitos seria intervir em questões de soberania nacional, de segurança externa, e não da segurança pública. E criticam a utilização da “metáfora da guerra” (LEITE, 2000) que tem sido constantemente

empregada para narrar os confrontos nas favelas cariocas, fazendo com que sejam vistos como espaços de exceção.

O Exército não tem preparação nenhuma para tratar, o Exército é de guerrilha sabe, então a gente tá numa guerra? Eu acho que é essa a questão. Eles são treinados para agir em guerra e aqui a gente não está vivendo uma guerra. (...)Eu acho que nenhum dos dois tem esse preparo para trabalhar, mas eu digo que a Polícia Militar já é uma Polícia realmente para atuar normalmente, e o Exército não. Por que o Exército não vai para Copacabana, por exemplo? Eles não têm preparo e se acontecer qualquer coisa eles vão agir com o que eles foram ensinados a fazer, com as táticas de guerrilha. E a Polícia Militar foi treinada para atuar na favela. A gente sabe que não foi treinada para atuar da melhor forma, pelo contrário né?

(Patrícia, 24 anos – “assistida por projetos sociais”)

O Exército é formado para a guerra, você não tem diálogo com o Exército. O Exército é ditador, o Exército diz que foi o major que mandou, o cara lá que mandou e não quer ouvir. Não que não tenha isso na polícia, mas na polícia você consegue dialogar muito mais fácil. A polícia ouve em alguns momentos, depende do local onde você está, ela ouve, escuta, pode não mudar nada, mas ela vai ouvir. O Exército não. Com o Exército eu tive muitos problemas para tirar fotografia.

(Matheus, 24 anos – “assistido por projetos sociais”)

De modo distinto, uma moça, analisando as percepções sobre a polícia e o Exército, afirma que não houve muita diferença no que diz respeito aos procedimentos utilizados. No entanto, avalia que os soldados apresentavam uma postura menos rude e autoritária do que os policiais, o que seria percebido por alguns moradores como um sinal de fraqueza. Dessa forma, acredita que o tratamento dispensado aos soldados, com apelidos, xingamentos e certa postura desafiante e provocativa, ocorria em função da percepção de que os rapazes do exército eram muito jovens, com faixa etária próxima a dos grupos juvenis locais, o que colocaria em jogo sua autoridade. Como pode ser observado no trecho abaixo:

(...) Eram os periquitos (risos). As crianças tacavam pedra neles. “É o CV [Comando Vermelho] porra”. Tacavam pedra e corriam.

Mas por que você acha que isso acontecia?

Não sei. Será que é porque eles têm cara de bobinhos, mais inocentes? É, porque o Exército era muito novo. É igual quando eles iam pedir para abaixar o som do bar, o Exército chegava e falava: “você pode, *por favor*, abaixar o som do bar”. A polícia não. “Você abaixa o som do bar porque tem que respeitar os moradores!”. Tem muito isso.

(Tatiana, 18 anos)

Outra moça também ressaltou as diferenças entre a forma de tratamento dispensada aos moradores pelos soldados e pelos policiais. É possível notar que os procedimentos são os mesmos, com as revistas e abordagens, mas as formas de abordar são diferentes nessa visão.

O Exército, vamos dizer assim, eles são mais educados do que a Polícia. A Polícia já é abusada, é a autoridade. Tipo assim, faz o que eu mando ou então tu apanha, vamos dizer assim. E os periquitos, a gente chamava eles assim, eles são muito mais educados sabe. Tipo: abre a bolsa aí, *por favor*. Super mais educados. Te davam bom dia, boa tarde. Os polícia não. Eu não faço nem questão de falar, entendeu?

Os policiais, mas você fala esses daqui da UPP?

Esses daqui. Eles mexem contigo, são muito abusados, muito, demais. Só quem mora aqui dentro que sabe.

(Nayara, 23 anos)

Ainda contrastando a atuação entre os grupos de soldados do Exército com o dos policiais da UPP, dois rapazes discorreram sobre as formas de abordagem, e sobre a exigência de propina por parte dos policiais para que determinadas atividades irregulares funcionem no local. Para esses jovens, os soldados do Exército possuem uma postura mais assertiva e justa junto aos moradores. Em contraposição, relatam a prática do “esculacho” promovida pelos policiais da UPP, que, de acordo com eles, pode ter gradações que vão desde a humilhação verbal até a agressão física mais severa.

Fui revistado pelo Exército, mas foi normal. Os policiais, não, são logo arrogantes, dão tapa na costela, tapa na cara.

(Júlio, 18 anos)

O Exército é mais técnico, ele sabe a hora certa de agir, eles só vão se tiverem certeza, eles estão preparados (...). A Polícia age um pouco diferente. Às vezes eles não têm certeza e eles vão lá e esculacham, fazem o que fazem. Assim, tudo eles querem ganhar. O Exército eu acho que estava melhor porque não era oferecido nada para eles e também eles não criticavam nada e nem arrumavam problema. Hoje em dia se tiver um baile eles (os policiais) vão lá para roer daquilo ali, os moto-táxi se não tiverem habilitação, querem ir lá roer.

(Eduardo, 22 anos, jovem que foi ligado ao tráfico)

Neste último depoimento também é possível observar uma categoria que tem sido utilizada pelos jovens para descrever a prática policial de cobrança de propina para que atividades informais possam ocorrer. O uso do termo “roer” tem uma conotação negativa significando roubar, se aproveitar de maneira desleal, como um rato. Além

disto, apenas a iniciativa da polícia em intervir nas atividades locais que ocorrem de maneira ilegal ou irregular já seria mal vista e criticada, nesta visão. Contrastando a ação policial com a dos soldados do Exército que “não criticavam nada e nem arrumavam problema”, estes últimos são vistos com menos reprovação, nesta análise.

Tendo em vista o que foi apresentado, pode ser dito que a maior parte dos jovens acredita que os soldados do Exército são mais “próximos” de suas realidades. Esta proximidade se daria por conta da faixa etária e pelo fato de muitos deles serem moradores de áreas de favelas também. Esta idéia consiste numa contradição com relação à visão exposta inicialmente que reclamava o fato de algumas tropas serem de outros Estados. Além disto, o ponto que se destaca tem a ver com a ideia entre os jovens entrevistados de que os soldados do Exército seriam mais educados na forma de se relacionarem com os moradores locais se comparados aos policiais.

### **3.2.2.2 A Polícia Militar**

Para os jovens entrevistados, falar sobre a Polícia da UPP remetia a falar sobre uma instituição pela qual eles têm muita desconfiança e medo, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, foi necessário um esforço em mapear quando estas falas relacionavam-se à polícia “tradicional”, aos policiais do BOPE e quando remetiam aos policiais da UPP. Para eles, era mais comum discorrerem de forma genérica sobre as experiências com a polícia “em geral”, do que falar especificamente sobre os policiais da UPP.

Na maior parte dos casos, os jovens construía seus discursos numa espécie de denúncia para as pessoas “de fora”, no qual o passado de arbitrariedades e de violações dos direitos cometidas pela polícia ainda está muito recente. Como pode ser visto no depoimento de Matheus

A minha geração da década de 90 foi a que mais sofreu [com a violência policial]. Se você pegar o histórico da juventude no Rio de Janeiro, foi a época em que os bailes de briga estavam em ascensão, os arrastões eram notórios. Começa a divisão das facções, a separação de territórios, aí você não pode entrar em territórios daqui, dali, e de lá.

Vim de uma juventude que sofreu muito, aí a polícia vinha carregada de que os lugares de favela eram fábricas de marginais em que tinham que matar todo mundo. O crime não era para o criminoso, o crime era para o favelado. O favelado ficava numa conotação negativa.

A minha geração não vai apertar a mão de um policial, mas a da minha filha pode ser que sim (...). A minha juventude sofreu muito na mão do Estado, na

mão da Polícia. E não tem como a minha geração ser a favor da Polícia, culturalmente é inviável. A minha filha pode crescer e querer ser policial, mas você não tem um jovem de 20 anos hoje querendo ser policial dentro de favelas (...). Eu posso ter 40 anos e não vou conseguir me sentir bem do lado de um policial, já está aqui dentro e não tem como mudar.

(Matheus, 24 anos –assistido por projetos sociais)

Outra moça expõe de modo crítico a forma como a Polícia Militar tradicionalmente atua, segundo ela, de maneira autônoma e arbitrária, sem o devido controle social. Em sua fala chama atenção para a desqualificação feita por pessoas “de fora” às queixas que os moradores de favela fazem sobre a atuação policial. Neste particular, qualquer crítica à polícia poderia ser interpretada como uma conivência com os bandos de traficantes (“ah prefere o tráfico?”), baseada numa incompreensão dos abusos cotidianos sofridos. Em seguida, denuncia a diferença na forma de atuação policial, comparando um bairro de classe média alta às áreas de favela, citando a utilização dos mandados de busca e apreensão coletivos<sup>43</sup> somente nestes últimos lugares. Tal crítica expressa o sentimento de injustiça com relação a um padrão seletivo que não respeita a inviolabilidade do lar dos moradores de favelas.

A Polícia Militar a gente sabe que é um braço solto do governo. Eles fazem o que querem, o que dá na telha, a maioria são corruptos e só querem extorquir. E o que é mais triste é que a gente vê que esses policiais são originários de favela, eles são negros e originários de favela. E aí eles acabam se corrompendo e muitas pessoas não têm noção disso, não percebem o tamanho do abuso que a gente sofre aqui dentro, porque para quem ta de fora é muito fácil falar “ah prefere o tráfico”. Sabe eu não prefiro o tráfico, mas eu não quero trocar um pelo outro, eu quero ter sossego, mas sem ter a Polícia batendo na minha porta, arrombando. Como muitas vezes a gente vê em outras comunidades os mandados coletivos. Como assim? Ninguém vai em Copacabana com mandado coletivo, ou a gente vai em uma pessoa ou a gente

---

<sup>43</sup> Os requisitos do mandado de busca e apreensão estão disciplinados pelo artigo 243, do Código Processo Penal. **Art. 243** - O mandado de busca deverá: **I** - indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem; **II** - mencionar o motivo e os fins da diligência; **III** - ser subscrito pelo escrivão e assinado pela autoridade que o fizer expedir.

Embora o dispositivo acima mencionado estabeleça a precisão do mandado, atualmente alguns segmentos do judiciário têm expedido mandados de busca e apreensão coletivos. Estes têm sido dirigidos a áreas de favelas, e permitem que os agentes da Segurança Pública ingressem em várias casas numa determinada área. Esta prática tem sido alvo de duras críticas por não respeitar o princípio acima exposto de que cada mandado deve ser dirigido a uma única casa.

No caso do Complexo do Alemão, conforme notícia “*TJ-RJ autoriza mandados de busca em comunidades*”, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro emitiu mandados de busca e apreensão coletivos para as localidades da Vila Cruzeiro, na Penha, e do Complexo do Alemão. A partir desta decisão judicial os militares da Força de Pacificação foram autorizados a vasculhar casas na Vila Cruzeiro e na rua Joaquim de Queiroz, na Favela da Grota. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,tj-rj-autoriza-mandados-de-busca-em-comunidades,790940,0.htm> (Acesso em 24 de março de 2012)

não vai. E aí quando acontece qualquer coisa vem um monte de policiais sabe, então todo mundo que ta na favela é bandido? Criminalização que existe na favela, por conta da pacificação e eu não estou nem um pouco satisfeita.

(Patrícia, 24 anos – assistida por projetos sociais)

Essa mesma interlocutora discorre sobre a violenta operação policial que aconteceu em 2007, quando presenciou a morte de muitas pessoas. Este acontecimento também esteve presente no depoimento de diversos moradores do local. Segundo estas falas, a forma como a polícia executou sumariamente pessoas (traficantes ou não) e posteriormente arrastou seus corpos pela favela gerou indignação e revolta. Nesta fala é possível observar a relação feita entre a intensificação da repressão violenta nas favelas e a realização dos Jogos Pan-americanos que aconteceram na cidade.

Foi muito tiro, minha mãe me ligando desesperada, a gente via polícia para tudo que é lado, todo mundo desesperado, aquela troca de tiro, aquela correria de dar medo. E a gente se perguntava o porquê disso estar acontecendo. (...) Por mais que a gente more na comunidade e já esteja meio que acostumado com essa violência, a gente nunca espera. E principalmente o porquê da violência né?

Em 2007 foi o ano dos jogos pan-americanos e o que a gente sente que é então “vamos proteger a cidade da favela” e coloca a Força Nacional aqui. Para que a Força Nacional? É esse o trabalho da Força Nacional? Foi horrível a gente ver aqueles corpos sendo arrastados, um extermínio mesmo que aconteceu aqui em 2007, foi algo muito triste. (...). A mídia falou que foram 16 corpos e foram muitos mais do que 16 e imagine para cada mãe ver seu filho arrastado, sabe? Ninguém cria o filho para entrar para o tráfico, mas infelizmente acontece e aí a gente vê nossos filhos sendo arrastados.

(Patrícia, 24 anos, assistida por projetos)

A incerteza quanto ao futuro do projeto das UPP baseada na desconfiança com relação à Polícia e ao Estado (derivada de experiências anteriores), também contribuiu para a resistência dos jovens em falar sobre o assunto “UPP” num primeiro momento. Outro jovem analisa os interesses por trás da política de segurança do Estado, questionando para quem de fato é a “segurança”. O caráter provisório dos programas do governo é ressaltado. Além disto, chama atenção para a insegurança causada pela incerteza. A fala “antes eu tinha as minhas referências” elucidada as formas com as quais lidava com os grupos de traficantes em seu convívio cotidiano, que constituem elementos de defesa e de orientação do comportamento. No novo contexto, ter que

administrar o convívio com mais um possível agente da violência, no caso a Polícia, gera insegurança.

Eu perguntei ao Beltrame [secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro] se ele podia me garantir que a UPP fosse eterna. E ele disse que não. Então a UPP hoje é uma política de governo, não é uma política de Estado. Está em processo de virar uma política de Estado. Eu não acredito que a UPP é eterna. Porque é um jogo muito sujo, porque quem financia isso é o Eike Batista então você tem uma pessoa que é o maior especulador imobiliário do RJ que para o imóvel dele aumentar você tem que dar segurança e aí ele financia a UPP para dar uma falsa sensação de segurança para o Estado, para o Município. Se você vê hoje o preço dos imóveis no Rio de Janeiro subiu muito.

A UPP é difícil falar porque eu não sei se essa segurança é para mim na verdade, não é para me proteger (...). Eu me sinto muito seguro no Complexo do Alemão, mas não por causa da pacificação, eu sempre me senti seguro, até mudou, eu me sinto menos seguro hoje em dia. Eu me sinto um pouco inseguro porque antes eu tinha as minhas referências. Antes eu sabia os locais onde eu podia transitar, circular tranquilo, porque querendo ou não, é a minha vida, e muitos deles eram meus amigos.

(Matheus, 24 anos, jovem assistido por projetos)

Ainda que os demais jovens não façam uma análise tão crítica e detalhada como a exposta por este interlocutor, a ideia de que os policiais podem sair a qualquer momento da localidade e o tráfico fortemente armado voltar faz com que tenham cautela em falar sobre o tema. A referência aos Jogos Olímpicos de 2016 e à Copa do Mundo de futebol de 2014 tem estado presente na maioria dos discursos, como um indicativo de que a segurança estaria relacionada à preocupação com os eventos, com os turistas de outros países que passarão a frequentar a cidade e com os demais moradores de áreas que não são favelas.

Sabe que isso vai para um pouco da Copa né? Sabe que toda a ocupação que está acontecendo na favela é para proteger a cidade da favela de novo, ninguém tá pensando na paz que tem aqui dentro. Eu ouvi, por exemplo, o prefeito falando “o processo civilizatório vai continuar”, então ninguém é civilizado aqui dentro? A gente vê o que a elite quer é isso, para proteger. Meu chefe, por exemplo, outro dia ele me deu uma carona e perguntou: ah como é que está aí agora? Aí eu falei: “do mesmo jeito, tem bandido, só não tem bandido armado”. Porque o tráfico continua rolando e o Beltrame, por exemplo, vive repetindo que não consegue acabar. Então eu não entendo, a gente acabou só com o tráfico fortemente armado. Aí ele falou assim para mim: “ah, mas pelo menos agora os policiais podem entrar para dentro da favela e pegar quem roubou”. Nossa que legal, então é só isso, a preocupação é sempre essa sabe. Ninguém está preocupado com o que está acontecendo aqui dentro.

(Patrícia, 24 anos, assistida por projetos)

(...) Está tendo boatos, dentro do próprio batalhão [da Polícia] mesmo que ao sair o Sérgio Cabral [governador do Estado do Rio de Janeiro] e as Olimpíadas de 2016 acabar, a Polícia das UPP vai sair.

Por isso que todo mundo, tem muita gente com medo de se soltar, com medo da Polícia que está aí [UPP] sair e retornar os traficantes. É, não gostam de falar, falam que a Polícia é ruim, não sei o quê, não sei o que lá.

(Yago, 19 anos)

Embora estas visões estejam muito próximas, até por conta do pouco tempo de implantação das unidades, e ainda que haja cautela em discorrer sobre esse assunto, fundamentada no medo e na desconfiança, é possível observar algumas diferenças que são feitas pelos jovens entre a “polícia tradicional” e os policiais da UPP. Tais questões serão tratadas de forma mais específica na próxima seção.

### 3.2.2.3 A Polícia da UPP

Os trechos abaixo discorrem sobre a Polícia da UPP comparando-a com a polícia “tradicional”. Os jovens proferiam uma fala genérica sobre a polícia quando eu intervi perguntando: “mas e os policiais da UPP agem assim também”? Ao que eles me responderam da seguinte maneira.

Os policiais de UPP eu acho que é ainda pior a situação deles, tadinhos, porque saíram de um concurso agora, foram jogados na favela, muito mal deram um tiro. São piores ainda porque tão botando a vida daquele profissional também em risco.

(Patrícia, 24 anos)

Esses meninos são tudo novo, não sabem nada ainda, até eles acostumarem (...) Os outros são mais ignorantes, são mais velhos na Polícia, já sabem o que faz. Esses não, tudo novo, não sabem nem o que estão fazendo ainda.

(Carlos, 18 anos)

Outro rapaz que pertenceu ao circuito do tráfico marca a diferença entre a polícia tradicional e os policiais da UPP através da distinção em termos de forma de atuação. Para ele agora é mais fácil realizar a identificação dos agentes de manutenção da ordem que infringem a lei, em virtude da maior proximidade física. Além disto, compara sob um aspecto particular a ação dessas “duas polícias”, afirmando que os policiais “de fora” cobravam propina somente dos grupos de traficantes, seria o

chamado “arrego com o movimento”. Em contrapartida, os policiais da UPP cobriam propina para que atividades de pequenos comerciantes, irregulares ou não, pudessem funcionar no local.

A UPP vem mais com a parte social e tal, mas isso daí é tudo conversa fiada, é tudo ladrão, tudo safado. Já a outra polícia é mais difícil de você ver assim, eles roubavam os outros, faziam o que faziam, mas era difícil você saber qual polícia era. Era o BOPE? A Polícia Civil? A Militar que entrou aqui e que fez isso? Você nunca vai descobrir. Agora é “ah veio aquele ali da UPP me pedir não sei o que”.

Você já conhece o policial agora?

É pô, porque, antigamente a polícia vinha de fora com as informações, checava, se tivesse que matar matava, dava tiro e tal, a bala comia e saíam.

E vocês não sabiam quem era?

De vez em quando sabia, de vez em quando não. Já a Polícia Pacificadora quer roer de todo mundo, não só dos traficantes, mas tudo que tiver uma boquinha assim eles vão querer roer entendeu? Por quê? A Polícia que vinha de fora vinha mais para ir na casa do traficante, pegavam dinheiro lá, pegava, mas pegava só do traficante. Agora hoje em dia eles querem roer de tudo, se tiver um cafezinho para eles, uma água gelada e uma coca-cola eles querem também.

(Eduardo, 22 anos. jovem que foi ligado ao tráfico)

Em consonância com esta visão, em depoimento, Oswaldo não faz distinção entre a prática da propina dos policiais “antigos” e os da UPP, afirmando que estes últimos também “só querem saber de dinheiro”. Além disto, ressalta o fato de serem policiais jovens que estão “jogando para dentro da comunidade”.

Porque tipo assim, os que vinham aqui antigamente vinham porque eles não tinham o que eles têm agora, a liberdade de entrar aqui tranqüilo, entrar, andar. Eram recebidos a tiro, e queria dinheiro, o negócio deles era dinheiro. Esses daqui estão aqui porque são obrigados, senão fossem obrigados eles não iam estar aqui, eles não querem saber de nada, só querem saber de dinheiro. Para mim os policiais daqui são a mesma coisa, só que os policiais que estão aqui dentro da comunidade são os policiais mais novos, porque os garotos novos estão querendo entrar para a Polícia e eles estão se inscrevendo e estão entrando para a Polícia e eles estão jogando para dentro da comunidade.

(Oswaldo 23 anos. jovem que foi ligado ao tráfico)

O termo “jogado”, como foi visto no depoimento de dois entrevistados acima, tem sido empregado pelos jovens de um modo geral para descrever a percepção de que

os policiais não queriam estar ali<sup>44</sup> denotando a pouca integração com o local. No entanto, além disto, algumas falas expressam também a visão de que os policiais enfrentam condições de trabalho adversas, caracterizadas pela pouca assistência da corporação tanto em termos materiais, ou seja, de infra-estrutura, quanto em termos de formação para atuar naquele contexto, falas como “tão botando a vida daquele profissional também em risco” exprimem esta perspectiva.

Com relação à corrupção, apesar desta ter sido levantada por rapazes que foram ligados ao tráfico, este registro também foi feito por outros jovens. Contudo, os jovens “assistidos por projetos sociais” não citaram este aspecto durante as entrevistas e outro jovem contrariou a versão acima exposta.

Este rapaz contrastou os policiais da UPP com os “policiais de fora”. Afirma que o fato dos policiais terem ingressado recentemente na corporação faz com que não tenham os chamados “vícios” dos policiais veteranos, como por exemplo, a prática da propina. Esta tem sido a justificativa dada pelos idealizadores do projeto para a contratação dos novos policiais. Por outro lado, afirma que caso um morador ofereça suborno para os policiais da UPP será alvo de punição que consiste na agressão física, o que não avalia com reprovação.

Os policiais de lá de fora são cabo, sargento, aí sim, são policiais com mais malícia de rua, aí sim, eles vai e pedem um pouco [de propina]. Mas os daqui são novatos, saíram como soldados agora esse ano, então eles não tem tanta malícia. (...) Se tu oferecer dinheiro tu vai ganhar um tapa no meio da cara.

(Yago, 19 anos)

No depoimento de Matheus, é possível observar o que já foi apontado também por outros jovens com relação à formação dos policiais que atuam nas UPP. Para este jovem, há um “despreparo” desses profissionais, que segundo ele é “o maior problema” para o não sucesso do projeto das UPP. Segundo este rapaz, a falta de diálogo com os policiais que identificariam os jovens como suspeitos traz dificuldades para a integração junto à população.

Você vê que aquele jovem [policial] que está ali é um jovem como eu sou um jovem, mas quando ele está fardado ele muda. Ainda mais os daqui que a

---

<sup>44</sup> O que já foi apontado no trabalho de Soares et al (2011) intitulado: *Unidades de Polícia Pacificadora: O que pensam os policiais*, onde foi considerado elevado o número de policiais que afirmaram preferir trabalhar em outras unidades da PMERJ (70 % dos entrevistados).

formação deles é que todo mundo aqui é um suspeito. Eu sou um suspeito. A todo o momento que eu passo eles ficam olhando para a minha cara eu fico encarando, eu encaro.

(...) Eu vejo uma polícia despreparada, são policiais da nossa idade, que estão ali mostrando serviço, então ele pega o cara que tá fumando uma maconha ali e leva pra delegacia, aí vai ali e pega fulano de tal. E você não consegue dialogar com o policial porque ele não conhece o direito, ele não sabe que você como cidadão pode questionar a ação dele, porque ele é um servidor público e você tem o poder de questionar ele. E se você fala que não está satisfeito, ele diz que é desacato. E se você fala duas ou três palavras mais difíceis eles já acham que você é advogado, você é um... Sei lá. Eu acho que o despreparo das UPP é o maior problema para o não sucesso do mesmo. Eu acho que se fossem polícias mais preparadas, se tivesse uma integração com a população, na própria formação dos policiais.

(Matheus, 24 anos, jovem assistido por projetos sociais)

Este mesmo interlocutor compara a ação da polícia da UPP com a polícia tradicional que agia anteriormente em seu local de moradia. Em contraposição ao caráter arbitrário tradicional dos “PM”, a polícia da UPP vem apresentando uma postura mais “cautelosa”. Chama atenção para a precariedade dessa situação, desse “estado de coisas” que pode mudar a qualquer momento, pois atribui a cautela dos policiais à maior visibilidade que o Complexo do Alemão vem atraindo junto aos diversos setores da sociedade, em especial a mídia. Com relação a isto, destaca a sua percepção sobre a possibilidade de publicização de denúncias de violência policial, que outrora não ganhavam tanta repercussão na opinião pública, da forma como vêm ganhando atualmente.

(...) Eu acho que o Policial da UPP querendo ou não tem até um pouco mais de cautela, no Alemão principalmente. Porque se der merda aqui amanhã está todo mundo aqui fotografando, amanhã já tá na mídia a Globo já coloca “Policial da UPP agride jovem”. Hoje em dia dentro do Alemão a gente está nessa situação. Mas eu vejo, por exemplo, na Maré, eu vejo a Polícia lá e vejo o que eu sofri em 2002, 2003, mas hoje é bem menos, hoje tem muito menos incursões policiais. A polícia não pode ter muito tiroteio na cidade, a cidade hoje vende uma pacificação para as pessoas. Então os policiais hoje querendo ou não estão tendo uma cautela maior em qualquer forma de abordagem, ainda acontece de forma arbitrária, mas bem menos do que antes.

(Matheus, 24 anos, jovem assistido por projetos sociais)

Se por um lado, os jovens percebem que há uma orientação para que as forças de manutenção da ordem atuem com mais cautela, por outro, eles ainda se sentem o alvo privilegiado da suspeição e do excesso de arbitrariedade. Os relatos indicam que há um “despreparo” dos policiais, que é associado principalmente à deficiências na formação

na corporação e ao desconhecimento das leis. Por outro lado, outros jovens reconhecem uma cautela maior dos agentes em comparação com a Polícia tradicional, mas não atribuem a cautela a um maior respeito junto aos moradores do local. Para eles, da mesma forma que o policial está “jogado” ou “obrigado” naquele local, ele também se encontra na obrigação de agir com mais prudência, tendo em vista as repercussões negativas que um “descontrole” da Polícia teria (tem tido) neste momento. Em contrapartida a cautela, é possível observar em alguns setores do segmento juvenil certa postura desafiante na interação face a face junto aos agentes.

Todos os rapazes entrevistados já haviam sido revistados por policiais da UPP. De modo geral, os jovens se queixam pelo fato de serem constantemente abordados durante a circulação pela favela e dizem que a todo momento podem ser revistados. Ter que colocar os “braços na parede” é visto como o ápice da humilhação para eles.

Você acha que eles não olham para mim com medo de eu fazer alguma besteira? Mas eu evito. Pra não ficar marcado sabe. Eu deixo revistar, só não manda eu ir para a parede não, pelo amor de Deus. E não mete a mão no meu bolso, eu te mostro o que tem aqui e nem na minha bolsa, você não pode.

(Matheus, 24 anos. Assistido por projetos sociais)

Havia certo constrangimento por parte de alguns jovens em relatar que foram abordados por policiais, nesses casos, falavam sobre o acontecimento com certa indiferença, como pode ser visto no depoimento de Carlos.

Foi normal, só fizeram eu ir pra chuva. Eu tava debaixo da marquise e eles estavam na chuva, aí eles foram e chamaram a gente para revistar, aí teve que ir para a chuva. Aí revistaram a gente, teve que colocar a mão na parede e pronto.

Mas eles não falaram nada?

Perguntaram onde que eu morava, eu falei que morava do outro lado. Pediram a carteira de trabalho, aí eu mostrei a chave da loja [onde trabalha]. E pediram a identidade também.

(Carlos, 18 anos)

Com relação às moças entrevistadas, duas jovens negras foram abordadas ou revistadas durante a sua circulação pela favela por policiais da UPP e justificaram a ação pelo fato de estarem na companhia de rapazes. Uma dessas teve que abrir a mochila na presença de policiais e mostrar seus pertences, sendo questionada pelo fato de usar um boné “de marca”.

Só tinha eu de menina no grupo, e eu tava de mochila e estava andando atrás com o “P” conversando. Aí ele veio na minha direção e falou: abre a mochila aí. Aí eu falei assim: ta. Fui e abri, aí todo mundo da rua ficou olhando. Aí ele: ah, você ta vindo da onde? Aí eu tava com um boné e ele: que boné é esse? Comprou com o quê? Comprei com o meu dinheiro.

Aí pensam que você já assalta, que ta com droga, esses negócios. Eu sei que é serviço dele sabe, mas, tipo assim, tem que ser mais educado. E tipo assim, só pediram para abrir a bolsa e mais nada, mas se eles quisessem me revistar, eles não podiam entender? Mas eu acho que eles só não me revistaram porque tava cheio de gente na rua e ficaram olhando. Eles só olharam a minha mochila e disseram: ah pode ir. Aí eu fui embora.

(Nádia, 22 anos)

Esta mesma moça narrou outro episódio de abordagem no qual um amigo também foi questionado pelo fato de ter pertences “de marca”. Ela desconfia que senão estivessem acompanhando este colega, os policiais poderiam “pegar” o celular dele. No entanto, apesar da situação constrangedora pela qual o amigo passou esta jovem narrou o acontecimento com certo tom jocoso.

Ah, tem um menino aqui do curso que foi a maior comédia né? Porque a gente tava vindo na frente e ele tava vindo atrás, o mesmo caso né? Aí o polícia veio na direção dele, ele tava de roupa de marca, tênis da Nike e tal, e com o telefone no bolso, aí veio em direção dele aí automaticamente a gente parou e ficou esperando, aí ele chamou o nosso nome aí a gente foi lá.

Aí ele: ah vocês tão vindo do curso, do curso da onde? Eu falei: “lá do (nome do lugar). Ele “vocês fazem curso de quê?” A gente: de (nome do curso que fazem). E ele: E esse telefone aí? Quem te deu? Aí o meu amigo: eu comprei po. E esse tênis? E essa roupa aí? Aí ele: eu comprei po. Aí a gente tava tudo junto e aí tipo assim, ele tava sem documento. Aí ele falou: cadê seu documento. Aí ele: eu não to com documento não. Aí o policial deu um esporro nele básico por causa do documento e liberou. Mas revistou ele todinho, botou assim a mão dele na parede e ficou revistando ele maior tempão. Sorte que assim, tinha a gente olhando né? Porque senão, pegava o telefone dele e ...

Você acha que eles iam pegar o telefone?

Lógico. Lógico. Você acha que não?

A outra jovem assistida por projetos sociais contou que também foi abordada por policiais da UPP quando estava na presença de seus amigos e fala sobre o racismo que, segundo ela, orienta a prática dos policiais. Ressalta ainda o sentimento de impotência diante do que considera um abuso da parte dos policiais.

Eu já fui abordada junto com os meninos, mas eu sozinha nunca fui abordada por um policial.

A abordagem acontece o tempo todo e está por toda parte, mas a gente nota que o preconceito é tão distinto. Tem um colega meu que é branco e tem os olhos verdes, e toda vez que eu ando com ele a gente nunca é parado. Nunca,

é incrível. Mesmo estando dentro da favela ele sempre passa batido e o outro que é bem mais escuro toda vez é abordado. E tem alguns policiais que são educados, mas na maioria não são, são arrogantes, são prepotentes, eles acham que são superior àquele morador e a gente também não tem como reagir.

(Patrícia, 23 anos, assistida por projetos)

Em outro depoimento esta moça conta como seu namorado foi abordado por policiais que fizeram insinuações a respeito do dinheiro que ele levava consigo e sobre a sua circulação pela favela em horários mais avançados. Tal provocação tem sido uma constante nos depoimentos dos jovens que acabam se vendo obrigados a darem explicações aos policiais que não precisariam. Isto interfere na sua circulação pela favela e no direito constitucional de ir e vir.

Até com o meu namorado há pouco tempo atrás ele estava descendo e ele é evangélico, e ele estava com o dinheiro para dar para a Igreja, ele tinha feito um propósito [promessa] e aí um policial perguntou para ele por que ele tava com tanto dinheiro no bolso e ele falou “eu trabalho meu senhor”. E ele “trabalha em quê? Tá aqui na rua essa hora? Então tu não trabalha”. Então a gente não pode andar com dinheiro no bolso? Em outras localidades isso não acontece. É essa a questão, a gente não tem mais o direito de ir e vir, como a lei mesmo diz.

(Patrícia, 24 anos, assistida por projetos sociais)

De modo distinto, as jovens brancas que foram entrevistadas contam que nunca foram abordadas por policiais da UPP. Uma delas reitera o que foi dito anteriormente com relação às práticas racistas, indicando que os agentes de manutenção da ordem perseguem mais os indivíduos de cor/raça preta. Além disto, narra um episódio no qual considerou um abuso o fato destes policiais fazerem insinuações a seu respeito sugerindo que mantinha relações afetivas com traficantes, pelo fato de não corresponder à paquera dos agentes.

(...) É aquela história também né? De quem vê cara, não vê coração né? Aí nisso sobe um pretinho, de mochila, aí só porque tá de mochila, mas é trabalhador, para e revista, na ignorância, “abre essa mochila aí”. Aí o cara trabalha, trabalhou o dia todo.

(...)Tem uns bem abusados. Tem uns policiais bem abusados. Uma vez eu tava indo, tava descendo, não lembro para onde eu estava indo. Eu só sei que estava eu e uma amiga, toda arrumada, de salto, e a gente tava descendo. Aí viramos a rua, aí eles [os policia] desceram aí pararam e mexeram, aí subiram e mexeram de novo aí quando eles desceram eles falaram: ah para não dar confiança deviam ser mulher de traficante. Tem uns abusados a beça.

(Tatiana, 18 anos)

Assim, para os jovens entrevistados, os policiais da UPP ainda são orientados por um padrão racista e preconceituoso. Há uma percepção generalizada de que a desconfiança maior é sobre os jovens rapazes e moças da cor/ raça negra. Contudo, no caso dos jovens por mim entrevistados, nenhum deles contou ter sido vítima de violência física perpetrada por policiais da UPP. Apesar disto, relataram casos de amigos e conhecidos que sofreram agressões, os chamados “tapas na cara” em locais mais isolados e desertos da favela, longe das grandes vias de circulação, onde consideram que a atuação policial é mais arbitrária pelo fato de ter menos pessoas observando a ação dos agentes. Com relação a este aspecto, foi possível observar na fala dos jovens a crença de que, a presença de vizinhos ou de pessoas mais velhas testemunhando as abordagens coibiria uma atuação policial mais abusiva, sendo assim um fator protetor.

Por fim, nos depoimentos sobre as abordagens realizadas por policiais das UPP, é possível fazer algumas distinções com relação aos grupos de jovens. Em primeiro lugar, os jovens “assistidos por projetos sociais” fazem críticas mais elaboradas contrastando a atuação policial em áreas de favelas com a atuação em bairros formais mais abastados. Além disto, evocam a linguagem dos direitos sociais para falar sobre os casos de violações e de abuso de autoridade e criticam não só a forma de abordagem, mas também o fato de terem que se sujeitar a estes procedimentos. Com relação aos “jovens que foram ligados ao tráfico”, estes não fizeram nenhuma crítica específica às abordagens. Um disse que nunca foi abordado por policiais da UPP e o outro disse que foi apenas uma vez e que foi “normal”. Dentre os demais jovens - que não relataram ampla participação em projetos sociais e nem inserção em atividades do tráfico - estes parecem ser os que sofrem mais abordagens durante sua circulação pela favela. Apesar disto, não questionam as abordagens em si, mas, sobretudo a forma como são realizadas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objeto as representações dos jovens a respeito da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, o olhar sobre a sua saúde foi realizado por meio da compreensão sobre algumas formas de violência com as quais os jovens lidam durante o seu cotidiano. Partiu-se do reconhecimento da violência como um fenômeno complexo que interfere nos determinantes sociais da saúde dos grupos, na garantia de um ambiente seguro, pré-requisito e condição fundamental para a saúde.

Desse modo, não se pode deixar de ressaltar o que foi, na percepção dos jovens entrevistados, uma das principais mudanças provocadas a partir da instalação das UPP: a diminuição dos tiroteios e dos confrontos violentos entre policiais e traficantes e o impacto disto na vida dos moradores em geral. Tal visão converge com os resultados encontrados na pesquisa de Cano et al (2012) que realizou um estudo avaliativo sobre o impacto das UPP no Rio de Janeiro. Este trabalho apontou a queda expressiva da violência letal em áreas onde foram implantadas as unidades. E, embora os impactos desta iniciativa não tenham sido mensurados no Complexo do Alemão, é possível fazer algumas aproximações. Com relação a este aspecto, o autor afirma que a maior queda registrada entre todos os indicadores analisados corresponde aos mortos em intervenções policiais, ou seja, os Autos de Resistência, que reduziram até um nível próximo de zero a partir da entrada das UPP nas localidades (CANO et al, 2012).

Apesar da diminuição dos homicídios ser de extrema relevância e da percepção da diminuição dos tiroteios estar presente no discurso da maioria dos jovens, ela acabava por não transparecer numa análise geral sobre suas opiniões, na qual a tônica que se sobressaía num primeiro momento era a da desconfiança e da insatisfação com relação ao chamado processo de pacificação.

A desconfiança apresentada estaria relacionada às diversas experiências anteriores de “ocupação” e ao caráter provisório das iniciativas governamentais promovidas em seus locais de moradia. A realização dos grandes eventos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016 tem promovido especulações com relação à incerteza sobre a continuidade desta política no futuro, após os eventos.

Quanto à insatisfação, esta ocorre, sobretudo, em virtude das novas regulações que os agentes de manutenção da ordem vêm impondo em seus locais de moradia. O poder discricionário conferido a Polícia acaba por contribuir para que esta agência intervenha de modo repressivo nos espaços celebrados de encontro e sociabilidade dos

moradores, que passaram a sofrer a constante ingerência policial. Os jovens repudiam a maneira como as forças de manutenção da ordem atuam, alegando que suas formas de expressão têm sido duramente criminalizadas e penalizadas em função disto<sup>45</sup>. Porém, ao mesmo tempo parecem se ressentir da falta de regulação mais rígida sobre os conflitos locais (assaltos, brigas entre vizinhos) anteriormente exercidos pelos traficantes de maneira violenta. Esta tensão relacionada ao controle e a regulação dos espaços da favela expressa algumas das dificuldades enfrentadas pela população pobre, sobretudo os jovens, para a mediação institucional buscando a garantia de direitos.

Além destas questões, que lançaram novos desafios à rotina cotidiana, a desconfiança e o medo também foram relatados como constituintes na interação com os policiais. Em razão das experiências anteriores que relatam como marcadas por série de incontáveis episódios de violências sofridos com a corporação policial, a aparente “estabilidade das tensões” com a Polícia é vista com muita desconfiança.

A percepção de serem o alvo privilegiado da suspeita e não os sujeitos da proteção policial colabora para as posturas reticentes à busca dos serviços prestados pelos policiais, o que, conforme salienta Norman (2009), é considerado um fator de risco que pode levar a uma maior vulnerabilidade dos jovens. Tal configuração é alimentada pelas constantes abordagens e revistas policiais que passaram a fazer parte do cotidiano com os agentes de manutenção da ordem, segundo as falas. A respeito disto, ressalta-se que as experiências relatadas pelos jovens acabaram por revelar a existência de um padrão de abordagem seletivo preconizado pelos policiais da UPP que incide de modo mais agressivo e freqüente sobre os jovens rapazes e moças de cor/“raça” negra.

Outro elemento que deve ser analisado neste contexto consiste na permanência do tráfico na localidade, com a iminente possibilidade de retorno do controle ostensivo armado, caso as forças de segurança abandonem o local. Como já discutido por Machado da Silva e Leite (2007) há nos espaços favelados controlados por grupos de traficantes um “ajustamento das condutas a um cálculo dos riscos envolvidos nesta

---

<sup>45</sup> Tem sido frequente a crítica de alguns jovens à Resolução 013, assinada pelo Secretário de Segurança Pública em 2007, que proíbe a realização de eventos sem a autorização prévia das autoridades responsáveis pelo policiamento. A medida tem sido motivo de indignação, sobretudo nos espaços populares, pois tem impedido a realização de bailes funk, pagodes e outros tipos de manifestações culturais nas favelas com UPP. Disponível em: < [http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id\\_content=1235](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=1235) >. Acesso em: 27/03/2013.

convivência forçada” (p.48). Tal ajustamento consiste na tentativa de manter suas rotinas cotidianas, apesar da imprevisibilidade das ações dos considerados agentes da violência (traficantes e policiais), caracterizando uma “vida sob cerco” (MACHADO et al, 2008). Neste sentido, o que este estudo mostra é que para os grupos de jovens, apesar da percepção de uma aparente diminuição da imprevisibilidade, as pressões com relação às condutas se fazem mais intensas de ambos os lados, tanto da polícia, quanto dos grupos de traficantes que ainda permanecem no local. Então, se por um lado os jovens não se preocupam mais tanto com a possibilidade de tiroteios e enfrentamentos entre polícia e traficantes que afetariam as suas rotinas, por outro, a atenção é mais dirigida às condutas no relacionamento com estes agentes rivais entre si.

Em se tratando do relacionamento com os policiais da UPP, os jovens em geral relataram o “despreparo” dos policiais, cujas atitudes transparecem certa insegurança e desconhecimento das leis, em alguns casos. Também mencionam uma postura mais cautelosa dos policiais, que é atribuída por alguns, à juventude e ao recém ingresso na corporação desses agentes. Por outro lado, alguns jovens (em especial os “assistidos por projetos”) atribuem a maior prudência a uma necessidade de melhora da imagem da corporação policial, em decorrência dos grandes eventos que acontecerão na cidade. Além disto, mencionam que a atenção dirigida ao Complexo do Alemão pela grande imprensa nacional e internacional, contribui para essa certa cautela dos policiais.

Com relação a este aspecto observa-se que há um equilíbrio tenso e precário das relações com os agentes de manutenção da ordem, que não está garantido. Assim, os jovens (em especial os ligados a projetos e movimentos sociais) colocam em debate a todo o momento a questão da pacificação, ressaltando os casos de abuso policial, de truculência e de violação de direitos. A respeito disto é preciso lembrar que não é simples avaliar percepções de uma experiência em curso, de modo que as opiniões se modificam de acordo com interferências de acontecimentos alheios à vontade dos jovens. O contexto no qual eu realizei as entrevistas foi relativamente mais tranquilo se comparado a outros períodos mais conturbados na relação entre moradores e policiais. Por exemplo, já no final do meu trabalho de campo houve alguns episódios de execução de jovens atribuídas a policiais militares no Complexo do Alemão e em outras favelas, que foram veiculadas amplamente pela grande imprensa e pelos jovens moradores através das redes sociais. Também aconteceram casos de intensos tiroteios nos quais policiais do BOPE foram convocados a realizar as conhecidas “operações” na favela e ainda episódios que resultaram na morte de policiais das UPP da região. Isso tudo

impacta diretamente na dinâmica local e nos discursos sobre a pacificação, que é colocada em cheque.

Esta postura, no entanto, não reflete uma completa rejeição à proposta das UPP em si, mas implica antes de tudo na condição fundamental para o debate público, para que, de fato, aconteçam mudanças nos padrões conflituosos que tem pautado a relação entre jovens e policiais. Conforme vemos em Machado da Silva (2011):

Na medida em que as tematiza, o debate público repercute – e desta maneira fiscaliza e orienta – as práticas concretas dos policiais, sua forma e seus resultados substantivos. Neste sentido, quanto mais unilaterais forem as avaliações e menos diversificadas as críticas, menores serão as chances de sucesso na reformulação da atuação policial pretendida com as UPP, que é justamente o ponto fundamental que tem garantido sua aprovação popular (p.10).

Com relação a este aspecto, os jovens “assistidos por projetos” narravam a dificuldade em serem compreendidos quando faziam alguma crítica a respeito da Polícia ou do Exército, visto que são respondidos com a seguinte indagação (por pessoas “de fora”): “você preferem o tráfico então?”.

O ponto que eles buscavam enfocar tem relação com o que Machado da Silva (2010) denomina de “entusiasmo acrítico” com as UPP, baseado na esperança de uma cidade em paz. Esta expectativa, presente geralmente entre os moradores de bairros vizinhos às áreas “pacificadas”, segundo o autor, é um mito inatingível que pode inviabilizar a própria experiência do projeto. Em razão disto, os “jovens assistidos por projetos” conscientes do estigma que carregam pelo fato de morarem em áreas de favela, também sabem que o fato de criticarem a Polícia e as UPP pode ser visto como uma associação ou conivência com os grupos de traficantes. Apesar disto, suas visões com relação à “ocupação” e ao pacote de transformações que vieram junto com ela, são muito mais críticas do que a de outros grupos de jovens. Sua capacidade de questionar e discutir com os policiais sobre o porquê das abordagens faz com que muitas vezes se coloquem como uma espécie de “mediadores” entre moradores e policiais.

Além disto, a visibilidade e o poder de comunicação que possuem através das redes sociais para divulgar possíveis casos de abuso policial acabam se constituindo como fatores catalisadores de denúncias para este grupo, que a todo o momento divulgam estes episódios nas mídias sociais. Este recurso tem servido como um meio de articulação junto a redes que possam oferecer maior proteção aos jovens, o que necessitaria ser objeto de maior investigação. O fato é que através dessas mídias os

jovens tem se articulado com redes de direitos humanos para discutir formas de enfrentamento dos problemas cotidianos vivenciados. Uma novidade neste contexto diz respeito à maior possibilidade de publicização das denúncias na grande imprensa. No entanto, seria necessário avaliar até que ponto estas denúncias são levadas adiante. Com relação a isto, há uma reivindicação feita pelos jovens e demais moradores para a criação de canais que preservem o anonimato dos denunciadores. Neste contexto, tais jovens defendem o que denominam de midialivrismo e ativismo cultural, que consistiriam em estratégias para a produção e disseminação de conhecimento de modo contra-hegemônico às grandes mídias tradicionais.

Um episódio marcante promovido na localidade, que buscou colocar em debate estas questões foi o movimento denominado Ocupa Alemão às Nove. Tal ato simbólico aconteceu por uma iniciativa dos moradores em reivindicar o direito ao espaço público, por meio da ocupação das áreas da favela às nove horas da noite. O movimento recebeu esse nome tanto em referência à chamada “ocupação” que resultou na instalação das UPP, mas principalmente guarda relação com o movimento global *Occupy*<sup>46</sup>, com destaque para o *Occupy Wall Street*. Como vemos em David Harvey (2012)

As táticas do Occupy Wall Street são tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximo a localização de muitos dos bastiões do poder e, colocando corpos humanos ali, convertê-lo em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de se opor ao seu alcance (p.60).

Sendo assim, de modo similar aos protestos ocorridos ao redor do mundo, o movimento do Ocupa Alemão também foi divulgado em larga escala através das redes sociais da internet, por meio do *Twitter* e do *Facebook* num convite aberto na busca de aliados para discutir e enfrentar os problemas postos em questão. A principal reivindicação dos moradores era com relação ao direito de se fazerem presentes no espaço público da favela, contra o controle que a Polícia das UPP vem exercendo, sobretudo junto aos jovens, controle este considerado excessivamente repressivo.

Segundo os relatos, havia a pressão para que os residentes deixassem de frequentar as ruas e praças à noite, numa espécie de toque de recolher, no qual são

---

<sup>46</sup> O ano de 2011 foi permeado por uma ascensão simultânea de movimentos sociais de protesto com formas de luta muito assemelhadas. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global. Começou no norte da África, pondo fim a ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen recebendo a alcunha de “Primavera Árabe”; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou Wall Street, nos EUA, alcançando no final do ano até mesmo a Rússia (CARNEIRO, 2012).

incentivados a irem para suas casas mais cedo. O poder discricionário conferido à Polícia da UPP, segundo afirmam, acabaria por contribuir para que esta agência atuasse como reguladora da vida cotidiana local, de modo que os espaços celebrados de encontro e sociabilidade dos moradores de favela passassem a sofrer a intervenção policial. Neste dia foi realizado um abaixo assinado propondo um comitê de mediação de conflitos organizado por moradores que foi entregue ao comandante da UPP propondo o diálogo com as forças policiais. A primeira edição deste movimento aconteceu no dia 05 de dezembro de 2012, na Praça do Terço, também conhecida como Praça do Conhecimento, localizada na comunidade Nova Brasília. O intuito da mobilização era sensibilizar para o reconhecimento do território da favela como um espaço próprio de seus moradores (LEITE, 2013).

Com base no que foi visto nesta pesquisa, pode-se afirmar que houve uma mudança na orientação dos policiais das UPP, que resultou numa atuação a princípio menos violenta junto ao segmento juvenil. No entanto, o tratamento que vem sendo dispensado aos jovens ainda tem como matriz um modelo policial autoritário, de raiz militar que precisa ser superado. Tal padrão autoritário faz com que as ações da polícia sejam baseadas na imposição ao invés da explicação e da negociação.

Segundo Bengochea et al (2004), o jovem tem a necessidade de ouvir respostas rápidas e objetivas, o que denomina como “critério da verdade pela argumentação” (p.7). Já o que sustenta a prática policial, é o “critério da autoridade”. Assim, quando um jovem é abordado e quer saber o porquê, essa atitude pode ser vista como uma ofensa, ou em alguns casos (de forma equivocada) como desacato, como tem acontecido em vários conflitos envolvendo moradores e policiais de UPP. A atuação policial baseada na repressão, em vez de negociação, impede a evolução para uma polícia mais inteligente, mais democrática e mais comunitária (BENGOCHEA et al, 2004).

Portanto, é necessário refletir sobre este contexto pensando a instituição da Polícia Militar de forma mais complexa, como uma instituição que reproduz os estereótipos e estratificações da sociedade, mas que também abriga grupos com interesses distintos e até mesmo contrários. Somente assim será possível que os conflitos internos da corporação se tornem objeto de debate público e do controle da sociedade, com vistas a torná-la uma instituição mais democrática. Como já visto, diversas tentativas de implantar programas de policiamento que propunham uma ação menos violenta e mais comunitária foram amplamente desacreditados e não tiveram

continuidade, devido, dentre outros fatores, à resistência de setores conservadores da corporação (MUNIZ et al, 1997).

Outra questão importante diz respeito às narrativas dos jovens sobre as ações promovidas pelos grupos de traficantes no local, que vinham precedidos do advérbio temporal “antigamente” denotando uma interrupção pelo menos momentânea de diversas práticas violentas. Estas questões ainda são proferidas com muito pudor, por medo do futuro que consideram incerto. No entanto, são bastante reveladoras de que a presença ostensiva da polícia da UPP tem inibido, neste primeiro momento a espetacularização da violência do tráfico, incluindo agressões e execuções sumárias que eram realizadas em locais públicos, relatadas por diversos jovens entrevistados.

Além disto, outro resultado encontrado no estudo que merece atenção foi o da interrupção da participação de alguns jovens no circuito do tráfico de drogas na localidade. Como pôde ser observado, estes jovens relataram a opção por interromper suas trajetórias na atividade criminosa após a instalação das UPP. Isto gera uma demanda por parte da sociedade como um todo para criar alternativas e políticas de inserção social também para estes indivíduos. Parte-se do reconhecimento de que os jovens apresentam trajetórias marcadas por intensos movimentos oscilatórios e reversíveis de experimentação que constituem as características típicas da juventude (PAIS, 2006) na qual o ingresso no tráfico pode significar um desses movimentos. Conforme já apontado por Ramos (2009)

(...) Existem muitas formas de se associar a grupos criminais. Não são apenas “os traficantes” de um lado e os “jovens inocentes” de outro. Há complexas relações entre uns e outros e muitas vezes bastante instáveis e mutantes. Temos de nos preparar para interferir nesses contextos, conhecendo melhor essas dinâmicas e ouvindo os jovens, estejam eles em que ponto estiverem da cadeia que engendra mortes diariamente (p.27).

Por fim, outra demanda apontada neste estudo emerge da necessidade de se colocar em discussão aspectos da interação polícia e jovens que levem a ponderar sobre os impactos da suspeição constante e de outras formas de violência física e simbólica na subjetividade e na saúde dos jovens, o grupo mais afetado por agressões e homicídios no país (SOUZA, 2004). Constitui-se assim como um campo em aberto para os estudos da área da saúde pública e da segurança pública, que buscam a diminuição das diversas formas de violência que têm pautado a relação entre jovens e policiais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, E. R.; HAYDÉE C; PATRÍCIO, L. Tensões e Desafios de um Policiamento Comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. **São Paulo em Perspectiva**, v.21,n.2,p. 39-52. 2007.

ALMEIDA, D. Juventude, Projetos Sociais e Cidadania: representações e reinvenções contemporâneas. In: NOVAES, R.R.; CUNHA, M. (Coord). **O Galo e o Pavão**. Rio de Janeiro: Iser/ Faperj, 2003.

BARKER, T. G. **Homens na linha de fogo**: juventude, masculinidade e exclusão social – Rio de Janeiro:7 Letras, 2008

BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. São Paulo: EDUSP, 2006.

BEATO, C. C. Reinventar la policía: la experiencia de Belo Horizonte. In: Frühling, H. E. (org). **Calles más seguras. Estudios de policía comunitária en América Latina**. Banco Interamericano de Desarrollo. 2004. 175p.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al . A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, março, 2004.

BIRMAN, P.; LEITE, M.P. Um mural para a dor: movimentos cívicos religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 350p.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. *Questões de sociologia*, 1983.

CANO, Ignacio; FERREIRA, Carlos E. (2004), “Homicídios e evolução demográfica no Brasil: o impacto da evolução demográfica na futura taxa de homicídios e a incidência dos homicídios na pirâmide populacional”. In HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do V. (orgs.), **Origens e Destinos**. Desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro, Topbooks.

CANO, I.; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G. da; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, pp.51-78, 2007.

CANO, I et al. “Os Donos do Morro”: Uma avaliação exploratória do Impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública em cooperação com o Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), 2012.

CONSTANTINO, P. (2001). Entre as escolhas e os riscos possíveis- a inserção das jovens no tráfico de drogas. Dissertação de Mestrado em Ciências na Área da Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública- ENSP/ FIOCRUZ, Rio de Janeiro.

CARNEIRO, H.S. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D.; TELES, E.; SADER, E.; *et al.* *Ocuppy*: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. 88p.

CARVALHO, M.S.; CRUZ, O.G. Mortalidade por causas externas, análise exploratória espacial. Região Sudeste do Brasil. **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos de População, Belo Horizonte**, ABEP, pp. 3153-3165, 1998.

CECCHETTO, F. **Violência e Estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro. FGV. 2004.

CECCHETTO, F.; FARIAS, P. “Tu mora onde?” Território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G.. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2013 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232006000500007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 abril de 2012.

ELIAS, N. O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1993, v. II.

ENCONTRO ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍTICA DE DROGAS. SETEMBRO DE 2011, RIO DE JANEIRO, BRASIL. **Entrevista**. “O comandante das UPP, Coronel Robson Rodrigues, fala do desafio que representa a presença das drogas nas comunidades pacificadas”. Disponível em: <<http://www.drogaseseguranca.org.br/?p=39>>. Acesso em: 06 de fev. de 2012

FERNANDES, R.C. GPAAE: Uma experiência de polícia comunitária. Polícia sozinha não produz segurança. Entrevista com Rubén César Fernandes por Regina Novaes. In: NOVAES, R.R.; CUNHA, M. (Coord). **O Galo e o Pavão**. Rio de Janeiro: Iser/ Faperj, 2003.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HARVEY, D.; TELES, E.; SADER, E.; *et al.* *Ocuppy*: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. 88p.

HAESBART, Rogério. **O Mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010. 396p.

HEILBORN, Maria Luiza. Experiência da Sexualidade, Reprodução e Trajetórias Biográficas Juvenis. In: HEILBORN ML; AQUINO EML; BOZON M; KNAUTH DR

(Orgs.). **O Aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Garamond/Editora Fiocruz; 2006. 536 pp.

KEELING, G.I.; MOORE, M.H. 1988. The involving strategy of policing. **Perspectives on Policing** No. 4, Washington, DC: National Institute of Justice.

LEEDS, E. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças e a democratização em nível local. *In*: ALVITO, M. e ZALUAR, A. (orgs.). **Um século de Favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LEITE, M. P. Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V15, n 44. 2000

LEITE, M.P. Território e ocupação: afinal, de que regime se trata? **Le Monde Diplomatique Brasil**. Edição 67 - Fevereiro 2013.

MACHADO DA SILVA, L.A. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, UFPR - Curitiba, n.13, p. 45-58, 1999.

MACHADO DA SILVA, L. A.(org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, L.A e LEITE, M.P. VIOLÊNCIA, CRIME E POLÍCIA: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2007

MACHADO DA SILVA, L. A. Afinal, qual é a das UPPS? *In*: **Observatório das Metrópoles**. Março de 2010. Disponível em: <  
[http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/artigo\\_machado\\_UPPs.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf) >

MACHADO DA SILVA, L.A. Os jovens e o policiamento nas favelas cariocas hoje. 2011. Disponível em: <  
[http://cadeiras.iscte.pt/SDir/APS2012\\_LuizMachado\\_TEXTO%20VII%20APS%2031-05-2012.pdf](http://cadeiras.iscte.pt/SDir/APS2012_LuizMachado_TEXTO%20VII%20APS%2031-05-2012.pdf) >. Acesso em 20 de janeiro de 2013.

MARINHO, K. R. L. Mudanças organizacionais na implementação do policiamento comunitário. Dissertação de mestrado do Departamento de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte: UFMG. 2002.

MARINHO, K. As Organizações Policiais e os processos de transição entre modelos. Mitos, Racionalidade e o Campo Institucional da Polícia. Tese (Doutorado em Sociologia e Ciências Humanas). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MATZA, D. **Becoming a deviant**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

MELO, T. de S. Policiamento Comunitário no Rio de Janeiro: Uma estratégia de ampliação do controle social no contexto do neoliberalismo. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói. 2009.

MESQUITA NETO, P. de. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **São Paulo em Perspectiva**. v 18, n 1, p.103-110, 2004

MESQUITA, W.A.B. “Tranquilidade” sob uma ordem violenta: o controle social da mineira em uma favela carioca. In: MACHADO DA SILVA, L. A.(org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2008.

MINAYO MCS; SOUZA ER 1993. Violência para todos. *Cadernos de Saúde Pública* 9:65-78

MINAYO, M.C.S; SOUZA, E.R; CONSTANTINO, P. **Missão Prevenir e Proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2008.

MINAYO, M.C.S; SOUZA, E.R; NJAINE, K.; CAVALCANTE, F.G. Avaliação do Programa GPAAE no Rio de Janeiro: visão dos diferentes atores envolvidos no processo. Rio de Janeiro, agosto de 2004. Viva Rio.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em Saúde**. 12ª edição: São Paulo: Hucitec, 2010. 407p.

MINAYO, M.C.S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 132p.

MISSE, M. 1999. Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://necvu.tempsite.ws/images/tese%20michel.pdf>. Acesso em: 15.set.2012.

MISSE, M. Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=959>> Acesso em:07.jul.2012

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, n. 40, Oct. 2011 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782011000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000300003&lng=en&nrm=iso)>

MUNIZ, J. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política). Iuperj, Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, J; LARVIE, S. P.; MUSUMECI, L.; FREIRE, B. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP, v 9, n 1, p.197-213, 1997.

NETO, C. P. de S.. Parâmetros para a conceituação constitucionalmente adequada da segurança pública. In: Oliveira, F. B; ZOUAIN, D. M.; RUEDIGER, M. A E RICCIO, V. (Org). **Desafios da Gestão Pública de Segurança**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

NORMAN, J. Seen and Not Heard: Young People's Perceptions of the Police. **Policing**. Oxford University Press. V. 3, n 4, PP. 364-372. October, 2009.

NOVAES, R.R.; CUNHA, M. (Coord). **O Galo e o Pavão**. Rio de Janeiro: Iser/ Faperj, 2003.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M.I.M de; EUGENIO, F.(Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. A Favela e a utopia do direito à cidade no Rio de Janeiro. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**. 2007. Los Problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la Geografía y las Ciencias Sociales. Porto Alegre.Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OLIVEIRA, B.C. de. S. **Políticas Públicas e Participação Popular na implementação do Pac Social no Complexo do Alemão, RJ**. Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2011.

PAIS, J.M; A construção sociológica da juventude- alguns contributos. **Análise Social**, v.XXV (105-106), p.139-165, 1990.

PAIS, J.M. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, M.I.M de; EUGENIO, F.(Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RAMOS, S; MUSUMECI, L. (orgs.). **Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Civilização Brasileira, 2005.

RAMOS, S. **Respostas Brasileiras à Violência Urbana no Campo da Segurança Pública**: os movimentos sociais e as organizações não governamentais. Tese de Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2008.

RAMOS S. **Meninos do Rio: jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas**. Boletim do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes, n.13, ano 8, 2009.

ROCHA, Viviane; SILVA FILHO, Dario. Quem pacifica o “pacificador” e quem tem medo do “caveirão”? As representações da violência segundo jovens da favela no Rio de Janeiro. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (Orgs.). **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ROCHA, L de M. Uma favela sem tráfico? Os limites da ação e da opressão do tráfico. In: MACHADO DA SILVA, L. A.(org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Nova Fronteira, 2008.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: Santos, Milton et al. **Território, territórios. Ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.

SÃO PAULO (Estado). Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança** [recurso eletrônico] /. – Dados eletrônicos-2009. Disponível em: < <http://www.nevusp.org/downloads/down247.pdf>>

SAPORI, L. F. Segurança Pública no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2007.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. **Policiamento Comunitário: questões e práticas através do mundo**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Série Polícia e Sociedade, n6)

SOARES, L. E.. *In*: RAMOS, S, MUSUMECI, L. (orgs.). **Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Civilização Brasileira, 2005.

SOARES, L. E. Segurança Pública: o papel da sociedade civil. *In*: **Diálogos sobre violência e segurança pública: razões e urgências**. Observatório da Cidadania. IBASE 2009. Disponível em: < [http://www.socialwatch.org/sites/default/files/tematicosa2009\\_bra.pdf](http://www.socialwatch.org/sites/default/files/tematicosa2009_bra.pdf) >. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

SOARES, L. E. Segurança pública: presente e futuro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 20, n. 56, Abr. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 07 Mar. 2012.

SOARES, B; LEMGRUBER,J; Musumeci, L; RAMOS, S. **Unidades de Polícia Pacificadora: O que pensam os policiais?** Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, Universidade Candido Mendes. 2011.

SOUZA, E.R. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.10 (supl. 1): 45-60, 1994.

SOUZA ER 2001. Quando viver é o grande risco-aventura. **Cadernos de Saúde Pública** 17(6):1291-1292.

SOUZA, E.R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(1):59-70, 2004.

SOUZA E SILVA, J. de; BARBOSA, J. L.. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio; Brasil, 2005.

SOUZA, E. de. Os dilemas de uma experiência inovadora de prevenção e controle de tráfico de drogas e homicídios em favelas violentas em Belo Horizonte, Brasil. *In*: Caruso, Haydée; Muniz, Jacqueline; Blanco, Antônio Carlos Carballo. (Org.). **Polícia, Estado e Sociedade: Prática e saberes Latino Americanos**. 2007. p. 457 – 462. Disponível em: < [http://www.comunidadessegura.org/pdfs/digital\\_policia\\_estado\\_portugues.zip](http://www.comunidadessegura.org/pdfs/digital_policia_estado_portugues.zip) > Acesso em: 20 de dez. de 2011.

VALLADARES, L. A gênese da Favela Carioca: A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 15 n 44 outubro/2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf>>

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. In: **Rev. bras. Ci. Soc.** vol.22 no.63 São Paulo Feb. 2007

WACQUANT, L.. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

WEBER, M. (1970) **Ciência e política**. Duas vocações. São Paulo, Cultrix.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005. 390 páginas.

ZALUAR, A. Violência, dinheiro fácil e justiça no Brasil: 1980-1995. **Estudos Afro-Asiáticos**. n 34 maio de 1999.

ZALUAR, A. Crime, medo e política. In: ALVITO, M. e ZALUAR, A. (Orgs.). **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ZALUAR, A; RIBEIRO, A.P.A. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 84, 2009 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002009000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 16 abr. 2013.

ZAVERUCHA, J. A crescente inserção das Forças Armadas na segurança pública. In: CRUZ, M. V. G. da; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

**ANEXOS****ANEXO 1****Parecer de Aprovação da Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/Fiocruz**

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP/ FIOCRUZ**PROJETO DE PESQUISA**

**Título:** Os jovens e a Polícia: representações de jovens moradores de favelas sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras e UPP na cidade do Rio de Janeiro.

**Área Temática:**

**Pesquisador:** Juliana Silva Corrêa

**Versão:** 2

**Instituição:** Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP/FIOCRUZ

**CAAE:** 02276512.0.0000.5240

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**Número do Parecer:** 32006

**Data da Relatoria:** 01/06/2012

**Apresentação do Projeto:**

Sem comentários

**Objetivo da Pesquisa:**

Sem comentários

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Sem comentários

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Sem comentários

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Sem comentários

**Recomendações:**

Sem comentários

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

A pesquisadora cumpriu todas as exigências do CEP/ENSP

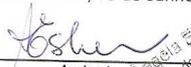
**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RIO DE JANEIRO, 05 de Junho de 2012

  
Assinado por  
Angela Fernandes Estêvão

Angela Fernandes Estêvão  
Comitê de Ética em Pesquisa  
CEP/ENSP

## APÊNDICE 1



### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “*Representações de jovens moradores do Complexo do Alemão sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras – UPP na cidade do Rio de Janeiro*” desenvolvida por Juliana Silva Corrêa, estudante do Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob a orientação das professoras Dr<sup>a</sup> Fátima Cecchetto e Dr<sup>a</sup> Patrícia Farias.

O objetivo principal deste estudo é compreender como os jovens do Complexo do Alemão vivenciam o processo de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em seus locais de moradia e quais são as suas opiniões sobre as ações da Polícia e do Exército nessas áreas. O convite se deve ao fato de você ser jovem e ser morador de uma localidade com UPP e por isso será de extrema importância a sua contribuição, tendo em vista os objetivos da pesquisa anteriormente citados. A participação é voluntária, você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Sua participação consistirá numa entrevista individual na qual você deverá responder a algumas perguntas feitas pela pesquisadora do projeto. A entrevista terá duração em torno de 30 minutos e os relatos serão gravados, transcritos e armazenados em arquivos digitais, aos quais somente terão acesso a pesquisadora e sua orientadora.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa, tanto antes quanto após o início e fim do estudo poderão ser consultadas através dos telefones colocados abaixo. Este termo garante a sua privacidade quanto à confidencialidade das informações obtidas nas entrevistas e nos grupos focais as quais poderão apenas ser divulgadas após seu consentimento. Informamos que este termo é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador.

---

(Assinatura do Pesquisador Responsável)

Juliana Silva Corrêa (Mestranda da ENSP/FIOCRUZ) / (Email: correajugeo@gmail.com)

**Contato com a pesquisadora responsável:**

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Andar Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210

**Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

---

(Assinatura do Participante)

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP: Tel e Fax – (0XX) 21- 25982863 / Email: CEP@ensp.fiocruz.br  
<http://www.ensp.fiocruz.br/ética>

## APÊNDICE 2

### ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM JOVENS

#### **I - Identificação:**

Idade:

Local de moradia:

Tempo de moradia:

Escolaridade:

Estado Civil:

Trabalho:

#### **II - Família**

Com que mora (pais, tios, avós, cônjuges).

Relacionamento com familiares (explorar).

Profissão e trabalho dos familiares.

#### **III- Sociabilidade**

Lazer e circulação (preferências e locais que costuma frequentar).

Amigos e vizinhança (rede, sociabilidade).

#### **IV – Ocupação, Polícia e UPP**

Descrição do período em que ocorreu a ocupação pelas forças de pacificação (onde estava, com quem)

Relacionamento com o Exército

Relacionamento com a Polícia (explorar formas de abordagem, utilização dos serviços policiais, conflitos com a lei).

Visão sobre a instalação das UPP na cidade do Rio de Janeiro e em seus locais de moradia

Vê mudanças na atuação policial em relação a períodos anteriores?

Em que isto afetou a sua rotina?

Se sente mais seguro do que antes?

#### **IV- Violências**

Já sofreu algum tipo de violência? Já presenciou? Já participou?

Conflitos intrafamiliares.

Amigos (as) em conflito com a lei, qual o motivo?

#### **VI- Perspectivas com relação ao futuro**

Quais são as suas expectativas com relação ao seu futuro?

O que acha que estará fazendo daqui a 10 anos?